



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio

ITINERÁRIOS NO ACERVO DO
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DO CEARÁ (1958-1968)
A COLEÇÃO ARTHUR RAMOS COMO DISCURSO

Maria Josiane Vieira

UNIRIO / MAST - RJ, Março de 2012

ITINERÁRIOS NO ACERVO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO CEARÁ (1958-1968)

A COLEÇÃO ARTHUR RAMOS COMO DISCURSO

por

Maria Josiane Vieira
Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia e Patrimônio

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio.

Orientador Dr. Luiz Carlos Borges
Coorientador Dr. Nilson Alves de Moraes

UNIRIO/MAST - RJ, Março de 2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

ITINERÁRIOS NO ACERVO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO CEARÁ (1958-1968)

A COLEÇÃO ARTHUR RAMOS COMO DISCURSO

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr. _____

Dr. Luiz Carlos Borges

Prof. Dr. _____

Dr. Nilson Alves de Moraes

Prof. Dra. _____

Dra. Priscila Faulhaber Barbosa

Prof. Dra. _____

Dra. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Rio de Janeiro, 2012

Vieira, Maria Josiane.

V658 Itinerários no acervo do instituto de antropologia da Universidade do Ceará (1958-1968) : a coleção Arthur Ramos como discurso / Maria Josiane Vieira, 2012.
145 f. ; 30 cm

Orientador: Luiz Carlos Borges.

Coorientador: Nilson Alves de Moraes.

Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ; MAST, Rio de Janeiro, 2012.

1. Museu Arthur Ramos - História -Ceará - Séc. XX. 2. Museologia. 3. Identidade (conceito filosófico). 4. Patrimônio cultural. I. Borges, Luiz Carlos. II. Moraes, Nilson Alves de. III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado em Museologia e Patrimônio. IV. Museu de Astronomia e Ciências Afins. V. Título.

CDD – 069

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente na feitura deste trabalho. Por mais que tenha sido escrito a uma só mão, ele foi possibilitado pela ajuda de várias pessoas que acompanharam e/ou viabilizaram sua elaboração.

Agradeço especialmente:

Ao Programa de Bolsa Reuni de Assistência ao Ensino.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST), em especial, aos professores doutores Luiz Carlos Borges, Nilson Moraes e Priscila Faulhaber que, pacientemente, acompanharam e apoiaram minha pesquisa ao longo do curso.

Ao membro externo da banca examinadora, professora doutora Luitgarde Barros, pelas importantes contribuições em momentos cruciais.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, especialmente, ao professor doutor Antonio Gilberto Ramos Nogueira pelo incentivo ao estudo sobre patrimônio.

À museóloga da Universidade Federal do Ceará, Márcia Pereira de Oliveira, pelas orientações ao trato com os objetos museológicas e por ter possibilitado a ampliação dos meus conhecimentos sobre museus e Museologia, ainda na graduação em História.

Aos colegas da graduação em História da Universidade Federal do Ceará, especialmente, aos que me acompanharam e me acompanham até hoje de maneira mais próxima.

Ao encontro fortuito com colegas do mestrado em Museologia e Patrimônio, que oriundos de diferentes lugares se encontraram para compartilhar momentos de aprendizagem e aflição.

Agradeço, intensamente, aos meus pais, irmãos e sobrinhos.

Ao Yazid Jorge e sua família, que já é minha também, pelo apoio e carinho constantes.

A minha família

Aos meus professores e amigos.

RESUMO

VIEIRA, Maria Josiane. **Itinerários no acervo do Instituto De Antropologia da Universidade do Ceará (1958-1968): A coleção Arthur Ramos como discurso.** UNIRIO/MAST. 2012. Dissertação.

O Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará (IAUC) – atualmente Universidade Federal do Ceará – foi uma instituição de pesquisa, ensino e preservação que atuou entre os 1958 e 1968 desenvolvendo atividades ligadas ao campo da Antropologia. O IAUC, impulsionado pela aquisição da coleção Arthur Ramos e coleção Luiza Ramos, paralelamente às atividades de ensino e pesquisa, constituiu um acervo através de coleta, de doação e aquisição de objetos que deu origem ao Museu Arthur Ramos (MAR). O objetivo desta investigação é analisar os valores, interesses e práticas que balizaram a constituição do referido Museu, particularmente, entender o papel desempenhado pela coleção Arthur Ramos neste processo. Desta forma, compreenderemos como se deu a formação de discursos e sua relação com as construções de identidades, memórias, patrimônios e imaginários, elaborados por esta instituição.

Palavras-chave: Museu Arthur Ramos, IAUC, Museologia e Patrimônio, Discurso e Imaginário.

RESUMÉ

VIEIRA, Maria Josiane. **Itinéraires dans les collections de l'Institut d'Anthropologie à l'Université du Ceará (1958-1968): La collection Arthur Ramos comme discours.** UNIRIO/MAST. 2012.

L'Institut d'Anthropologie à l'Université du Ceará (IAUC) - actuellement Université Fédéral du Ceará - était une institution de recherche, d'enseignement et de préservation qui ont servi entre 1958 et 1968 en développant d'activités liées au champ de l'anthropologie. L'IAUC, stimulé par l'acquisition de la collection Arthur Ramos et de la collection Luiza Ramos, parallèlement au l'enseignement et de recherche, il a formé plusieurs des collections à travers la collecte, le don et l'acquisition d'objets qui ont donné lieu au Musée Arthur Ramos. L'objectif de cette recherche est d'analyser les valeurs, les intérêts et les pratiques qui ont guidé la création de ce musée, surtout, de comprendre le rôle joué par Collection Arthur Ramos. Ainsi, nous comprenons comment a été la formation du discours, et sa relation à la construction des identités, des mémoires, du patrimoine et imaginaires, réalisé par cette institution.

Mots Clés: Musée Arthur Ramos, IAUC, Muséologie et Patrimoine, Discours et Imaginaires.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Prédio sede do Instituto do Ceará, onde foi alojado o Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará.	p. 18
Figura 2	Thomaz Pompeu Sobrinho - diretor do Instituto de Antropologia de 1958 a 1966.	p. 20
Figura 3	Mapa com as localizações escolhidas para pesquisas encaminhadas pelo SSR, IAUC e SUDENE.	p. 26
Figura 4	Rendeira.	p. 47
Figura 5	Mostra de Rendas de Bilros coletadas no Ceará.	p. 47
Figura 6	Abertura da exposição <i>Renda de Bilro</i> .	p. 49
Gráfico 1	Relação entre objetos e sua divisão em séries.	p. 55
Gráfico 2	Relação entre os objetos de acordo com sua tipologia.	p. 59
Gráfico 3	Relação entre os objetos de acordo com sua procedência no Brasil.	p. 62
Gráfico 4	Relação entre os objetos de acordo com sua procedência no continente africano.	p.63
Figura 7	Imagens presentes no livro <i>O Negro Brasileiro</i> .	p. 61
Figura 8	Ficha catalográfica (frente).	p. 72
Figura 9	Ficha catalográfica (verso).	p. 73
Figura 10	Conjunto de gestos patrimoniais.	p. 89
Figura 11	Arthur Ramos.	p. 103
Figura 12	Luiza Ramos.	p. 103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: construção e delimitação da pesquisa	01
Cap. 1 – CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO CEARÁ	13
1.1 – Itinerário do Instituto de Antropologia	14
1.2 – Museus e Antropologia	34
1.3 – Museus e Museologia	37
1.3.1 – Um museu para o IAUC	42
Cap. 2 – COLEÇÃO ARTHUR RAMOS	50
2.1 – Arthur Ramos: o colecionador	51
2.1.1 – coleções e objetos etnográficos	63
2.2 – Museu Arthur Ramos: formação discursiva por meio dos objetos	67
2.3 – Coleções, Objetos e Memória	75
Cap. 3 – MUSEU, PATRIMÔNIO E IMAGINÁRIO	79
3.1 – Museu e Patrimônio	80
3.2 – Museu, Patrimônio e Imaginário: construções simbólicas	86
3.3 – A construção da identidade regional/nacional	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	127

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Construção e delimitação da pesquisa

À guisa de introdução, falaremos um pouco sobre as motivações pessoais e acadêmicas que me levaram ao desenvolvimento da pesquisa, cujos dados este trabalho propõe discutir. Para além do seu caráter individual, gostaríamos de sublinhar o caráter de construção coletiva que ele possui, pois sua realização se efetivou através dos questionamentos e reflexões decorrentes de conversas com colegas e professores, tanto na graduação em História na Universidade Federal do Ceará (UFC), como no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvido em convênio com o Museu de Astronomia e Ciências Afins.

O início da nossa aproximação com a Coleção Arthur Ramos se deu pela nossa participação no Inventário do Acervo da Casa de José de Alencar (CJA)¹, como bolsista do Programa de Extensão Bolsa de extensão Casa de José de Alencar. Dentre as coleções pertencentes a este acervo, as que mais despertaram interesse foram as que integravam o Museu Arthur Ramos, oriundas do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará. O Inventário contemplou todas as coleções que estavam localizadas na instituição. O Inventário foi acompanhado pela museóloga Márcia Pereira de Oliveira e consistiu nas seguintes atividades: identificar os objetos através do cruzamento de informações presentes nas fichas catalográficas produzidas na década de 1960, higienizá-los e atribuir uma nova numeração, de acordo com uma nova organização de modo a integrar as coleções do Museu Arthur Ramos ao acervo da Casa José de Alencar.

A realização destes procedimentos, à primeira vista, técnicos, foi substancial para gerar as inquietações que originaram esta pesquisa. A participação no Inventário foi responsável pelo (re)conhecimento desses objetos e pelo interesse em analisar o modo como a sua coleta e organização foram arquitetadas e efetivadas pelos responsáveis. Nosso interesse foi exponencialmente aumentado pelo fato da CJA, e do acervo presente nela, não serem conhecidos pela comunidade universitária da qual faziam parte. Em diversas conversas cotidianas com colegas da graduação em História abordamos o histórico das

¹ Equipamento cultural da Universidade Federal do Ceará que tem como missão preservar e divulgar a obra do escritor cearense José de Alencar, bem como o acervo salvaguardado, composto pela casa onde nasceu o escritor, as ruínas do primeiro engenho movido a vapor do estado, o Museu Arthur Ramos, a Pinacoteca Floriano Teixeira, o Salão Iracema e a biblioteca que pertenceu ao escritor Braga Montenegro.

coleções, explicando, de forma superficial, como elas foram originadas e reunidas no espaço em que estavam salvaguardadas.

A experiência como bolsista da CJA durou cerca de dois anos, até momento em que iniciamos outra atividade, esta no Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS-CE) pela Secretaria de Cultura (Secult) do estado. Novamente, passei a exercer atividades referentes à organização de acervos. Mas, mesmo trabalhando diretamente com as coleções do MIS-CE, o acervo da CJA continuava a me despertar inquietações e questionamentos.

Integrando as atividades da graduação, começamos a participar do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM), coordenado pelo Professor Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira do Departamento de História da UFC. O GEPPM tem como proposta discutir a noção de patrimônio e práticas preservacionistas a partir de diferentes vieses disciplinares e formas de ações. Além de apresentações e discussões de textos ligados à “história do patrimônio” e temas correlacionados, o GEPPM também promove oficinas, seminários, exposições e trilhas urbanas. Dentre os projetos desenvolvidos, destaco o Inventário de Referências Culturais do bairro Benfica². Como desdobramento deste projeto, pesquisamos sobre a história da UFC e realizamos trilhas pelo seu espaço, com as turmas dos semestres iniciais do curso de História, como forma de apresentar referências históricas da Universidade e, ao mesmo tempo, incitando discussões sobre patrimônio e memória.

Foi numa atividade de pesquisa para coleta de informações sobre a história da Universidade no Memorial Martins Filho que nos deparamos com informações que nos levaram novamente ao Instituto de Antropologia. Estas informações se encontravam nas publicações do Boletim³ da UFC.

Através das experiências que balizaram nossa formação acadêmica, tais como, pesquisa em arquivo e biblioteca, iniciamos a atividade de pesquisa que culminou na elaboração do projeto de pesquisa que através deste texto, apresentamos nossas considerações.

A proposta inicial tinha como objetivo analisar todo o acervo de objetos coletados e organizados pelo Instituto de Antropologia, que hoje compõem o Museu Arthur Ramos. Este acervo encontra-se dividido em sete coleções: Arthur Ramos, Luíza Ramos, Rendas do Ceará, Arqueologia e Pré-história, Coleção Arte Popular, Sincretismo Religioso e Coleção Benevides.

² Benfica é um bairro de Fortaleza onde está localizado um dos *campi* da UFC.

³ Publicação da Universidade Federal do Ceará que apresenta notícias sobre as ações universitárias, iniciada em 1956 e, naquele momento, com periodicidade bimestral

Apesar da confluência destas coleções tenha sido permitida pelo trabalho do Instituto de Antropologia, elas são distintas no que tange à procedência, período de produção e coleta e objetivo do colecionamento, fato que dificultou o desenvolvimento da pesquisa no curto período de tempo que este curso tolera. Finalmente, para que a investigação obtivesse, como resultado, uma análise aprofundada, foram necessárias delimitações que implicaram na opção em focalizar apenas uma parcela do acervo: a coleção Arthur Ramos.

Apresentados estes esclarecimentos surgem mais interrogações. Quem foi Arthur Ramos? De que forma uma coleção que leva seu nome foi formada? O que foi o Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará (IAUC)⁴?

O Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará – atualmente Universidade Federal do Ceará – foi uma instituição de pesquisa, ensino e preservação subordinada à Universidade Federal do Ceará que atuou entre os anos 1958 e 1968 desenvolvendo atividades ligadas a estudos antropológicos. Apesar da criação do IAUC ter sido em 1958, suas atividades começaram um ano antes, em 1957, ainda como Serviço de Antropologia da Universidade do Ceará.

O Serviço de Antropologia da Universidade do Ceará e, posterior IAUC, foi idealizado por Thomaz Pompeu Sobrinho a pedido do então reitor professor Antônio Martins Filho com o intuito de “promover e estimular, no Ceará, o estudo científico da natureza dos melhores elementos humanos da Nação, em busca do conhecimento integral do homem”⁵. Vale ressaltar que a Universidade do Ceará foi implantada em 1955, dois anos antes da concepção do Serviço de Antropologia.

A criação do Serviço de Antropologia da Universidade do Ceará e própria instalação da Universidade do Ceará estão inseridas no projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro, onde a principal aspiração é o progresso tecnológico e sócio-cultural. Como forma de alcançar este progresso, o Estado investiu fortemente no desenvolvimento da indústria, também buscando estruturar os sistemas de educação, saúde e previdência social. Com isso, o sistema superior de ensino teve uma grande expansão, tanto na estruturação de novas Universidades Federais como na criação de novos cursos (MELLO, NOVAIS, 1998).

Naquele momento, a Universidade do Ceará se imbuí da responsabilidade de trazer o progresso técnico e sócio-cultural para a sociedade cearense e de projetar o Ceará como

⁴ A Universidade do Ceará (UC), assim como as universidades federais, acrescentou o termo “Federal” no seu nome (tornando-se UFC), no entanto será utilizada a referência UC que corresponde ao nome usado no período de criação do Instituto de Antropologia.

⁵ BOLETIM 4. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade do Ceará, 1957.

polo de desenvolvimento do país. Neste cenário, o Serviço de Antropologia buscava a formação de profissionais da chamada “áreas humanas” e, ao mesmo tempo, ser referência no país dos estudos de Antropologia.

Thomaz Pompeu Sobrinho foi convidado ao cargo de diretor do IAUC pelo destaque de suas atividades no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará como pesquisador da História e Geografia do estado do Ceará e pela sua atuação na Inspetoria de Obras Contra as Secas (atual DNOCS). Apesar de ser formado em Engenharia, Pompeu Sobrinho se dedicou ao estudo de ciências como Antropologia, Arqueologia, História e Geografia⁶.

Pompeu Sobrinho foi responsável pelas diretrizes dos estudos e pesquisas antropológicas iniciais realizados nesta instituição, desenvolvendo atividades com uma equipe formada por membros do Instituto do Ceará e profissionais contratados pela UFC. Como forma de divulgar os resultados de seus trabalhos e, ao mesmo tempo, se inserir nos meios acadêmicos nacionais e internacionais, o IAUC criou seu próprio veículo de divulgação: o Boletim de Antropologia. Tal publicação foi custeada pela Imprensa Universitária da UFC, no período de 1957 a 1966, e possui cinco edições que foram reeditadas, em dois volumes, pela Fundação Waldemar Alcântara em 2011.

No IAUC eram realizados cursos de Antropologia Cultural e Antropologia Física e pesquisas de campo com a intenção de estudar aspectos da cultura cearense. O corpo docente e a equipe de pesquisadores eram, em sua maioria, formados por profissionais de diferentes áreas de atuação (História e Geografia, Engenharia, Medicina, entre outras) que buscavam a profissionalização no campo de Antropologia. Tal fato possibilitou a contemplação de diferentes temas e abordagens nos cursos oferecidos pelo IAUC. Segundo divulgado pelo Boletim UFC, veículo de comunicação impresso, o curso oferecido, no período de abril a setembro, no ano de 1961, se dividia nas seguintes áreas: Biologia Geral, Antropologia Física, Etnografia, Fisiopsicologia, Culturologia e Estatística aplicada à Antropologia (BOLETIM 36, 1962, p.112).

As pesquisas de campo eram pautadas em estudo do ambiente, aplicação de relatórios e em coleta de objetos que pudessem ser estudados por pesquisadores ligados à Etnologia. Esta concepção de trabalho decorre claramente da influência de Thomaz Pompeu, que define, no seu livro *Manual de Antropologia*, a função do etnógrafo como “aquele que recolhe, discrimina, descreve e classifica sumariamente os elementos e fatos culturais e lhes indaga das fontes e jazidas”, enquanto o etnólogo “trabalha esse material,

⁶ Thomaz Pompeu Sobrinho ingressou no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará em 1928, como sócio, e, em 1938 assumiu a direção geral, cargo que ocupou até o ano de sua morte em 1967.

essa colheita de elementos, de modo diferente, procura estudar as relações espirituais, morais, artísticas e mesmo econômicas e o respectivo valor adaptativo social” (POMPEU SOBRINHO, 1961, p. 21). Os objetos resultantes dessa coleta pelo IAUC eram utilizados tanto para pesquisa que foram divulgadas em suas publicações, como nos cursos ministrados e na formação de um acervo que iria constituir um museu⁷ da própria instituição.

A preocupação em coletar objetos relacionados com os temas estudados no IAUC acompanhou toda sua trajetória. Ainda no documento que regia o Serviço de Antropologia já constava a preocupação em formar um acervo museológico para a instituição, porém esta ideia se concretiza, em 1959 com a aquisição de duas coleções: a coleção Arthur Ramos e a coleção Luiza Ramos.

A Coleção Arthur Ramos foi formada pelo seu ‘patrono’ ao longo de sua carreira intelectual e acadêmica, entre os anos de 1920 e 1940. Arthur Ramos obteve formação acadêmica em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, desenvolveu uma interface entre Antropologia e Psicanálise através de realização de pesquisas baseadas em categorias analíticas como loucura, vida psíquica e cultura com o intuito de estudar a formação da sociedade brasileira a partir da presença do negro.

Além de sua própria coleção focalizando a cultura afro-brasileira, Arthur Ramos formou juntamente com sua esposa Luiza Ramos, uma coleção de amostras de rendas de bilros e almofadas recolhidas em vários países, e em grande maioria, no Brasil. Foi constituída a Coleção Luiza Ramos e publicado um estudo titulado *A renda de Bilro e sua Aculturação no Brasil*, de autoria do casal.

Ramos nasceu em Alagoas, estudou na Faculdade de Medicina na Bahia e trabalhou no Instituto Nina Rodrigues em Salvador. Em seguida, assumiu a direção da seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, na cidade do Rio de Janeiro, a convite de Anísio Teixeira. Posteriormente lecionou a cadeira de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal (UDF) e foi o primeiro catedrático de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Devido ao empenho na consolidação das Ciências Sociais, em especial, a Antropologia, Ramos foi convidado a assumir o cargo de diretor do Departamento de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para a educação, a

⁷ De acordo com o Estatuto do Conselho Internacional de Museus (ICOM) aprovado em 24 de agosto de 2007 em Viena na Áustria, “Museu é uma organização sem fins lucrativos, instituição permanente, ao serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e seu meio ambiente para fins de educação, estudo e diversão.” Disponível em: <<http://icom.museum/statutes.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2009.

ciência e a cultura (UNESCO). Poucos meses após assumir este cargo, em 1949, Ramos faleceu em Paris.

Arthur Ramos realizou vários estudos e publicou vários livros sobre a relação entre as culturas, ou melhor, entre as etnias presentes no Brasil. Entre eles, temos: *O Negro Brasileiro*, em 1934, *A Aculturação Negra no Brasil*, em 1935, *Las poblaciones del Brasil*, em 1944, e *Le métissage au Brésil*, 1952. Paralelamente ao desenvolvimento de seus estudos, Arthur Ramos colecionava objetos, formando uma coleção de 250 peças que foi vendida ao Ministério da Educação, em 1959, juntamente com seu 'gabinete de estudo'⁸. No mesmo ano, a UFC adquire, junto à Biblioteca Nacional, as coleções e uma parcela de seus livros para compor o acervo do seu Instituto de Antropologia, que posteriormente homenageou o médico, antropólogo, cientista social ao denominar o museu constituído no âmbito desta instituição como Museu Arthur Ramos (MAR).

Delimitado o tema, resta apresentar o recorte temporal. Primeiramente, escolhemos como ano inicial de pesquisa 1958, que se refere ao ano em que o Instituto de Antropologia é instaurado, e 1968, ano em que foi publicada a Lei nº 5.540 e que modificou a organização estrutural das universidades federais, contribuindo para fim do IAUC. A partir das mudanças decorrentes deste ato legal, o MAR passou por diferentes espaços físicos da UFC e, em 1981, foi integrado à Casa de José de Alencar. Vale ressaltar que o recorte temporal é utilizado como marcos de referência e não como uma datação fechada. Em alguns momentos, necessitaremos retroceder, ou avançar, para que algumas discussões sejam compreendidas.

Acreditamos que analisar a formação do Museu Arthur Ramos pelo Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará é uma maneira de entender como ocorreu o processo de institucionalização do campo da Antropologia no estado, e conseqüentemente, no país, destacando sua articulação com os museus. Realizar esta investigação no campo da Museologia, tendo como norte a formação de discursos, possibilita compreender como museus e patrimônios são atravessados pela produção de sentidos, que por sua, participam de formações discursivas. Os discursos, mesmo não sendo objeto de estudo da Museologia, auxiliam na compreensão dos interesses e práticas que direcionam a constituição de coleções, museus e patrimônios.

A inserção desta problemática em um contexto que não fica restrito só ao Estado do Ceará, mas em parte significativa do Brasil se justifica a partir da compreensão de que

⁸ Os documentos escritos ficaram aos cuidados da Biblioteca Nacional ao passo que uma parcela dos livros e os objetos ficaram sob a responsabilidade da Universidade Federal do Ceará, representada pelo Instituto de Antropologia.

esta se localiza no âmbito das políticas públicas nacionais que visavam o desenvolvimento não apenas tecnológico, mas também do sociocultural do país. Torna-se justificável a feitura deste trabalho, não só devido à relevância da compreensão do itinerário⁹ do acervo do IAUC, mas também pela percepção de fragmento da história da Antropologia no Brasil aliada a determinadas práticas museológicas que permitem, também, a apreensão de vestígios da história da Museologia no Brasil.

O museu tanto pode ser compreendido numa concepção tradicional, aquele centrado na figura do objeto sob o total controle do especialista, quanto como museu “além paredes” que não se baseia numa imposição de sentidos atribuídos aos diferentes elementos da cultura, desde arquitetura ao saber-fazer e modos de vida, os sentimentos e as memórias, mas com uma constante autoconstrução e dos referenciais identitários por todos aqueles que estão envolvidos (BELLAIGUE, 1896).

O museu, segundo Pierre Nora (1993), é também um “lugar de memória”¹⁰, que se configura como um espaço onde memórias coletivas¹¹ podem ser cristalizadas, rememoradas e perpetuadas. Os museus, assim como a memória, se pautam pela dialética do lembrar e esquecer, dos silêncios e discursos. A construção de memórias no espaço museológico acontece de acordo com posturas teóricas e políticas, portanto o seu acervo é formado segundo interesses de determinados grupos sociais num determinado contexto sócio histórico. Para o historiador Francisco Régis Lopes Ramos, “não há museu inocente” (RAMOS, 2004,14).

Percebemos que as práticas antropológicas e museológicas do IAUC procuraram construir uma identidade do homem brasileiro, sob o olhar do Nordeste e do Ceará, através de aquisição de objetos que hoje estão na Casa de José de Alencar. Mas para a construção desta identidade faz-se necessário a manipulação em seus usos e re-usos da memória coletiva.

⁹ Segundo Nilson Alves de Moraes “Itinerário é constituição, conhecimento ou existência de um caminho, trajeto, percurso ou roteiro, remetendo a algum lugar, evento, solução ou projeto. O itinerário descreve ou apresenta este roteiro, percurso, trajeto ou processo. O itinerário simbólico é uma construção que produz, negocia, medeia e encaminha processo, remete a uma história, a um encantamento. Itinerário em que diversos, contraditórios e complexos recursos e possibilidades são tentados ou implementados ao longo do tempo. MORAES, Nilson Alves de. *Museu e Museologia: Itinerários e enfrentamentos contemporâneos*. ISS 35. 2006, p. 104.

¹⁰ Pierre Nora justifica que a necessidade deste espaço surgiu quando a memória foi ‘dissolvida’ pela aceleração do tempo na sociedade industrial que passou a controlar os ritmos de vida e a transmissão da memória não mais foi pautada nas relações pessoais do cotidiano. NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares de memória**. In: Projeto História. São Paulo, 1993. n° 10

¹¹ Para Pierre Nora e Jacques Le Goff memória coletiva é compartilhada por indivíduos que se identificam como pertencentes a um determinado grupo social. A memória coletiva auxilia na construção não só do passado, mas também na noção de identidade. Ver: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, e NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares de memória**. In: Projeto História. São Paulo, 1993. n° 10

Para Jacques Le Goff, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LEGOFF, 2003, p. 469). Ainda para este autor,

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de uma forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 422).

A memória, por seu caráter coletivo, pode ser vista como um dos fatores que aglutinam e estruturam identidades coletivas. Para Vinos Sofka identidade é entendida a partir da relação que um indivíduo estabelece com um grupo e, este mesmo grupo estabelece com ele, bem como as relações que este grupo estabelece com outros. Portanto, a identidade se desenvolve a partir do reconhecimento do ‘mesmo’ a partir das relações estabelecidas com os ‘outros’. Estas ações são baseadas no reconhecimento da ‘alteridade’ (SOFKA, 1986). A identidade não é uma categoria dada aos indivíduos ou grupos, mas é construída e reconstruída por eles através das relações sociais. Assim como a memória, ela não é rígida nem fixa, mas múltipla, plural e dinâmica. Portanto, a identidade não é imanente, mas um produto e um devir sócio-histórico.

Os museus como patrimônio podem ser compreendidos como uma maneira de representação de memórias e identidades. Gonçalves nos indica que “o sentido fundamental dos ‘patrimônios’ consiste talvez em sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora” (GONÇALVES, 2002, p. 30).

Nesta perspectiva, entendemos o patrimônio como uma construção coletiva baseada nas relações sociais envolvendo as necessidades, os interesses e intencionalidades dos grupos aos quais ele se refere.

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizei um trabalho de levantamento de fontes históricas: inicialmente identifiquei e reuni as publicações produzidas pelo IAUC, pelo Museu Arthur Ramos e pela UFC, que abordassem suas formações institucionais. Buscando verificar sua relação com outras instituições e setores da sociedade, pesquisei em diferentes jornais da época, entre eles destaque: Jornal O Povo, Folha de São Paulo, Jornal Unitário. As pesquisas foram realizadas na Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Memorial Martins Filho e na Biblioteca da Academia Cearense de Letras.

O desmembramento do Instituto de Antropologia (apresento como exemplo o Museu Arthur Ramos que foi integrado à Casa de José de Alencar) implicou na dispersão da documentação produzida relativa às pesquisas realizadas e ao setor administrativo. Desta forma, só me foi possível o acesso a documentos relativos ao Museu. Os documentos salvaguardados pelo Museu Arthur Ramos se referem às questões administrativas e, na sua grande maioria, sobre a identificação e organização de suas coleções. A disponibilização deste material foi permitida pela Casa José de Alencar através da museóloga responsável pelo acervo, Márcia Pereira.

No que diz respeito, especificamente, à coleção Arthur Ramos, foram pesquisados documentos referentes ao seu processo de venda na Biblioteca Nacional, onde estão as correspondências e documentos escritos que descrevem os trâmites.

O levantamento de fontes históricas não tem o intuito de definir uma ‘verdade’ através dos documentos. As fontes são entendidas como detentoras de informações que podem fornecer subsídio para questionamentos e reflexões que serão apresentados.

Partiremos dos objetos da coleção Arthur Ramos e de seus processos de aquisição, compra ou permuta que constituíram o acervo do IAUC para investigar os itinerários simbólicos permeados pela construção de discursos. Tendo em vista o que já foi exposto, analisaremos a relação entre as concepções museológicas e antropológicas que nortearam a constituição do acervo do Museu Arthur Ramos a partir da coleção que leva o mesmo nome, considerando os valores, interesses e práticas que balizaram esta constituição e refletindo sobre o papel dos diferentes discursos e disputas que integram a constituição de um patrimônio e suas relações com a formação de memórias, identidades e imaginários sociais. Para isso apresentaremos o contexto de formação da coleção Arthur Ramos, entre os anos de 1930 e 1940, bem como o contexto de aquisição desta coleção pelo IAUC já no final dos anos 1950.

No primeiro capítulo, contextualizaremos o arranjo institucional que permitiu a criação do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, então Universidade do Ceará, e a sua proposta de formação de um museu, explanando sobre o seu funcionamento e organização. Devido à escassez de trabalhos acadêmicos que abordem o IAUC, foi necessário recorrer à pesquisa nos arquivos da UFC (Arquivo - UFC, Memorial Martins e Museu Arthur Ramos), periódicos (O Povo, Unitário, O Cruzeiro, entre outros) e às informações contidas nas publicações do IAUC (Boletim de Antropologia).

A prática profissional do IAUC reuniu objetos e coleções que originaram um museu. Neste sentido apresentarei discussões sobre a relação entre antropologia e museus, e entre

este e a Museologia. Para o desenvolvimento desses temas utilizarei os seguintes autores: Nelia Dias, Lilia Moritz Schwarcz, José Reginaldo Gonçalves, André Desvallées, François Mairesse. Em seguida, fundamentada em Marta Lourenço, que identifica especificidades de museus constituídos em espaços universitários.

No segundo capítulo, apresentarei referenciais históricos do antropólogo Arthur Ramos que, ao longo da sua carreira acadêmica, se dedicou ao acúmulo de elementos relacionados ao seu objeto de estudo: a cultura negra no Brasil. Para isso uso os trabalhos de Luitgarde Cavalcanti Barros e Maria José Campos sobre o antropólogo. Com base nas práticas de colecionamento de Arthur Ramos e do Instituto de Antropologia, discutirei sobre os conceitos de coleção e sua relação com a construção de sentidos. A ação colecionadora, como aponta Jean Baudrillard, é reunião de objetos baseada em escolhas, em seleções e através da análise das coleções formadas podemos conhecer muito sobre o seus colecionadores. Pois, as coleções são reveladoras dos interesses e dos gostos daqueles que as formaram (BAUDRILLARD, 2002, p. 105).

Para Krzysztof Pomian, coleções podem ser compreendidas como

[...] qualquer conjunto de objectos naturais e artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar público (POMIAN, 1984, p.53).

Porém, este conjunto, que não raras vezes, é constituído por diferentes objetos e de diferentes procedências que formam um sentido que lhe é dado por aqueles indivíduos responsáveis pelo seu deslocamento, não só do circuito econômico, mas da vida social para um espaço de proteção e estudo. Estes objetos que, quase sempre, são tratados como totalidade de uma cultura ou de um passado, na verdade são fragmentos, vestígios, traços da realidade histórica e sociocultural do momento do qual eles fizeram parte.

As atividades de registro, organização e conservação dos objetos museológicos, foram iniciados em 1960, por Valdelice Carneiro Girão, baseada em anotações dos pesquisadores e em conhecimentos museológicos adquiridos no período em que fez um estágio prático – como funcionária do Museu do Instituto Histórico e Antropológico do Ceará – no Museu Histórico Nacional, orientada por Gustavo Barroso (HOLANDA, 2006).

A formação de coleções, dentro do espaço museológico, está associada à construção de memórias que ocorrem de acordo com posturas teóricas e políticas, portanto o seu acervo é formado segundo discursos de determinados grupos sociais num

determinado contexto histórico e sócio-cultural. Vale ressaltar que a memória não é somente o ato de lembrar, mas é formado pela dinâmica de lembrança e esquecimento que fazem parte, tanto do ato psicológico individual, como ação coletiva fruto das relações sociais e as disputas de poder.

A terceira e última parte focalizará a relação entre museu e patrimônio, entendendo que essa relação é atravessada por elementos simbólicos, nos quais estão presentes atribuições de valores e de significados. A partir dessa perspectiva analisarei a constituição do acervo museológico do Instituto de Antropologia da Universidade, que foi impulsionada pela aquisição da Coleção Arthur Ramos, ressaltando a sua inserção num imaginário social. Como aponta Cornelius Castoriadis, imaginário não é uma imagem que reflete tão qual a sociedade é, o imaginário é instituído pela/na sociedade através da articulação de representações sociais. O imaginário “é criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’” (CASTORIADIS, 1999, p.13).

Dentro da discussão sobre imaginário, abordaremos dois temas que considero relevantes para compreensão da atuação do IAUC através das suas ações colecionadoras. Primeiro, discutiremos a relevância do tema ‘identidade’, especialmente aquela que se refere aos aspectos regionais da nacionalidade. Segundo, identificaremos elementos que remetam à formação de dois campos disciplinares: Antropologia e Museologia.

CAPÍTULO 1

A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO CEARÁ

CAPÍTULO 1

A criação do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará

1.1 – Itinerário do Instituto de Antropologia

O presente capítulo tem como proposta apresentar e refletir sobre a trajetória institucional do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, então Universidade do Ceará, criado em 1958. Para tal empreitada, torna-se necessário falarmos sobre a própria instituição à qual o Instituto esteve vinculado, a Universidade Federal do Ceará (UFC). Em seguida, nos concentraremos na atuação do IAUC, identificando e analisando sua contribuição para o estabelecimento da Antropologia no Ceará aliada à prática de coleta de objetos.

Considerando, a partir de alguns referenciais teóricos metodológicos da Análise do Discurso (AD), que a produção científica está imbricada com as questões suscitadas pelo seu contexto, este procedimento é uma tentativa de apresentar o horizonte socioeconômico, político e cultural do período. Não queremos buscar o início ou a origem da antropologia no estado, mas entender quais as articulações que possibilitaram seu desenvolvimento¹².

Para AD, o discurso não é a transferência de informações entre emissores e receptores através de um código de linguagem: a língua, escrita ou falada. O discurso não é visto, apenas como este processo mecânico de causa e efeito, ele é entendido como uma construção localizada num dado momento histórico, no qual estão envolvidos sujeitos, elementos ideológicos e produções de sentidos (ORLANDI,1999). A língua integra esta construção como uma dentre as possibilidades do discurso, da mesma forma que os gestos, as imagens e as tomadas de decisões. Eni Orlandi sintetiza a definição de discurso como “efeito de sentido entre locutores” (1999, p.21), sendo o acento colocado no sintagma: efeito de sentido, pois o sentido é justamente isso: um efeito produzido pela relação intrínseca entre língua e história.

Analisar o discurso é ultrapassar as barreiras da interpretação imediata e investigar as condições de sua produção de sentidos. Por sua vez, as formas de interpretações são variadas e condizem com os parâmetros de análises e, novamente, com contexto histórico, político, econômico e social (ORLANDI,1999).

¹² A apresentação do contexto não é uma forma de mostrar determinações, no sentido impositivo, mas uma tentativa de traçar elementos históricos, econômicos, políticos e culturais que pela sua associação, criam um campo de possibilidades de atuação social.

A criação da Universidade do Ceará está inserida no projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro, nos anos 1950, onde a principal aspiração era o progresso tecnológico e sócio-cultural. E como forma de alcançar este progresso, o Estado investiu fortemente no desenvolvimento da indústria, bem como estruturar os sistemas de educação, saúde e previdência social. Com isso, o sistema superior de ensino teve uma enorme expansão, tanto na estruturação de novas Universidades Federais como na criação de novos cursos. Neste contexto, o investimento no setor da educação, particularmente no setor universitário, visava o desenvolvimento através da formação humana e da produção científica, que geraria produção industrial. A educação era vista como uma ferramenta que possibilitaria a emancipação econômica (MELLO, NOVAIS, 1998).

Até momento de criação da Universidade do Ceará só havia (06) seis universidades federais no país: Universidade do Brasil, Universidade do Rio Grande do Sul, Universidade do Paraná, Universidade de Minas Gerais, Universidade da Bahia e Universidade do Recife¹³.

O ensino superior federal no Brasil até os anos 1950 se configurava por escassas iniciativas, no entanto a partir deste momento é iniciada a implantação de várias unidades pelo país. Atrelada a este processo está a criação da Universidade do Ceará, na data de 16 de dezembro de 1954, efetivada pela Lei 2.373. O Ceará recebeu a 7^o universidade federal do país¹⁴ e, sob a influência do sentimento de pertencimento à Nação, a Universidade do Ceará se imbuíu da responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento nacional. A problemática da constituição de uma identidade nacional atrelada ao desenvolvimento capitalista do país se intensificou com a eleição de Juscelino Kubitschek, como destaca Renato Ortiz,

O período Kubitschek se caracteriza por uma internacionalização da economia brasileira justamente no momento em que se procura “fabricar” um ideário nacionalista para diagnosticar e agir sobre os problemas nacionais (ORTIZ, 2006, pp.46-47).

A contribuição da Universidade Federal do Ceará se concentraria nos estudos de questões locais. No entanto, sua proposta de atuação não se restringia somente ao estado cearense, mas à região Nordeste como todo.

A missão da Universidade do Ceará, terra que ocupa ‘posição ímpar na história intelectual do país, como salientou o Ministro [da Educação] Candido Mota Filho no solene ato inaugural da nova instituição, assume extraordinária significação em relação aos complexos problemas e

¹³ Além das Universidades Federais destacamos o pioneirismo da Universidade de São Paulo estabelecida através da reunião de diferentes Instituto, Faculdades e Escolas em 1934.

interesses específicos da Região e do Homem, cujos destinos se encaminharão para etapas mais amplas e brilhantes, como decorrência não apenas de sua permanente ação renovada, senão também do trabalho construtivo das elites que se formarão sob a égide da prestigiosa entidade (MENEZES NETO, 2004. p. 250).

A proposta de trabalho com abrangência regional foi destaque na mídia impressa nacional por meio de críticas proferidas por Gilberto Freyre, na sua coluna *Pessoas, Coisas e Animais*, na revista *O Cruzeiro*¹⁵. Freyre, defensor de uma leitura regional da Nação (centrada no fortalecimento do Nordeste), criticou a criação de universidades federais de caráter estadual. A política educacional do ensino superior de criação de universidades 'dos estados' favoreceria ações centradas nos interesses estaduais em detrimento dos regionais. Como proposta, Freyre propôs um sistema universitário baseado no regionalismo, e em particular para o Nordeste, sua proposta consistia numa universidade regional, com unidades distribuídas pela região e centralizada em uma cidade. No caso do Nordeste, Freyre sugeria como polo centralizador e irradiador do ensino superior a já existente Universidade do Recife.

Martins Filho, um dos formuladores da UFC e seu primeiro reitor, responde, na mesma revista em 05 de abril de 1960, chamando a atenção para o próprio interesse da UC em abranger toda a região no seu plano de ações e da necessidade de pensar a resolução de problemas regionais através de estudos sistemáticos baseados nas suas características particulares. Martins Filho afirma que para obter um desempenho favorável

[...] teríamos de cultivar o saber, em sua intrínseca universalidade. Mas como instituição do Ceará, teríamos de nos voltar de logo para Região em que nos situávamos. Consequentemente, como Universidade do Ceará, pretendíamos alcançar – *O Universal pelo Regional* (MARTINS FILHO, 1994, *apud* BARBOSA, 2010, p 224).

A querela também recebeu contribuição do sociólogo cearense, Djacir Menezes¹⁶ que se apresentou favorável à construção de universidades estaduais e destacou que mesmo sendo uma região, o Nordeste não possui característica única e pode ser entendido a partir de sua formação histórica baseada em dois tipos de produção econômica (a açucareira e outra pecuarista e algodoeira) que determinaram dois tipos de sociedades com suas próprias características¹⁷.

¹⁵ Gilberto Freyre manteve a coluna *Pessoas, Coisas e Animais* na revista *O Cruzeiro* entre os anos 1948 e 1966.

¹⁶ Djacir Menezes abordou a querela em entrevista ao jornal carioca *Correio da Manhã* em 17 de maio de 1960.

¹⁷ Menezes escreveu o livro "Outro Nordeste", no qual apresenta um contraponto à visão do Nordeste difundida pelo livro *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. Em vez de um Nordeste opulento com sua economia baseada na produção de cana de açúcar, 'outro Nordeste' é marcado pela seca, pela pecuária e produção de algodão.

Acreditamos que, para além de discussões sobre estadualismo e regionalismo, e interpretações sobre o Nordeste, a criação de unidades universitárias em diferentes locais do país contribuiu, e contribui, para a difusão de ideias e informações e para produção de conhecimento.

A Universidade do Ceará foi estabelecida através da reunião das Faculdades de Farmácia e Odontologia, de Direito, de Medicina e das Escolas de Agronomia e Engenharia. Ao longo dos anos, foram sendo incorporadas outras faculdades e cursos acompanhando o movimento de criação de novas instituições de ensino e pesquisa. Neste processo de construção da Universidade, foi criado em 1957, o Serviço de Antropologia da Universidade do Ceará (SAUC). O projeto do SAUC foi elaborado por Thomaz Pompeu Sobrinho a pedido do então reitor professor Antônio Martins Filho. De acordo com seu Regimento, tinha

[...] como objetivo proporcionar os meios necessários a um trabalho sistemático e organizado, concernente à Antropologia no NORDESTE, destacadamente no Ceará, congregando para êsse fim, especialistas na matéria (REGIMENTO DO SERVIÇO DE ANTROPOLOGIA, 1957, p. 77, grifos do autor).

O Serviço de Antropologia foi formado pelo arranjo institucional entre a Universidade do Ceará e o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (Instituto do Ceará)¹⁸. O Instituto do Ceará o abrigou em seu prédio sede¹⁹ (Ver figura 1), na Av. Visconde do Cauípe nº 2431 (atual Av. da Universidade), enquanto a Universidade ficou responsável pela manutenção financeira de alguns funcionários e dos projetos propostos.

Dentro da estrutura da Universidade do Ceará, o SAUC estava subordinado diretamente ao Reitor e sua organização consistia em Direção, Gabinete ou Laboratório e Conselho Deliberativo. Esta foi a base da organização do futuro Instituto de Antropologia que acrescentou departamentos com funções específicas. São eles: Departamento de Pesquisas e Monumentos, Departamento de Instrução, Divulgação e Propaganda e Departamento de Museus.

¹⁸ O Instituto do Ceará foi criado em 1887 como uma sociedade exclusiva, reunindo doze membros em torno do propósito de escrever a história do Ceará. Para integrar este grupo seletivo era necessário passar pelo crivo de uma comissão que avaliava a produção intelectual do pleiteante. Após sua aprovação era necessário contribuir com o valor inicial de dez mil réis e uma mensalidade de mil réis. Apesar da segunda metade do século XIX ter sido marcada pela formação de várias sociedades literárias no Ceará, é apenas com a criação do Instituto do Ceará que ocorre um esforço especial direcionado para formulação de narrativas históricas sobre o estado. Os trabalhos realizados no Instituto do Ceará abrangiam aspectos históricos, geográficos e culturais na tentativa de identificar e inserir a identidade cearense no projeto político de construção da identidade nacional (OLIVEIRA, 2001).

¹⁹ No mesmo prédio funcionava o Museu do Ceará que ficou sob os auspícios do Instituto do Ceará no período de 1951 a 1966.

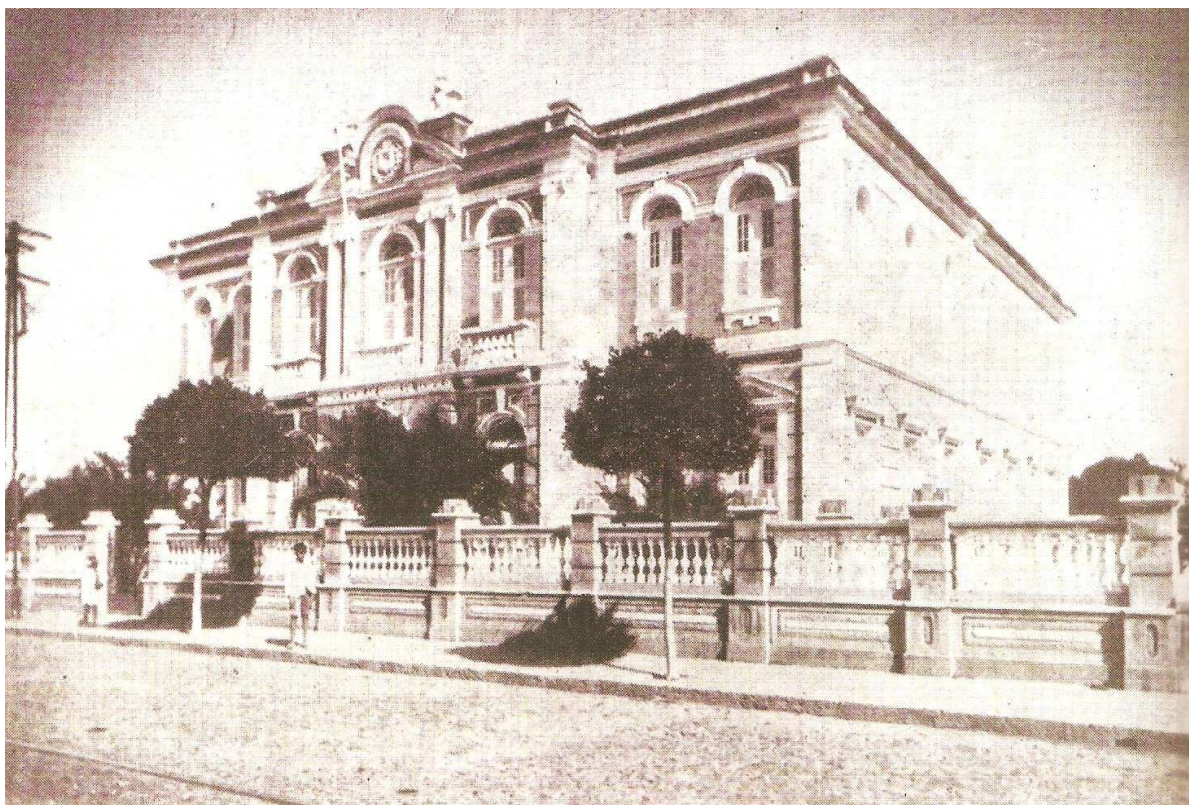


Figura 1 – Prédio sede do Instituto do Ceará, onde foi alojado o Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará. Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DO CEARÁ, 2010, p. 26

Estabelecer a Antropologia no Nordeste, especificamente no Ceará, era um dos objetivos do SAUC e, com este propósito, sua atuação se concretizou no ensino, realizando cursos de Antropologia Cultural e Antropologia Física, na pesquisa, efetuando estudos sobre “Terra e o Homem do Nordeste”²⁰ e, como desdobramento dela, na preservação, salvaguardando objetos que eram coletados e utilizados em suas pesquisas.

Notemos que a aspiração local em representar uma região pode ser entendida como uma ação geradora de conflitos entre as partes envolvidas. No que tange ao estabelecimento da antropologia em âmbito regional, verificamos, novamente, presença de disputas entre Ceará e Pernambuco. Já havia, no Recife, uma instituição com semelhante aspiração, criada em 1949 por Gilberto Freyre: Instituto Joaquim Nabuco (hoje Fundação Joaquim Nabuco), junto a esta instituição também foi formado um museu sob a designação de Museu de Antropologia (atual Museu do Homem do Nordeste), aberto ao público em 1964.

²⁰ NASCIMENTO, 1961, p.13.

Considerando o contexto local, o Serviço de Antropologia foi a primeira tentativa de ensino formal do campo antropológico no estado, os cursos realizados intencionavam a formação de profissionais que pudessem atuar em suas pesquisas. Segundo Thomaz Pompeu Sobrinho, a realização do Curso de Preparação Antropológica²¹, promovido em 1957, possibilitou ao SAUC

[...] organizar a primeira equipe de pesquisadores de campo, que operaram com muito êxito no interior do Estado, recolhendo numerosas e preciosas informações inéditas a respeito dos remanescentes indígenas de Pacajus (índios Paiacus) e de uma comunidade de negros [...] (POMPEU SOBRINHO,1957, p. 4).

Em virtude do seu bom desempenho durante o primeiro ano e de interesse da Universidade, o Serviço de Antropologia foi transformado em Instituto de Antropologia pela Resolução número 57 de 1958, reproduzida pelo jornal Unitário no dia 04 de janeiro de 1959 (ver anexos). Como já falamos anteriormente estrutura organizacional não passou por grandes transformações, as figuras do diretor e do conselho permaneceram e, acrescidas a elas, foram criados novos setores: Secretaria, Departamento de Pesquisa e Monumento, Departamento de Instrução, Divulgação e Propaganda, Departamento de Museus, Biblioteca, Laboratório Geral e Oficina Fotográfica. Estes acréscimos na estrutura organizacional indicam um direcionamento para intensificação e diversificação das atividades que necessitavam de um ordenamento baseado na distribuição de responsabilidades para facilitar a sua execução.

Para assumir a direção do IAUC, foi convidado Thomaz Pompeu Sobrinho. Tal convite foi realizado não apenas pela sua formulação do projeto do Serviço de Antropologia, mas, sobretudo, pelo destaque de suas atividades no Instituto do Ceará como pesquisador da História e Geografia do estado Ceará e pela sua atuação nos setores de estudos de ciências humanas e sociais do Estado. Ressaltamos, também, que Pompeu Sobrinho trabalhava diretamente com o Reitor Martins Filho, tendo em vista que este último era membro do Instituto do Ceará desde 1943.

²¹ O Curso foi dividido em dois módulos, Antropologia Física e Antropologia Cultural, ministrado, respectivamente, por Francisco de Alencar e Florival Seraine (POMPEU SOBRINHO, 1957).



Figura 2 - Thomaz Pompeu Sobrinho - diretor do Instituto de Antropologia de 1958 a 1966. Fonte: BOLETIM 33, 1961. N/P.

Thomaz Pompeu Sobrinho se tornou engenheiro pela Escola de Engenharia de Ouro Preto. Paralelamente às suas atividades como engenheiro da Inspetoria de Obras contra as Secas (Departamento Nacional de Obras contra Secas – DNOCS) se dedicou ao estudo de diferentes áreas do conhecimento, tais como: História, Geografia, Arqueologia e Antropologia. Devido ao destaque de seus trabalhos, Pompeu Sobrinho ingressou no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará em 1928, como sócio, e, em 1938 assumiu a direção geral, cargo que ocupou até o ano de sua morte em 1967. Desde 1922, Pompeu Sobrinho ocupou uma cadeira na Academia Cearense de Letras.

Os estudos de Thomaz Pompeu Sobrinho se tornaram publicações que até hoje são referências para o estudo de vários temas, com ênfase, para os estudos relacionados à seca no Nordeste. Sobrinho publicou, entre outros livros, *Indústria Pastorial no Ceará* (1917), *Esboço Fisiográfico do Ceará* (1922), *História das Secas: Século XX* (1953), *Pré-história Cearense* (1955), *Línguas Tapuias Desconhecidas no Nordeste* (1958) e *Manual de Antropologia* (1961-composto por dois volumes).

Seu interesse por Antropologia já estava presente na sua atuação em instituições anteriores, como aponta a historiadora Ana Amélia Rodrigues de Oliveira

[...] que Pompeu Sobrinho, além de ser responsável por uma vasta produção intelectual, foi o presidente do Instituto do Ceará durante todo o período em que museu [do Ceará] esteve anexado ao mesmo [1951-1966]. Tal influência alterou o nome da instituição, já que o Museu Histórico do Ceará passou a se chamar Museu Histórico e Antropológico do Ceará a partir de 1951. A mudança do nome não é, portanto, sem motivos. Entra em jogo outra maneira de fazer relações entre o presente e o passado (OLIVEIRA, 2008, p. 27).

Pompeu Sobrinho direcionou os estudos e pesquisas antropológicas iniciais realizadas nesta instituição, com autoria nos dois projetos de pesquisa, publicados em duas das edições do Boletim de Antropologia, que seriam desenvolvidos pelo IAUC. O primeiro projeto foi publicado no Boletim de Antropologia número 3, de 1959, com o título *Valorização do Nordeste – Um plano de estudo Sócio-Cultural da Área Nordestina*, e o segundo, publicado no Boletim número 4, de 1960, sob o título *Projeto de Pesquisa Sócio-Cultural do Ceará*. Sendo o segundo um aprofundamento das questões levantadas e discutidas no primeiro.

Seu empenho em abordar temas relacionados ao Nordeste, em especial, as secas, foi recorrente e esteve presente desde sua atuação na Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Sua atividade na IOCS, como engenheiro, consistia na avaliação e construção de açudes que visavam sanar os problemas decorrentes dos constantes períodos de secas que assolavam a região. Pompeu Sobrinho tinha como proposta analisar a seca não apenas pelo viés climático, mas a partir de questões de ordem econômica, política e social.

O problema das secas não é, como muita gente pensa, simplesmente uma questão de água. É coisa muito séria e complexa, por isto que a seca como se compreende geralmente, a seca que nos assombra, constitui fenômeno físico-social e não somente cósmico ou geográfico (POMPEU SOBRINHO, s/d, p.3).

Para ele, a IOCS realizava análises limitadoras e suas ações eram travadas por questões políticas e burocráticas. O Serviço de Antropologia, e posteriormente, Instituto de Antropologia se apresentou, então, como um instrumento para os seus objetivos: estudar o Nordeste sob uma perspectiva ampla, sem as limitações de um órgão de política pública.

Sendo Pompeu Sobrinho aquele que indicou as linhas de trabalho da instituição que estamos investigando, é compreensível que seus interesses pessoais e políticos, também, integrassem os interesses institucionais. Entretanto, não queremos fazer deste trabalho uma ode ao personalismo, pois compreendemos que o IAUC foi estabelecido por ações coletivas e pelas condições históricas, econômicas e sociais de dado momento.

Sobrinho assumiu a direção geral juntamente com a assessoria técnica de Francisco de Alencar²², apoiados pelos seguintes conselheiros técnicos, todos eles médicos, membros do Instituto do Ceará e/ou professores da Universidade, com exceção de um advogado: Florival Seraine, João Saraiva Leão, Jerson Braga Vieira da Fonseca, Carlos Studart Filho, Jósia Magalhaes, Walder Sá, José Rômulo Barbosa (médicos) e Francisco Martins (advogado). No entanto, no decorrer dos anos, houve participação de profissionais de outras formações, principalmente de ex-alunos que participaram dos cursos oferecidos pelo Instituto.

No SAUC, inicialmente, foram realizados cursos de Antropologia Cultural e Antropologia Física, e posteriormente, os temas se tornaram mais específicos, tais como: Biologia Geral, Etnografia, Fisiopsicologia, Culturologia e Estatística aplicada à Antropologia²³. Para participar dos cursos oferecidos era necessário ter concluído o ensino secundário (o que hoje corresponde ao ensino médio), e para receber o certificado de conclusão era preciso, além de frequentar as aulas, realizar exames finais.

A atividade docente era realizada tanto por professores contratados pela Universidade (como é o caso do professor Francisco Alencar) como por membros do Instituto do Ceará (Florival Seraine e Carlos Studart Filho). Thales de Azevedo ao falar dos *Primeiros Mestres de Antropologia nas Faculdades de Filosofia* aponta Florival Seraine como primeiro professor do Instituto de Antropologia e destaca a atuação de Carlos Studart Filho em diferentes frentes de pesquisa, tais como etnografia, arqueologia e geografia, o que lhe proporcionou o prêmio Gustavo Barroso oferecido pela Universidade Federal do Ceará em 1965 (AZEVEDO, 1984).

²² Francisco Ferreira de Alencar é formado em História e Geografia pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, participou da fundação do IAUC e desempenhou um papel importante para sua consolidação. Participou do Curso de Especialização em Antropologia Física, realizado pela Capes em colaboração com o Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Onde, aproveitando o momento oportuno, tomou conhecimento da venda da biblioteca, das coleções etnográficas e arquivo pessoal de Arthur Ramos ao Ministério da Educação e das dificuldades enfrentadas pela Biblioteca Nacional em manter este acervo, comunicou ao Reitor Martins Filho que se interessou. Na posse das informações Martins Filho contactou Celso Cunha e negociou parte do acervo de Arthur Ramos para encaminhá-lo ao IAUC. Francisco Alencar participou de seminários e congressos visando a divulgação do trabalho do IAUC, como por exemplo, o Seminário Nacional sobre as Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil em 1960, no Rio de Janeiro, promovido pelo Serviço Social Rural, com a colaboração da Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil. Francisco Alencar se afastou da UFC, após seu exílio no exterior, decorrente de questões relacionadas à Ditadura Militar no país. Mesmo afastado de seu país de origem, deu continuidade às suas atividades acadêmicas em várias universidades de diferentes países: Chile (Universidade do Chile), México (Universidade Nacional Autónoma do México e Universidade Iberoamericana da Cidade do México), Moçambique (Instituto Pedagógico em Maputo) e Suécia (Instituto Karolinska e Universidade de Estocolmo). Alencar retornou ao Brasil em 1994 e, atualmente, reside em Fortaleza, Ceará.

²³ BOLETIM 36, 1962, p.112

Por meio da observação da proposta do SAUC, verificamos que a Antropologia no seu espaço era pensada e praticada no “sentido amplo”²⁴, a partir da associação de diferentes áreas de conhecimento marcada pela presença de referenciais biológicos e culturais. Além das atividades de ensino, havia o incentivo à produção de textos acadêmicos, abrangendo todos os aspectos dos estudos antropológicos (físicos, culturais e sociais), que pudessem ser utilizados em sala de aula como material didático. As contratações foram realizadas a partir do reconhecimento e da atuação dos profissionais em outras instituições, como por exemplo, membros do Instituto do Ceará e professores de cursos superiores, como por exemplo, da Medicina. Entretanto, havia interesse na realização de concursos posteriores (REGIMENTO, 1960).

Um ano após sua criação, em 1959, o SAUC para se transforma no Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará. Contudo, a formação de profissionais no campo da Antropologia e o estudo do Nordeste, numa perspectiva antropológica, continuaram como objetivos essenciais, segundo a apresentação de sua finalidade presente no seu Regimento.

Artº 2 – Ao Instituto de Antropologia incumbe:

[...]

d) estudar, sob todos os aspectos antropológicos, as populações do nordeste do Brasil;

e) ministrar o ensino de Antropologia;

[...] (REGIMENTO, 1960; p. 3).

Mesmo após a instauração do IAUC, Thomaz Pompeu Sobrinho continuou a desempenhar a função de diretor e a sistematizar conhecimentos do campo da Antropologia no intuito de facilitar as atividades de ensino. Sistematização esta que foi iniciada com o planejamento de escrever seis tomos dedicados aos seguintes temas: Antropologia Física, Raciologia, Bioetnologia, Etnografia – Arqueologia, Ergografia e Etnologia e Antropologia Aplicada. No entanto, foi concretizada apenas a feitura do primeiro tomo dividido em dois volumes.

A produção escrita de Pompeu Sobrinho era, também, referência para compreensão da Antropologia. No texto *Noções sobre o conceito de Antropologia*,

²⁴ Antropologia no “sentido amplo” é entendida segundo a análise feita por George Stocking referente ao desenvolvimento da disciplina que se deu através da fusão de diferentes conhecimentos, em contraste com outras disciplinas que surgiram a partir da fissão (STOCKING, 2002).

apresentado na aula inaugural do primeiro curso promovido pelo SAUC, a Antropologia é dividida em dois tipos: a Física e a Cultural. No que concerne à Antropologia Cultural, o autor não a distingue em relação à Antropologia Social ou à Antropossociologia. Porém, apresenta dois vieses de trabalho: a Etnografia e a Etnologia.

Enquanto aquela [**Etnografia**] recolhe, discrimina, descreve e classifica os elementos e fatos culturais, indaga das suas fontes ou jazidas, esta, a **Etnologia**, trabalha essa messe, essa colheita de elementos de modo diferente, procurando estudar tôdas as correlações a que pode dar lugar. Investiga as relações espirituais, morais, artísticas e mesmo econômicas e o respectivo valor adaptativo social. Ao passo que a Etnologia o faz de maneira muito mais elevada e sutil, definindo com cuidado e equilibrado critério as suas funções simples ou múltiplas, originais e as que se desenvolveram lateralmente, no correr dos tempos, as suas variações, as reações sociais a que poderiam dar lugar ou que realmente deram, o seu valor na criação, desenvolvimento unilateral ou divergente de outros fenômenos culturais. Os seus processos são etiológicos, genuinamente explicativos, e não expositivos como os da etnografia (POMPEU SOBRINHO, 1957, p. 114).

Ao mesmo tempo em que eram realizados cursos de formações²⁵, eram realizadas pesquisas que utilizavam como instrumento de divulgação o periódico *Boletim de Antropologia*²⁶. A organização da publicação era feita pelo IAUC e as contribuições, em sua grande maioria, eram providas de seus pesquisadores ou de outros pesquisadores regionais. No entanto, sua distribuição para instituições fora do estado foi realizada de maneira sistemática. Podemos encontrar, atualmente, seus exemplares em várias bibliotecas universitárias do país, na Biblioteca do Congresso Americano e até mesmo citado como referência na *Bibliographie américaniste* produzida por Madeleine Doré²⁷, por mais que não encontremos nenhum exemplar nas bibliotecas da Universidade da qual fez parte.

Dentre os temas mais recorrentes nos trabalhos publicados nos diferentes números do Boletim de Antropologia, verificamos a predominância da busca em identificar os aspectos da 'cultura nordestina', em particular, a 'cultura cearense'. Sendo esta cultura regional/local vista como elemento formador de uma cultura nacional.

²⁵ De acordo com o Regimento do Instituto de Antropologia, o Departamento de Instrução, Divulgação e Propaganda disponha de uma Escola Média de Antropologia e de uma seção especial de cursos e conferências (REGIMENTO, 1960; p.6).

²⁶ O Boletim de Antropologia possui cinco edições entre os anos de 1957 e 1960.

²⁷ DORÉ, Madeleine. *Bibliographie américaniste*. In: *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 49, 1960. pp. 135-274. < http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jsa_0037-9174_1960_num_49_1_2693>

No “Projeto de Pesquisa Sócio-Cultural do Ceará”, Pompeu Sobrinho apresenta como um dos objetivos

Acumular cientificamente conhecimentos suficientes para permitir uma estimativa da possível valorização do meio e, particularmente, do homem cearense como elemento da nação brasileira (POMPEU SOBRINHO, 1960, p.4)

Verificamos que há uma equiparação entre ‘cultura’ e divisões territoriais da administração pública. Além disso, percebemos que há um processo de simbolização, pautada no caráter científico, da noção de região como estratégia de inserção no cenário nacional. É patente que os valores simbólicos atribuídos estão intimamente relacionados com questões políticas e econômicas. Sendo a própria criação da UC vinculada a uma proposta política de desenvolvimento econômico nacional.

Como forma de encaminhar as pesquisas propostas pela instituição, era possível aos estudantes dos cursos acompanhar os pesquisadores às visitas de campo (HOLANDA, 2006). Segundo documento resultante do II Seminário de Professores da Universidade do Ceará, em 1961, o IAUC possuía as seguintes pesquisas em andamento e/ou planejadas:

- Pesquisa antropométrica a ser levada a efeito nas corporações militares, hospitais, maternidades e estabelecimentos escolares de Fortaleza – prosseguimento e conclusão.
- Pesquisa antropológica em Pacajus sobre grupos remanescentes negros e indígenas - prosseguimento e conclusão.
- Pesquisa arqueológica sobre inscrições rupestres, levada a efeito no interior do Estado - prosseguimento e conclusão.
- Pesquisa sócio-cultural na localidade de Juatama (pesquisa-piloto) - prosseguimento e conclusão.
- Pesquisas sócio-antropológicas sobre comunidades rurais, de pescadores e de centros urbanos (PLANEJAMENTO..., 1960).

Como já apresentamos anteriormente, o desenvolvimento econômico e social regional era o objetivo almejado das pesquisas empreendidas pelo IAUC. Desta forma, havia o interesse em trabalhar articuladamente com instituições estatais que executassem projetos econômicos. Tal articulação se realizava tanto a partir de projeto conjuntos, como através de ações complementares.

No Jornal O Povo, de 23 de dezembro de 1961, consta a matéria intitulada “A Terra e o Homem – metas do Instituto de Antropologia” apresentando um mapa do estado do Ceará e uma seleção de três regiões, as quais faziam referência à pesquisas empreendidas pelo IAUC e mais duas instituições, o Serviço Social Rural²⁸ e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).



Figura 3 – Mapa com as localizações escolhidas para pesquisas encaminhadas pelo SSR, IAUC e SUDENE. Fonte: (A TERRA E O HOMEM..., Jornal O Povo, 23 dez 1961).

²⁸ O Serviço Social Rural (SSR) foi criado pela Lei Federal 2.613 de 23 de setembro de 1955 com intuito de promover as atividades nas zonas rurais do país e, ao mesmo tempo, assegurar melhorias na qualidade de vidas destas comunidades (GARCIA, 2001, p.4). No entanto, em 1962, o SSR foi integrado à recém-criada Superintendência de Reforma Agrária (Supra) que, em 1964, foi pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (Inda). Estes, por sua vez, foram substituídos pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 1970.

Após os anos iniciais de pesquisa, o IAUC acordou, em 1967, um convênio com a Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural do Estado do Ceará (SUDEC), para a elaboração e execução de uma pesquisa sobre o estado.

A pesquisa antropológica a que se refere o presente Convênio tem como finalidade apresentar dados para o conhecimento das sub-áreas culturais do Estado do Ceará, possibilitando a determinação de diretrizes específicas para melhor atuação por parte de órgãos governamentais, especialmente nos aspectos relativos a valores, atitudes e motivações que mais diretamente afetam, positiva ou negativamente, o engajamento do contingente populacional do mesmo Estado (TÉRMO DE CONVÊNIO, 1967, p.1).

Para além dos interesses políticos e sociais das pesquisas do IAUC é evidente, como já sublinhamos anteriormente, que a sua implantação está relacionada com a institucionalização de um determinado campo científico no Ceará, a Antropologia²⁹.

Segundo Bourdieu, a noção de campo está vinculada ao conceito de espaço social, entendido como

um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinado quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme ou mais ou menos direto, ao campo da produção econômica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas) (BOURDIEU, 2007, p. 153).

O espaço social e, conseqüentemente, os campos sociais são constituídos por agentes que interagem entre si de acordo com seus interesses e utilizando estratégias que mantêm ou modificam suas posições dentro de um determinado campo, que por vez, correspondem à manutenção ou modificação de suas posições no espaço social.

Nesta perspectiva, os campos sociais são compreendidos como um espaço de lutas no qual seus agentes são os protagonistas. As lutas travadas ocorrem incessantemente e as estratégias acompanham parâmetros estabelecidos internamente.

²⁹ Consideramos que a institucionalização da Antropologia, assim como, de outros campos como História, Geografia, Arqueologia e Linguística, são iniciadas com instalação do Instituto do Ceará, local onde há uma intencionalidade formal na produção científica (de acordo com diretrizes próprias). No entanto, a prática etnográfica, e de estudos de ciências naturais, "passou" pelo Ceará por meio da Comissão Científica de Exploração. Tal grupo foi organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1856, e percorreu o Brasil entre 1859 e 1861, com intuito de conhecer o território nacional para explorá-lo. Para isso, foi reunido um grupo de pesquisadores brasileiros divididos em cinco seções, entre elas a Seção de Etnografia e Narrativa da Viagem. Segundo Kaori Kodama, o responsável por esta seção, Gonçalves Dias, permaneceu no estado entre fevereiro de 1859 e agosto de 1860 (KODAMA, 2005).

Estas estratégias utilizadas para angariar ganhos dentro deste jogo fazem uso de diferentes espécies de capital (econômico, cultural, social, científico, simbólico) compreendido como “poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado” (BOURDIEU, 1989, p. 134). Cada campo, ou subcampo, possui suas dinâmicas de funcionamento que são construídas pelas interações de seus agentes, bem como, pela sua interação com outros campos no espaço social. São as dinâmicas que indicam qual tipo de capital deve ser considerado para conquistar ganhos os almejados.

O campo científico é um dos diversos campos que integram o campo social, porém possui suas especificidades. As práticas científicas se moldam de acordo com a avaliação de “capacidades”, “competências” e “autoridade” de seus agentes. O reconhecimento destas atribuições conferidas aos agentes é fruto da aprovação de seus pares (que se mostram também como concorrentes), bem como de agentes externo ao campo. Segundo Bourdieu, a noção de competência, para além da capacidade técnica, é impregnada pelas relações sociais que o agente mantém internamente no campo. Estas relações são forjadas de acordo com o lugar em que o pesquisador está localizado na hierarquia de instituições oficiais de produção científica.

Os trabalhos desenvolvidos pelo pesquisador ou pelas instituições de pesquisa não estão apenas na esfera do interesse privado. Quando os trabalhos são elaborados, a receptividade na esfera coletiva também é considerada, tendo em vista que esta receptividade está relacionada ao apoio financeiro e à legitimação no campo científico. A legitimação é um jogo, no qual as diferenças são postas mesmo havendo uma compreensão comum (consenso no dissenso).

O campo científico é formado pelo imbricamento de fatores ligados à competência propriamente técnica e intelectual e pelas relações sociais. Estas são forjadas pelos interesses e práticas de seus membros. De acordo com Bourdieu

o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse (as práticas científicas não aparecendo como "desinteressadas" senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos) (BOURDIEU, 1983, p. 123).

O campo se constitui tanto a partir de discussões internas, como através das condições sociais de seu aparecimento. Neste processo são elaboradas estratégias científicas que orientam seu funcionamento e que, quando entendidas através das posturas intelectuais e políticas dos cientistas e instituições, se assemelham às estratégias políticas. Para Bourdieu, os interesses políticos, científicos e privados convergem, e quando não, se

confundem, não havendo uma cisão completa entre o profissional e o pessoal. As estratégias científicas (como por exemplo, locais de exposição e publicação) são escolhidas e determinadas de forma a conquistar o reconhecimento dos pares. Este reconhecimento visa estabelecer a autoridade científica no campo, construir uma carreira profissional sólida e angariar prestígio.

Nesta perspectiva, entendemos que o IAUC empreendeu estratégias científicas tais como: convênio com outras instituições, criação de uma publicação especializada de forma a divulgar seus trabalhos, formação de profissionais e participação em eventos com intuito de estabelecer os estudos antropológicos no estado, da mesma forma que buscou o reconhecimento de seus pares (concorrentes).

Partindo do pressuposto de que uma instituição científica é formada por seus agentes (BOURDIEU, 1997), não podemos determinar que houve uma única diretriz direcionando sua atuação. Porém, compreendemos que o IAUC procurou funcionar de acordo com diretrizes de práticas científicas. Através dos seus percursos e itinerários, identificamos que há dois períodos com características distintas.

O primeiro correspondente à implantação do SAUC e os anos iniciais, período em que a prática de pesquisa era marcada pelo amadorismo³⁰ e ausência de verbas para realização de suas investigações. A partir dos anos iniciais da década de 1960, começou um período mais próspero, com a intensificação dos projetos e estabelecimento de parcerias com outras instituições.

Foram realizadas pesquisas no município de Pacajus (em duas comunidades, uma negra e outra indígena), na localidade de Juatama, em Quixadá (foco do “Projeto de Pesquisa Sócio-Cultural do Ceará”), além de pesquisas feitas na Serra da Ibiapaba, em parceria com Serviço Social Rural, este representado por Luiz Fernando Raposo Fontenelle³¹.

³⁰ Havia apenas um profissional com formação acadêmica em Antropologia. Francisco Ferreira de Alencar participou do Curso de Especialização em Antropologia Física, promovido pela Capes em colaboração com o Museu Nacional.

³¹ “O antropólogo Luiz Fernando Raposo Fontenelle também fez parte da Seção de Pesquisas Sociais do Serviço Especial de Saúde Pública. Formado em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia em 1950, Fontenelle estagiou no Museu do Índio e, em seguida, no Conselho Nacional de Geografia. Em 1953, iniciou estágio no Museu Nacional, por meio da antropóloga Heloísa Alberto Torres, onde teve estreito contato com o antropólogo Carl Withers, mais conhecido como James West, autor de *Middletown*, um clássico dos estudos de comunidade. Em 1955, ele foi admitido no SESP. Em meados dos anos 1950, Fontenelle fez mestrado em Saúde Pública na Universidade da Califórnia, sob a orientação do antropólogo George Foster” (MAIO, LIMA, 2009, p.552).

A aproximação entre profissionais do IAUC e o antropólogo Luiz Fernando Raposo Fontenelle³² possibilitou que este recebesse indicação para assumir o cargo de direção da instituição após o afastamento de Thomaz Pompeu Sobrinho por questões de saúde³³, em 1966. Os últimos anos do Instituto, sob a direção de Luiz Fontenelle, foram significativos para consolidação da antropologia e das ciências sociais no estado, e, também para as mudanças estruturais na instituição.

Ao modificar o responsável pela sua direção, o Instituto de Antropologia foi integrado ao recém-criado Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia. Desta forma, Raposo Fontenelle se tornou diretor de ambos. Mesmo após a mudança de direção e de rearranjo na estrutura interna da Universidade, o IAUC (juntamente com o recém-criado Departamento de Ciências Sociais) deu continuidade ao projeto de institucionalização da antropologia através de uma série de ações, dentre as quais destacamos o convênio³⁴ firmado com a UNESCO. Tal convênio possibilitou a colaboração com Universidade de Tours, na França, intermediado pelo professor Jean Duvignaud (representante da UNESCO). O convênio, que tinha como objetivo a elaboração de um plano de incentivo à pesquisa para o desenvolvimento das ciências sociais no Norte/Nordeste, tornou possível a concessão de bolsas de pesquisas para dar continuidade à formação de seus professores e pesquisadores, além do intercâmbio com profissionais de outras instituições.

Como atividade integrante do convênio, o sociólogo francês Jean Duvignaud permaneceu durante dois meses no Instituto de Antropologia/ Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia acompanhando as atividades de pesquisa e entrevistando os professores e pesquisadores a fim de realizar um diagnóstico da instituição e propor melhorias. Na avaliação de Duvignaud, mesmo com o desenvolvimento de pesquisas locais, "(...) o material que dispõe a Universidade é irrisório: nenhuma biblioteca digna desse nome, nenhum instrumento de trabalho científico (DUVIGNAUD, 1968, p. 3)"³⁵. Neste sentido, o sociólogo destaca o dinamismo e empenho dos profissionais para manter a instituição como referência na região. Para ele, "O Departamento e o Instituto constituem atualmente o único núcleo dinâmico de pesquisa em ciências sociais no norte/nordeste, em todo caso, um dos poucos lugares do Brasil onde se

³² Segundo Menezes, o antropólogo Luiz Fontenelle foi indicado à direção do IAUC/Departamento de Ciências Sociais pelos irmãos Francisco Ferreira de Alencar e José Ferreira de Alencar (MENEZES, 1991).

³³ O seu falecimento ocorreu em 9 de novembro de 1967.

³⁴ Para saber mais: DUVIGNAUD, Jean. *Développement de l'enseignement et de la recherche en sciences sociales à l'université du Ceara, Fortaleza*. Paris: UNESCO, 1968.

³⁵ (...)le matériel dont dispose l'Université est dérisoire: aucune bibliothèque digne de ce nom, aucun instrument de travail scientifique (DUVIGNAUD, 1968, p. 3)".

pratica pesquisas diretas “no terreno” e por um período prolongado (DUVIGNAUD, 1968, p. 4)³⁶.

Para expandir suas atividades no campo das ciências sociais, Duvignaud sugere que a UNESCO que nos anos de 1969 e 1970 subsidie a compra de livros da área para a biblioteca da Universidade, que oferecesse bolsas de pesquisa e bolsas para formação dos professores em outros países.

No entanto, tais melhorias não puderam ser destinadas ao Instituto, pois no mesmo ano foi publicada uma lei de reestruturação das Universidades Federais que atingiu diretamente o IAUC e contribuiu para sua extinção.

A promulgação da Lei nº 5.540 de 1968, conhecida como Reforma Universitária de 68, acarretou uma série de mudanças estruturais na organização e funcionamento das universidades, tais como: extinção do sistema de cátedra, a implantação do ciclo básico e da matrícula semestral por disciplina, além de estabelecer como unidade base, o departamento e a racionalidade de recursos (FÁVERO, 2006). Este último ponto pode ser entendido com o fator preponderante para a extinção do IAUC, tendo em vista que já havia a Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia e curso de Ciências Sociais em processo de organização.

É necessário evidenciar que, para além das modificações propostas pela lei, já havia um desgaste político oriundo da tensão gerada por denúncias feitas por um professor do IAUC contra o “Projeto Camelot”³⁷.

Repercutiu intensamente no meio estudantil carioca a denúncia do prof. José Ferreira Alencar, do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará, de que o plano “Camelot” está sendo aplicado naquele estabelecimento sob a chefia de um professor dos Estados Unidos (ESTUDANTES CARIOCAS CONTRA “CAMELOT”. Folha de São Paulo, São Paulo. 8 jan 1968. Caderno 1, p.3).

Tal plano consistia na aplicação de questionários aos estudantes universitários com o intuito de mapear suas atuações políticas dentro e fora da universidade. A iniciativa foi promovida pelo governo dos Estados Unidos, especificamente pelo Special Operations Research Office (SORO) do Exército Americano e tinha como foco os “países

³⁶ Le Département et l'Institut constituent actuellement le seul noyau dynamique de recherche en sciences sociales du nord-est, en tout cas un des seuls endroits du Brésil où l'on pratique des recherches directes "sur le terrain" e sur une période prolongée (DUVIGNAUD, 1968, p. 4).

³⁷ O Projeto Camelot foi criado em 1964 pelo Special Operations Research Office (SORO) do Exército Americano e tinha como objetivo investigar “possíveis” conflitos políticos internos em países em desenvolvimento (especialmente, América Latina) e desenvolver mecanismos para interferir (FERES JÚNIOR, 2004).

subdesenvolvidos”. Sabemos que o projeto iniciou sua implantação no Chile, onde foi alvo de calorosos protestos, e posteriormente no Brasil, onde também houve resistência por parte da comunidade universitária, com o objetivo de barrar sua instalação (FERES JÚNIOR, 2004).

A aproximação entre governo ditatorial brasileiro e o governo americano foi intensa, como destaca Luiz Antônio Cunha, ocorreu um

[...] alinhamento incondicional com o “mundo livre”, isto é, com os EUA, na predisposição dos novos detentores do poder para com a busca de ajuda técnica e financeira para mudar a face do Brasil, de modo a torná-la cada vez mais parecida com a do “país líder do ocidente” (CUNHA, 1988, p. 28).

No que concerne às políticas federais do ensino superior, a influência do EUA foi decisiva para estruturação do sistema de ensino promovida pela Lei 5.540/68 que, dentre outras determinações, introduziu o ciclo básico no primeiro ano de ingresso na universidade.

No Ceará, a suposta presença do Projeto Camelot recebeu destaque da imprensa, tanto local como nacional, provocou afastamento de professores envolvidos, incineração de documentos e se tornou “caso de polícia” nas páginas de jornal. Uma nota presente no jornal a Folha de São Paulo, no dia 02 de setembro de 1968, nos chama atenção para a duração do conflito (baseando-se na nota de denúncia utilizada como citação, verificamos que se estendeu durante todo o ano de 1968) e as diferentes posições tomadas pelas instituições participantes.

A situação do prof. Paulsen no Ceará provocou versões diferentes: enquanto os estudantes denunciavam seu trabalho com parte do projeto Camelot, a Universidade do Ceará insistia em afirmar que se tratava apenas de um trabalho de pesquisa sem qualquer conteúdo ideológico. A presença do sr. Belden Paulsen, durante um ano, nesta capital, causou até séria crise na Universidade local, pelo que foram demitidos seu diretor e vários professores do Instituto de Antropologia, os quais foram os primeiros a denunciar que tais pesquisas faziam parte do projeto Camelot (PROJETO “CAMELOT” RETIRA A BAGAGEM DE UM PROFESSOR. Folha de São Paulo, São Paulo. 2 set 1968. Caderno 1, p.4).

As denúncias foram investigadas pela Polícia Federal. No entanto, desconhecemos os resultados da referida investigação. Embora saibamos que gerou conflitos entre profissionais do IAUC, e, entre estes e a administração da Universidade. A tensão provocada extrapolou as barreiras da UC e se tornou uma questão de ordem pública a partir da divulgação realizada pela imprensa.

Integrando ou não o Projeto Camelot, a pesquisa desenvolvida pelo professor americano Belden Paulsen, da Universidade de Wisconsin, tinha um acentuado interesse na atuação política no estado. Trecho do questionário aplicado, reproduzido pelo jornal Folha de São Paulo, apresenta a pesquisa como

[...] um esforço científico que visa aumentar a compreensão dos processos políticos no Ceará. Respondendo a todas essas perguntas, o mais exatamente possível, o sr. e mais duzentos outros cidadãos no Estado estarão contribuindo para o melhor conhecimento da atual e passada vida política no Ceará. Especificamente isso é um estudo de liderança. O sr. foi um dos entrevistados porque é considerado uma pessoa (ilegível). Suas respostas são absolutamente confidenciais. Este é um estudo completamente independente de grupo ou liderança política. Suas respostas não serão mostradas a nenhuma pessoa não-integrante da equipe de pesquisa. Este estudo é promovido pelo Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará (TÉCNICO DO EUA FEZ PESQUISA POLÍTICA. Folha de São Paulo, São Paulo. 9 jul 1968. Caderno 1, p.7).

A realização deste tipo de pesquisa, que focaliza a atuação política, e seus desdobramentos num contexto de ditadura e repressão política³⁸, coloca em pauta a sua utilização. Mesmo que os pesquisadores não tivessem a intenção de realizar um estudo que prejudicasse seus colaboradores, dentro da própria Universidade poderia haver envio de informações para os órgãos repressivos, pois, sabemos que

[...] as repartições, as universidades públicas e as empresas estatais passavam a ser vasculhadas por comissões de investigação em busca de subversivos e/ou corruptos ligados à política janguista (CUNHA, 1988).

Em 1969, após estes infelizes acontecimentos e seguindo as determinações da lei 5.540/1968, os profissionais e acervos que constituíam o Instituto de Antropologia foram absorvidos pelo Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia. Nesta configuração, a formação no campo da Antropologia tornou-se atrelada ao curso de Ciências Sociais, novos pesquisadores e docentes foram contratados enquanto outros foram afastados. No que tange aos objetos, que antes eram parte do *métier* antropológico, se tornaram um apêndice institucional difícil de serem alocados até o seu deslocamento institucional para a Casa de José de Alencar na década de 1980.

³⁸ No ano de 1968 foi promulgado o Ato Institucional nº5 que, entre outras ações, instituiu cassação de direitos políticos.

1.2 – Museus e Antropologia

A relação entre a coleta de objetos e o desenvolvimento da Antropologia foi marcante, principalmente, entre final do século XIX e início do XX. Os museus foram espaços que promoveram discussões e pesquisas antropológicas, ao mesmo tempo em que desempenharam a função de instrumento de divulgação. Neste contexto, a prática de colecionamento de objetos integrava a metodologia de pesquisa de campo da incipiente disciplina (GONÇALVES, 2007). Eles eram utilizados como prova de existência dos grupos que eram estudados, ou mesmo como forma de legitimar o discurso antropológico. Ainda que os antropólogos não estivessem associados a nenhum museu, os objetos coletados durante o trabalho etnográfico eram encaminhados para museus, por meio de comercialização ou doação.

Para Johannes Fabian, o surgimento da antropologia está alinhado ao processo de legitimação do colonialismo e os objetos constituíram um suporte para conhecer e dominar o 'Outro'. Segundo ele, o

coleccionismo etnográfico era uma prática política tanto quanto era instrumental na acumulação de conhecimento sobre territórios e populações, as quais eram marcadas para estabelecer o domínio imperial: objetos identificavam tribos e unidades culturais, as quais eventualmente serviram para estabelecer limites coloniais e subdivisões administrativas (FABIAN, 2007, p. 53, tradução nossa)³⁹.

Por mais que os objetos tenham se configurado como prova de existência de uma cultura e/ou como parâmetro de cientificidade aos estudos antropológicos, eles constituíram acervos públicos e privados que originaram diversos tipos de museus. Desde museus que buscavam abranger as diferentes regiões do mundo, até museus que focalizaram a história e a cultura do local em que eles estavam inseridos.

Lilia Moritz Schwarcz (2001) mostra que esta relação entre os objetos e a antropologia também orientou a formação dos museus brasileiros do final do século XIX. Neste período, caracterizado como a “era brasileira dos museus”⁴⁰, foi criado o Museu Nacional ou Real (Rio de Janeiro), em 1808, o Museu Paulista ou Museu do Ypiranga (São

³⁹ “ethnographic collecting was a political practice inasmuch as it was instrumental in gaining intelligence about territories and populations which were targeted for imperial rule: objects identified tribes and cultural units which eventually served to establish colonial boundaries and administrative subdivisions” (FABIAN, 2007, p. 53).

⁴⁰ “Denominado por Stutevart (*apud* Stocking, 1985) como a ‘era dos museus’, o final do século XIX viu florescer uma série de museus etnográficos, profundamente vinculados aos parâmetros biológicos e a modelos evolucionistas de análise” (SCHWARCZ, 1993, p. 67).

Paulo), em 1894, e o Museu Paraense Emílio Goeldi (Pará), em 1866 (SCHWARCZ, 2001, p.70).

Por outro lado, Maria Margaret Lopes argumenta que a institucionalização das ciências naturais (e suas ramificações), aliada aos museus, se deu em duas fases. A criação da Casa de História Natural (conhecida como Casa dos Pássaros), em 1784, no Rio de Janeiro integra o primeiro momento. Sua função era servir de entreposto colonial para preparação e envio de espécimes taxidermizados e objetos indígenas para Lisboa.

Após a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, e instalação da corte no Rio de Janeiro, inicia-se um período de efervescência cultural através da criação de vários equipamentos, tais como: Imprensa Régia (1808), Biblioteca Nacional (1810) e o Museu Real (1818). O Museu Real foi criado com intuito de ser receptor de espécimes e objetos de outros lugares pertencentes ao Império Português, e até mesmo, de outros locais do mundo. Neste contexto, o colecionismo (na figura do Museu Real) articulado às ciências naturais preconizou o caráter metropolitano e universal da produção científica no Império luso-brasileiro.

A segunda fase começa a partir de 1860 e é marcada pelo aumento do número de museus, sob a égide das ciências naturais, decorrente do incentivo à pesquisa gerada após a instalação do Museu Real. Lopes destaca que, enquanto este último possuía um caráter cosmopolita, os novos museus possuíam um caráter regional. Dentre eles, estão: o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876) e Museu Botânico do Amazonas (1883)⁴¹.

Nesse período de institucionalização de museus no país, que se estende até 1922 com a instalação do Museu Histórico Nacional, há o interesse em focalizar as peculiaridades das províncias. Segundo Lopes, também ocorre uma diversificação dos objetos colecionados, abrangendo, além das coleções de ciências naturais, coleções históricas, arqueológicas, etnográficas e artísticas.

Desta forma, ressaltamos que o início deste movimento de institucionalização de museus foi possibilitado através de sua articulação com as ciências naturais e seus métodos de pesquisa. Todos estes museus criados no XIX e nos primeiros anos de 1920 se basearam em modelos evolucionistas de pesquisa direcionada ao desenvolvimento da História Natural. Desta forma, os objetos que faziam parte da metodologia científica eram utilizados como constituição de provas. Na tentativa de se equiparar às ciências exatas, a

⁴¹ Para saber mais sobre as estatísticas relacionadas à criação de museus no Brasil, consultar INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus_em_Numeros_Volume_1.pdf

antropologia fazia uso dos objetos como forma de constituir um saber positivo, baseado em provas físicas e verificáveis de seus estudos (LOPES, 1997).

As experiências de construção de museus se moldaram, também, a partir da necessidade de definir os elementos da nacionalidade brasileira através da definição de suas matrizes culturais. Como aponta Schwarcz, “a partir desse tipo de produção, à primeira vista tão longínqua do debate político que se travava entre nós, os museus buscaram, mesmo que de forma específica, discutir o homem brasileiro” (SCHWARCZ, 2001, p.91).

A cultura era investigada e ‘coleccionada’ de acordo com parâmetros semelhantes aos utilizados pela História Natural. Acreditava-se na evolução cultural do humano, e que esta funcionava de acordo com a evolução biológica dos seres. De acordo com José Reginaldo Gonçalves,

o objetivo destes [modelos museográficos] era narrar a história da humanidade desde suas origens mais remotas, reconstituindo esse longo caminho até chegar ao que entendiam como o estágio mais avançado do processo evolutivo: as modernas sociedades ocidentais (GONÇALVES, 2007, p.17).

Gonçalves destaca que a compreensão dos objetos pelos antropólogos foi se modificando de acordo com as mudanças de posturas teóricas. Baseado nisso, o autor destaca quatro momentos significativos. O primeiro se refere ao período já abordado, no qual antropologia se confundia com um ramo das ciências naturais e os objetos eram analisados numa perspectiva evolucionista.

O momento seguinte foi marcado pelo pensamento de Franz Boas (1858-1942) e Bronisław Malinowski (1884-1942) que proferiram severas críticas à leitura evolucionista da cultura, e conseqüentemente, aos museus formados por este viés. Desta forma, há um distanciamento dos museus pelos antropólogos como forma de demarcarem uma nova postura teórica. Nela, os objetos eram analisados sob a ótica das funções e significados dentro do grupo, sem a necessidade de identificar suas formas e modos de produções (GONÇALVES, 2007).

No terceiro momento, por influência dos estudos do simbolismo na vida social, os objetos são analisados para além de seus significados e funções. Eles passaram a ser entendidos como parte integrante dos sistemas de símbolos que integram a vida social e cultural. Para o autor, esta perspectiva é condizente com a proposta teórica de Marcel Maus baseada nos “fatos sociais totais”.

O quarto e último é identificado como um momento de reaproximação dos antropólogos aos museus. Mas não com a intenção de estudar uma cultura pelos objetos e sim pela realização de uma crítica da produção da própria disciplina.

Dentro desta perspectiva “reflexiva” pretendemos investigar, a partir de referenciais metodológicos multidisciplinares, a produção de discursos do Instituto de Antropologia na Universidade do Ceará no campo da antropologia, através de atividades ligadas à constituição de museus.

Apesar de apresentarmos esta periodização acerca da relação entre Antropologia e Museus, entendemos que não houve uma suplantação de modelos nacionais e internacionais na constituição do IAUC. Destacamos que o Instituto de Antropologia e o Museu Arthur Ramos foram constituídos por meio de suas particularidades mesmo que atravessados por referências já efetivadas⁴².

1.3 – Museus e Museologia

A Museologia, que inicialmente estava associada ao simples estudo de museus, trilha caminhos, desde o século XIX, buscando construir bases teóricas e metodológicas enquanto disciplina acadêmica instituída. Este processo é marcado pelo diálogo entre diversos profissionais e ideias.

Segundo André Desvallées e François Mairesse, apesar de ainda não se configurar como Museologia, a gestação de uma “teoria de museus” ocorreu nos séculos XVI e XVII com os gabinetes de curiosidades. As práticas desenvolvidas geraram a confecção de manuais que pudessem orientar a formação de novos espaços. Nestes manuais eram abordadas questões relativas à coleta, classificação, conservação e exposição de objetos, consistindo o que se entendia por Museologia.

Para eles, os primeiros passos para o estabelecimento do campo disciplinar museológico foram dados nos anos 50 do século passado como decorrência do aumento do número de museus e da consolidação das associações de profissões que ocorreram no período entre guerras, como por exemplo, a criação do Escritório Internacional de Museus, em 1926, ligado à Sociedade das Nações. Foi com a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), associado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

⁴² A presença destas referências é entendida através do interdiscurso baseado na produção de sentido que já ocorreu (ORLANDI, 1999, p.29).

e a Cultura (UNESCO), em 1946, que as discussões relacionadas à formulação de uma “ciência dos museus” se intensificaram.

Georges-Henri Rivière definiu, no Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, no ano 1958 no Rio de Janeiro, a Museologia como “a ciência que tem por fim estudar a missão e organização do museu” (RIVIERE, 1960, p. 12, *apud* DESVALLÉES, MAIRESSE, 2005, p.4, tradução nossa)⁴³, enquanto a museografia é entendida como “um conjunto de técnicas relacionadas com a museologia” (RIVIERE, 1960, p. 12, *apud* DESVALLÉES, MAIRESSE, 2005, p.4, tradução nossa)⁴⁴.

Estas definições iniciais contribuíram para futura formulação e institucionalização da Museologia enquanto campo disciplinar com teoria e objeto de estudos específicos. Dando encaminhamento a este processo, foi criado dentro do ICOM, o Comitê Internacional para Museologia (ICOFOM) em 1977. Seus objetivos foram/são direcionados para aprofundar o estudo sobre a área visando contribuir para sua solidificação. De acordo com Desvallées e Mairesse, os objetivos do ICOFOM

[...] visam estabelecer a museologia como disciplina científica, estudar e auxiliar o desenvolvimento dos museus e da profissão museal, estudar o papel dos museus na sociedade e incentivar análise crítica das principais correntes da museologia (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2005, p. 7, tradução nossa)⁴⁵.

Após sua criação, o ICOFOM se tornou a principal plataforma de discussões sobre teoria museológica, congregando profissionais de diferentes países e formações acadêmicas e proporcionando o encontro e diálogos de diversas opiniões. Segundo Tereza Scheiner, já

em 1979, no Seminário Internacional do ICOFOM, realizado em Estocolmo, Suécia, André Desvallés e Ana Gregorova definem a Museologia como uma ‘ciência que estuda a relação entre Homem e o Real’. No mesmo evento, Zbinek Stránský define a Museologia como ‘uma área específica de pensamento, centrada no estudo do fenômeno Museu’ e tendo como objeto de estudo ‘a musealidade’ – valor documental específico do objeto. No ano seguinte, Valdisa Rusio refere-se ao ‘fato museal’ como objeto de estudo da nova ciência: uma adaptação, à Museologia, do fato social - definida, aqui, como a relação entre homem e natureza, no cenário do museu (SCHEINER, 2005, p.91).

⁴³ “la science ayant pour but d’étudier la mission et l’organisation du musée” (RIVIERE, 1960, p. 12, *apud* DESVALLÉES, MAIRESSE, 2005, p.4).

⁴⁴ “l’ensemble des techniques en relation avec la muséologie.” (RIVIERE, 1960, p. 12, *apud* DESVALLÉES, MAIRESSE, 2005, p.4)).

⁴⁵ visent à établir la muséologie comme discipline scientifique, étudier et assister le développement des musées et de la profession muséale, étudier le rôle des musées dans la société et encourager l’analyse critique des principaux courants de la muséologie..” (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2005, p. 7).

Vale ressaltar que nem todos os profissionais envolvidos neste empreendimento pensavam (e pensam) a museologia da mesma forma. Esta diversidade de pensamento está em debate e constitui as lutas do jogo da formação de campo disciplinar (BOURDIEU, 1983). Peter van Mensch (MENSCH, 1994) apresenta esta pluralidade de pensamento destacando quatro tendências de conceber a Museologia, presentes dentro e fora do ICOFOM:

1 – A museologia como o estudo da finalidade e organização dos museus.

2 – A museologia como o estudo da implementação e integração de um certo conjunto de atividades, visando à preservação e uso da herança cultural e natural: 1.dentro do contexto da instituição museu, 2.independente de qualquer instituição.

3 – A museologia como estudo: 1.dos objetos museológicos, 2. da musealidade como uma qualidade distintiva dos objetos do museu.

4 – A museologia como o estudo da uma relação específica entre homem e realidade (MENSCH,1994 , p. 3).

As duas definições iniciais são aquelas que veem a museologia a partir das atividades realizadas nos museus, tais como: conservação, documentação, exposição. As duas últimas apresentam uma abordagem centrada no estudo do homem integrado aos sistemas simbólicos da sociedade. Estas concepções são as que mais influenciaram os membros do ICOFOM e se tornou base para construção de conhecimento no campo museológico neste espaço de discussão (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2005, p.16).

A construção do campo disciplinar acontece de forma coletiva através do trabalho de teorizações e definições que implica na delimitação de suas fronteiras disciplinares e da contribuição para sua consolidação (BOURDIEU, 1983). É um esforço onde várias vezes constroem variados discursos de museologia(s) dentro do domínio da Museologia.

Dentre as estratégias utilizadas na tarefa de formulação de campo disciplinar museológico, foi formatado o projeto Thesaurus da Museologia, dentro do ICOFOM, que se dedica a uma pesquisa de cunho epistemológico para estudar a gênese dos termos e conceitos utilizados pelo campo museológico. O projeto foi oficializado em 1994, sob a coordenação de André Desvallées com o auxílio de vários grupos de trabalho em diferentes países (DESVALLÉES, 2000).

O Thesaurus da Museologia não se resume a verbetes de dicionários (assim como todo tipo de thesaurus), mas procura estabelecer uma coletânea das “ideias museológicas

de base” explorando o sentido de vários conceitos fundamentais da Museologia e, também, suas correspondências em diferentes línguas.

Paralelamente às discussões direcionadas para formulação de uma teoria e metodologia museológicas, houve, também, discussões acerca da definição de museu e de suas atribuições e funções para com a sociedade. Assim como ocorreu (e até hoje ocorre) com a definição de Museologia, o ICOFOM assume a tarefa de trilhar caminhos para possíveis delineamentos do termo museu. O objetivo não é apresentar modelos ou tipologias, mas formular uma definição que consiga abranger todas estas experiências.

Apesar de todos os conflitos de diferentes abordagens, o estatuto do ICOM de 1974 trouxe a seguinte definição para museu:

[...] instituição permanente, sem fim lucrativo, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que faz pesquisa relativa aos testemunhos materiais do homem e do seu meio, adquire esses testemunhos, conserva-os, comunica-os e expõe com o objetivo de estudo, educação e deleite (ICOM, 1974 *apud* MAIRESSE, DESVALLÉS. 2007, p. 13, tradução nossa)⁴⁶.

Acompanhando esta definição há uma lista de outros espaços que podem ser compreendidos como museu, como, por exemplo, jardins botânicos, zoológicos, monumentos arqueológicos e centros culturais, além dos acréscimos que podem ser decididos pelo Conselho Executivo.

Tomando como base esta definição, o conceito de museu está diretamente relacionado os objetos, esquecendo que a cultura, enquanto produção humana possui aspectos que não são palpáveis. O que não que dizer que esta peculiaridade reduza sua relevância enquanto testemunhos do homem.

Após um longo tempo de novas sugestões e discussões no seio do ICOFOM, na conferência anual do ICOFOM em Calgary no Canadá, em 2005, foi apresentada ao Conselho Executivo do ICOM uma proposta de definição, na qual o Museu é compreendido como

[...] instituição a serviço da sociedade, que tem por missão explorar e compreender o mundo através da pesquisa, a preservação e comunicação, especialmente pela interpretação e exposição dos testemunhos materiais e imateriais que constituem o patrimônio da humanidade. É uma instituição

⁴⁶ “[...] une institution permanente, sans but lucratif, au service de la société et de son développement, ouverte au public, et fait des recherches concernant des témoins matériels de l’homme et son environnement, acquiert ceux-là, les conserve, les communique, et notamment les expose à des fins d’études, d’éducation et de la délectation” (MAIRESSE, DESVALLÉS. 2007. , p. 13).

sem fim lucrativo (ICOFOM *apud* MAIRESSE, DESVALLÉS, 2007, p. 14, tradução nossa)⁴⁷.

Vale ressaltar que, juntamente com esta definição, há uma série de explicações, nas quais os termos que a integram são apresentados. Isto ocorre devido à limitação de discorrer em poucas linhas sobre as diferentes facetas do museu, bem como, de conciliar as diferentes concepções que estão em constante debate no âmbito do ICOFOM e do campo acadêmico da Museologia.

Através do confronto destas duas definições é possível perceber as mudanças que ocorrem na compreensão do que é um museu. A palavra permanente é retirada enquanto as palavras imateriais e patrimônio foram acrescentadas. Estas modificações não ocorrem de forma repentina e não apenas por capricho linguístico, mas como respostas às questões suscitadas pelas transformações econômicas e socioculturais que ocorreram nas últimas décadas do século XX.

O museu, antes identificado como “local de curiosidades”, “depósito de coisas velhas”, passa a ser entendido enquanto espaço que deve privilegiar sua função social na comunidade em que está inserido⁴⁸.

O museu, bem como a Museologia, é um território de diálogos que congrega diferentes concepções e está em constante (re)elaboração por aqueles profissionais envolvidos. Em meio a diferentes definições e interpretações do museu, utilizaremos neste estudo, para fins de análise, a definição de museu presente no estatuto de ICOFOM, considerando que a sua elaboração foi realizada por meio de discussões de vários profissionais da área e possui caráter consensual.

Entretanto, destacamos a proposta deste trabalho de investigar o museu como campo de conflitos e (re)elaboração de sentidos, de representação e imaginários (BORGES, 2010, MENEZES, 2010, CHAGAS, 2006).

⁴⁷ “[...] une institution au service de la société, qui a pour mission d'explorer et de comprendre le monde par la recherche, la préservation e la communication, notamment par l'interprétation e par l'exposition, des témoins matériels et immatériels qui constituent le patrimoine de l'humanité. C'est une institution sans but lucratif” (MAIRESSE, DESVALLÉS, 2007, p. 14).

⁴⁸ Os questionamentos acerca da função social do museu estiveram presentes na Mesa Redonda realizada em Santiago do Chile, em 1972, promovida pela UNESCO. O documento resultante da mesa-redonda, Declaração de Santiago do Chile, evidencia a necessidade de ações que visassem a aproximação do museu com a sociedade.

1.3.1 – Um museu para o IAUC

A formação de museus no Ceará remete ao final do século XIX e também faz referências a investigações relativas ao conhecimento da História Natural. Destacamos duas iniciativas empreendidas por dois cearenses, o médico Joaquim Antônio Alves Ribeiro e o professor Francisco Dias da Rocha.

De acordo com Margaret Lopes (1997), Joaquim Antônio Alves Ribeiro⁴⁹, no ano de 1871, expressou o desejo de doar suas coleções de história natural à Província em troca de uma distinção honorífica. Contudo, a tentativa não teria logrado sucesso e o Estado cearense não adquiriu as coleções, e conseqüentemente, não teria constituído um museu (LOPES, 1997, p. 152).

É verdade que o Presidente da Província do Ceará, Joaquim Cunha Freire, em carta datada de 05 de maio de 1871, direcionada ao Ministro Secretário d'Estado em Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Pública, descartou a possibilidade de aquisição das coleções oferecidas à Província por intermédio do Governo Imperial⁵⁰.

Todavia, por meio da leitura do Relatório do Presidente da Província de 12 de janeiro de 1872, verificamos que a posse dos objetos coletados por Joaquim Alves Ribeiro foi transferida para a Província que passou a arcar com os custos de manutenção.

Efectivamente fui auctorisado pelo § 1º do art 23 da Resolução de 1440, de 2 Outubro de 1871, a fazer, desde logo, a despeza com casa, commodos e conservação dos objetos oferecidos.

[...]

À vista do parecer da comissão⁵¹ [que avaliou os objetos], ordenei que os objetos offerecidos fossem transferidos para o edificio, em que funciona a Bibliotheca Publica, correndo o trabalho de classificação por conta do Dr. José Pompeu, que, para esse mister, se offerecera gratuitamente (RELATÓRIO DE 1872, pp. 19-20)⁵².

A coleção de Joaquim Alves Ribeiro era composta por espécimes taxidermizados, minerais, moedas e objetos indígenas. Esta coleção originou o primeiro museu público do estado, o Museu Provincial, sob a responsabilidade da Biblioteca Pública. Devido às más condições de manutenção e funcionamento desta, e conseqüentemente do Museu, todo o acervo (livros e objetos) passaram a ser salvaguardados pelo Gabinete Cearense de

⁴⁹ Médico formado pela Universidade de Cambridge, trabalhou na Santa Casa de Misericórdia e, enquanto clinicava, manteve correspondência com a Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro, da Sociedade Médica de Massachusetts, da Sociedade de História Natural de Frankfurt e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Também, se dedicou à produção de textos sobre procedimentos médicos e formou sua própria coleção de ciências naturais (SACRAMENTO BLAKE, 1898)

⁵⁰ IE 7 – 64 – Carta de Joaquim Cunha Freire – Província do Ceará – 05/06/1871. Arquivo Nacional.

⁵¹ Comissão composta por Adolpho Herbster (engenheiro da Província do Ceará responsável pelo projeto de expansão da cidade de Fortaleza em 1857), Antonio Manoel de Medeiros (médico) e José Pompeu Albuquerque Cavalcante (engenheiro e Presidente da Província do Ceará entre 1878 e 1880).

⁵² O documento pode ser acessado pelo seguinte endereço eletrônico: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u214/>> .

Leitura⁵³ devido ao acordo firmado entre esta instituição e o governo provincial⁵⁴. Em 1877, o governo cedeu ao Gabinete Cearense de Leitura o prédio localizado à Rua Formosa, 92 (atual Rua Barão do Rio Branco) para instalação de sua biblioteca, em contrapartida, o Gabinete se responsabilizou pela manutenção do prédio, pela conservação e funcionamento da Biblioteca Provincial, do Museu Provincial e pela criação de um Instituto Histórico Arqueológico. No ano de 1885, o Museu Provincial foi transferido para a Escola Normal, criada recentemente para atender à formação de professores do ensino primário da Província, a pedido da Inspetoria de Educação⁵⁵.

Em 1891, Agapito dos Santos, então diretor do Liceu do Ceará, descartou a possibilidade de transferência das coleções de zoologia e mineralogia presentes na Escola Normal para sua instituição alegando as péssimas condições de conservação e organização. Dez anos depois, Francisco Dias da Rocha afirma que há apenas uma parte da coleção organizada por Joaquim Alves Ribeiro na Escola Normal. Por mais que a tentativa malograda de constituição de um museu de história natural não tenha sido concretizada, ela demonstrou um interesse pela produção de conhecimento e a inserção da Província nos modelos científicos em voga.

A segunda instituição museológica se refere à formação de um museu por Francisco Dias da Rocha iniciada em 1894. Dias da Rocha, paralelo às atividades comerciais (que abandonou, posteriormente) coletou e classificou diferentes tipos de objetos, particularmente, espécimes da flora e fauna da região, além de objetos arqueológicos e etnográficos. Até 1908, Dias da Rocha conseguiu sozinho e com recursos próprios organizar um acervo de mais de dez mil itens que veio a integrar o Museu Rocha (NOMURA, 1965).

Há cerca de vinte anos, movidos por um instinto todo natural, começamos a colecionar conchas insetos, pedras, jornais do Ceará. Moedas etc, tudo isto reunindo em um armário, sem distinção, pois desconhecíamos os elementos mais rudimentares das ciências aplicáveis àquele gênero de estudos, do qual em verdade confessamos, que ainda hoje mui pouco conhecemos (ROCHA, 1908 *apud* NOMURA, 1965).

⁵³ O Gabinete Cearense de Leitura foi uma sociedade literária aberta que funcionou entre os anos de 1875 e 1886. Para saber mais: OLIVEIRA, Almir Leal de. **Saber e Poder: o pensamento social cearense no final do século XIX**. Dissertação de Mestrado: PUC-SP, 1998, BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. 1º tomo. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1948.

⁵⁴ Falla com que o ex.mo sr. desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da provincia do Ceará, abriu a 2.a sessão da 23.a legislatura da respectiva Assembléa no dia 2 de julho de 1877. Fortaleza, Typ. do Pedro II, 1877. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/209/>

⁵⁵ Falla que o exm. sr. conselheiro Sinval Odorico de Moura, presidente da provincia do Ceará, dirigio á respectiva Assembleia Legislativa no dia 2 de julho de 1885, por ocasião da instalação de sua sessão ordinaria. Fortaleza, Typ. da "Gazeta do Norte," 1885. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/218/>

Além do colecionamento, Rocha publicou dois boletins, um 1908 e outro em 1911, nos quais apresentou o desenvolvimento do acervo e suas investigações. Com intuito de aprofundar e divulgar seus estudos, Dias da Rocha mantinha correspondência com pesquisadores de instituições nacionais e internacionais que se dedicavam à História Natural. Ao final de sua vida, o pesquisador desmembrou seu Museu, vendendo parte ao Estado do Ceará e doando outra parte à Escola de Agronomia e à Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal do Ceará, e à Escola Normal do Estado. A parcela comprada pelo Estado e, mais recentemente, a parcela doada à Escola Normal foi conduzida ao Museu do Ceará ⁵⁶.

Diferentemente destas iniciativas anteriores, o Serviço de Antropologia já propõe a constituição de um acervo museológico relativo às pesquisas desenvolvidas coletivamente, como consta no artigo 8, alínea “z” do Regimento do Serviço de Antropologia.

Zelar pela conservação do material antropológico, que venha a ser escolhido não somente para fins de pesquisas e estudos, como também o destino às suas coleções museológicas (REGIMENTO DO SERVIÇO DE ANTROPOLOGIA, 1957, P.79).

Na contramão do movimento que se convencionou chamar de a “era brasileira dos museus”, cuja finalização se dá por volta dos anos 1930, e corroborando a análise de Margaret Lopes, que identifica o aumento elevado do número dos museus no século XX, o IAUC cria uma unidade museológica no final da década de 1950. O museu, mesmo sem a definição de um nome, foi aos poucos se formando pela aquisição de coleções, pelos objetos trazidos das pesquisas de campo e pela doação de particulares.

É necessário sublinhar que apesar da ideia da constituição de um museu tenha sido germinada no próprio Regimento do Serviço de Antropologia, sua concretização só ganhou corpo após aquisição das coleções Arthur Ramos e Luiza Ramos. Mesmo após a transformação do SAUC em Instituto de Antropologia a diretriz de constituição de um museu próprio se manteve alinhada aos interesses iniciais de formação no campo da Antropologia e desenvolvimento das pesquisas antropológicas no/sobre o Nordeste (REGIMENTO, 1960, p.9).

A configuração inicial do acervo foi determinada de acordo com os ramos de atuação do IAUC, Antropologia Cultural e Antropologia Física. As coleções formadas foram divididas em três blocos: Aspectos culturais, aspectos físicos e material fotográfico.

⁵⁶ Para saber mais ver HOLANDA, 2004 e NOMURA, 1965.

O primeiro bloco aglomerou as seguintes coleções: Coleção Arthur Ramos, Coleção Luíza Ramos, Aspectos Culturais do Nordeste, Arqueologia e Pré-História, e Vários Aspectos. O segundo bloco compreendia as coleções: Coleção Peças Anatômicas, Coleção Reconstituições e Moldagens e Coleção Paleontologia e Paleoantropologia. O último bloco foi formado por apenas uma coleção intitulada Material Fotográfico⁵⁷. A catalogação deste acervo ficou sob a responsabilidade Valdelice Carneiro Girão, porém cada coleção contava com um curador.

Ora chamado pela imprensa local de 'Museu Antropológico', ora de 'Museu do Instituto de Antropologia' e/ou 'Museu de Arte Popular', a referida unidade museológica ocupou apenas uma sala do prédio onde funcionava o Instituto de Antropologia, dividindo espaço com o Instituto do Ceará e seu museu próprio, e com o Museu Histórico do Ceará.

Não se chegou a arrumar a coleção Arthur Ramos nessa fase porque não tinha espaço suficiente. Então a gente só guardava as peças. Elas eram organizadas em prateleiras, mas não para exposição. Ficaram nuns armários grandes, que eu não sei que fim levaram. E as peças do Arthur Ramos e a coleção de rendas ficavam lá. Esse Acervo era guardado para estudo e para quando o Instituto de Antropologia tivesse um prédio, para formar um museu e, quem sabe, formar uma escola de Antropologia. Eram essas as aspirações do Dr. Pompeu Sobrinho (HOLANDA, 2006, p.68).

A Escola de Antropologia não obteve êxito, porém o Museu foi aberto ao público em sede própria (prédio onde atualmente funciona a Casa Amarela Eusélio Oliveira⁵⁸) e aberto diariamente, no mês de janeiro de 1967, com quatro salas: Coleção Arthur Ramos, Sala da Renda, Sala da Cerâmica e Sala do Couro⁵⁹. Apesar do museu ainda não ser intitulado Museu Arthur Ramos, deve-se observar, pela criação de uma sala exclusiva, a importância dada à referida coleção.

A coleção Arthur Ramos, juntamente com a coleção Luíza Ramos, foi adquirida junto à Biblioteca Nacional, em 1957, através de articulações feitas pelo então reitor Martins Filho com o então diretor daquela instituição, Celso Cunha. Além da coleção etnográfica, a Universidade do Ceará adquiriu parte da biblioteca de Arthur Ramos, que foi desmembrada e os livros encaminhados para diferentes setores da instituição. Notas jornalísticas da

⁵⁷ Sublinhamos que após as mudanças de prédios o acervo foi reagrupado ficando com a seguinte configuração: Coleção Arthur Ramos, Coleção Luíza Ramos, Coleção Rendas do Ceará, Coleção Arqueologia e Pré-história, Coleção Arte Popular, Sincretismo Religioso e Coleção Benevides. A reorganização e o funcionamento do Museu após sua integração ao Departamento de Ciências Sociais da UFC serão abordados futuramente.

⁵⁸ Equipamento cultural ligada à Universidade Federal do Ceará que oferece cursos de extensão de fotografia, cinema e animação.

⁵⁹ FORTALEZA VAI GANHAR HOJE O SEU "MUSEU DE ANTROPOLOGIA", Jornal O Povo, 21 e 22 jan 1967.

imprensa local atestam que tal aquisição foi realizada juntamente à família do antropólogo Arthur Ramos.

Morto Arthur Ramos, sua família, obedecendo ao seu desejo, manifestou o interesse em ficar esse material em poder de uma instituição que pudesse dedicar ao estudo do folc-lore. E a Universidade do Ceará, tomando conhecimento do fato, conseguiu adquirir o referido acervo, para o seu Instituto de Antropologia. O fato é tão importante que inúmeras instituições culturais do Brasil estão a invejar o tino com que a Universidade do Ceará... (UNIVERSIDADE: DUAS INICIAIS. O Estado. Fortaleza. 22 jan 1958).

No entanto, tais informações entram em conflito com as informações contidas no Relatório da Seção de Compras do ano de 1956 da Biblioteca Nacional que indica a compra do acervo de Arthur Ramos (composto por três itens: biblioteca, arquivo e coleção etnográfica).

Entretanto não é objetivo de nossa investigação determinar a “verdade” de como foi realizada tal aquisição. Nosso objetivo se concentrará em entender quais os interesses envolvidos nesta operação. Como e por que a Coleção Arthur Ramos veio a se tornar tão relevante a ponto dar nome a todo o acervo do Instituto de Antropologia? Esta tensão entre a parte e o todo será foco de nossa investigação adiante.

No que concerne ao funcionamento do Museu Arthur Ramos, para além de sua vinculação a uma disciplina (especificamente, a Antropologia), ele integra um espaço universitário, e como tal, possui características particulares.

Retomando a definição de Museu do ICOFOM, é necessário sublinhar as especificidades destas instituições no âmbito universitário. A formação de coleções no contexto universitário existe a partir de uma finalidade clara e previamente estabelecida que pode ser de pesquisa, ensino, exposição ou qualquer combinação dos três (LOURENÇO, 2005). Na Universidade Federal do Ceará foi criado, além do Museu do Instituto de Antropologia, o Museu de Arte – o MAUC⁶⁰.

O IAUC e o seu Museu visavam abranger estes pontos de atuação elencados anteriormente: pesquisa, ensino e exposição. No que concerne à pesquisa, informo que os objetos coletados foram focos de estudos apresentados nas edições do Boletim de Antropologia. Dentre eles destacamos os trabalhos de Maria Luísa Pinto de Mendonça e Valdelice Carneiro Girão que se dedicaram ao estudo de classificação da Coleção Luíza Ramos ao mesmo tempo em que empreenderam um estudo sobre o saber-fazer da renda no Ceará.

⁶⁰ Para saber mais ver BARBOSA, 2010.



Figura 4 – Rendeira. Fonte: Museu Arthur, não consta referência acerca da autoria, data nem localidade.

O trabalho de Valdelice Girão resultou na produção do Catálogo de Renda de Bilros com fotografias de 2.187 amostras de rendas, contendo informações sobre local de produção, dimensões, forma de produção e nomenclatura das técnicas.

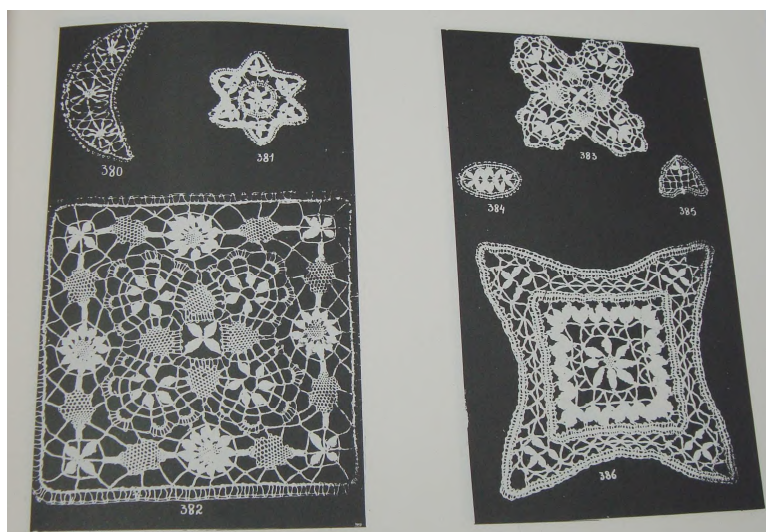


Figura 5 – Mostra de Rendas de Bilros coletadas no Ceará. Fonte: GIRÃO, 1984, p. 139.

Os objetos também eram utilizados como recurso didático nas aulas ministradas pelo Instituto de Antropologia. Valdelice Girão, conservadora e, eventualmente professora do IAUC, em entrevista concedida à historiadora Cristina Holanda, nos fala um pouco sobre sua prática pedagógica na referida instituição. Girão nos diz que “usava fotografias, tinha conchas, mostrava sambaquis. Eu tinha material e levava para a sala de aula. Eu dei aula de Antropologia como professora convidada” (HOLANDA, 2006).

Elencando as funções associadas ao museu temos: preservação, pesquisa e comunicação. No item comunicação, um dos elementos a ser considerado é a relação construída pelo museu com o público. Mas como se constitui o público em museu universitário? No senso comum, e na maioria dos museus, o público é qualquer pessoa que possa utilizar o espaço em questão. Porém, no museu universitário, o público se restringe apenas aos estudantes e professores. Estes dois tipos de funcionamento estiveram presentes no Museu do IAUC. Inicialmente, devido ao conjunto de condições que lhe foram impostas (O IAUC compartilhou a utilização de um prédio com mais duas outras instituições, restando à sua unidade museológica apenas uma sala), o acesso às coleções ficou restrito aos estudantes e professores e eventualmente a visitas do público geral Barroso (HOLANDA, 2006). No entanto, a partir de sua inauguração pública, em 1967, o museu abriu suas portas ao público em geral diariamente.

No que se refere ao caráter permanente (que foi suprimido na definição de museu do ICOFOM - 2005) no espaço universitário também deve ser reconsiderado. O Museu do IAUC só abriu oficialmente ao grande público em 1967, embora sua construção tenha sido iniciada dez anos antes, e durante este período, o acervo se direcionava ao público interno do Instituto de Antropologia com exposições temporárias voltadas ao público em geral. O fato de ele ser voltado, exclusivamente, para o público universitário, não impediu que fossem promovidas exposições temporárias, como nos mostra a nota no jornal Unitário.

As pessoas interessadas em examinar a linda padronagem das rendas e observar a diferença que existe de uma para outra poderão comparecer ao Instituto de Antropologia, no expediente da tarde, e verificar “in loco” a grandiosidade do trabalho ali realizado com boa vontade e bom senso (DAMASCENO, 1964, N/P).

Houve também realizações de exposições nos espaços de outras instituições correlacionadas, como o Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará e o Instituto do Ceará.

Um grande número de pessoas acorre diariamente ao Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará para admirar a bonita exposição de Rendas de Bilro, da valiosa coleção de Artur Ramos pertencente ao Instituto de Antropologia, aberta oficialmente na semana passada. Universitários, estudantes, artistas, intelectuais, o público em geral tem prestigiado a mostra, uma das mais concorridas nos últimos anos. Representações de Colégios de Fortaleza também estão comparecendo a esta nova promoção do MAUC (RENDAS DE BILROS LEVA GRANDE PÚBLICO AO MUSEU. Jornal Unitário, Fortaleza, 28 set 1965).



Figura 6 – Abertura da exposição *Renda de Bilro*. Fonte: <http://www.mauc.ufc.br/expo/1965/03/index1.htm>

Através destas exposições identificamos o interesse em estender a toda comunidade a apreciação dos objetos coletados pelo IAUC. Para além do deleite, os objetos também poderiam ser entendidos como instrumento pedagógico para os estudantes da capital alencarina.

Apresentadas as particularidades da constituição do IAUC e de seu Museu, bem como a relação do campo da antropologia com os objetos e com os museus, e deste com a Museologia, resta-nos analisar as articulações entre os pontos abordados com a formação discursiva tecida de modo a apresentar as peculiaridades e especificidades da cultura e do homem do nordeste, destacando o estado do Ceará.

CAPÍTULO 2
COLEÇÃO ARTHUR RAMOS

2.1 – Arthur Ramos: o colecionador

Neste capítulo abordaremos a Coleção Arthur Ramos, considerando o período de sua constituição e, posteriormente, o seu deslocamento para o Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará. A análise do percurso físico desta coleção será atravessado por reflexões em torno das noções de coleção, musealização, interdiscurso e memória.

A referida coleção, como já abordamos, foi formada através da coleta de objetos empreendida pelo médico e antropólogo Arthur Ramos. Apresentamos, até agora, apenas informações esparsas sobre este colecionador, o que nos leva a interrogar: quem foi Arthur Ramos? Quais as condições históricas que possibilitaram a formação de sua coleção? Quais os interesses e práticas envolvidos?

O final do século XIX e a primeira metade do século XX, logo após a Proclamação da República (1889), foi um período de intensos debates a respeito da definição da sociedade brasileira. Para defini-la os intelectuais brasileiros recorreram à investigação sobre as três “raças” identificadas como responsáveis pela sua formação: o índio, o branco e negro.

A noção de raça servia para definir grupos humanos, criando uma hierarquia entre eles, a partir dos fatores físicos e biológicos, inicialmente, depois inserindo aspectos culturais, numa perspectiva evolucionista. E o que faz o Brasil para definir sua identidade considerando as diferentes raças presentes na sua formação?

Tal questão foi pauta principal entre os intelectuais brasileiros deste período, entre eles podemos destacar Oliveira Viana, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Arthur Ramos. Soluções e análises foram apresentadas, como por exemplo, o projeto de ‘branqueamento’, pautado nos aspectos físicos e biológicos bem como análises focadas na mistura entre as características culturais (SCHWARCZ, 2001).

Em meio a estas questões, Arthur Ramos (1903-1949) desenvolveu e formulou seu pensamento. Ele obteve formação acadêmica em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, estabeleceu uma interface entre Antropologia e Psicanálise através de realização de pesquisas baseadas em categorias analíticas como loucura, vida psíquica e cultura com o

intuito de estudar a formação da sociedade brasileira a partir da presença do negro. Ramos recebeu forte influência de Raimundo Nina Rodrigues que se dedicou ao estudo sobre os negros no Brasil. Embora Nina Rodrigues analisasse a partir do evolucionismo racial, Arthur Ramos apresentou uma leitura que não destacava a hierarquização social e deslocou sua análise para os contados entre as raças. Destacamos que sua leitura também identificava os contados internos dos grupos raciais acentuando suas heterogeneidades, que até então eram apresentados como homogêneos (RAMOS, 1934).

Ao longo de sua intensa carreira intelectual, Ramos desenvolveu atividades, como por exemplo, professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Também, realizou vários estudos e publicou livros sobre a relação entre as raças, ou melhor, entre aquelas presentes no Brasil. Entre eles, temos: *O Negro Brasileiro*, em 1934, *A Aculturação Negra no Brasil*, em 1935, *Las poblaciones del Brasil*, em 1944, e *Le métissage au Brésil*, 1952 (ANAI DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1999).

Arthur Ramos nasceu na cidade de Pilar, em Alagoas, no dia 7 de julho de 1903. Filho de médico e pertencente a uma família abastada que demonstrava interesse pelas aptidões artísticas e literárias, ele cresceu num ambiente favorável para seu desenvolvimento intelectual. Ainda na adolescência, dedicou-se à leitura, participou de grupos literários e publicou artigos em jornais locais (BARROS, 2005).

Dando continuidade à sua formação, Ramos ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde defendeu, em 1926, a tese intitulada *Primitivo e Loucura*. Após a obtenção de seu título, trabalhou como psiquiatra no Hospital São João de Deus. Em seguida, assumiu o cargo de médico legista do Serviço Médico-Legal do Estado da Bahia (conhecido como Instituto Nina Rodrigues). Neste momento, estabeleceu uma aproximação intelectual mais estreita com o pensamento de Nina Rodrigues e o com a temática do negro no Brasil.

Em 1933, transferiu-se para o Distrito Federal para assumir a direção da Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais criada por Anísio Teixeira. Neste cargo, desenvolveu atividades voltadas para o estudo sobre a relação entre crianças e educação utilizando como referência teórica a Psicologia. Após dois anos de chegada ao Rio de Janeiro, foi convidado a assumir a cadeira de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal (UDF). Sendo extinta a UDF, Arthur Ramos passou a lecionar interinamente a cadeira de Antropologia e Etnologia da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da recém-criada Universidade do Brasil, em 1939, através da recomendação de seu nome por Heloísa Alberto Torres, então diretora do Museu Nacional,

ao Ministro de Educação Gustavo Capanema. Apenas em 1945 foi realizado concurso para professor desta cadeira, no qual Arthur Ramos foi aprovado⁶¹.

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (2005) argumenta que este foi um momento significativo para história do pensamento social no Brasil. Os campos científicos, que até então eram estabelecidos exclusivamente por médicos, advogados, engenheiros, militares de academias e sacerdotes, passaram a oferecer formação no ensino superior nas áreas de Humanidades⁶². No que tange à formação acadêmica no campo da Antropologia, ela data deste período. A cadeira de Antropologia e Etnologia da FNFfi era oferecida aos cursos de Geografia e História e Ciências Sociais e, anteriormente, na UDF havia a disciplina de Antropologia Social e Cultural ministrada por Gilberto Freyre.

Como professor da cadeira de Antropologia e Etnologia, Arthur Ramos ministrou cursos e conferências sobre relações raciais no Brasil em universidades de vários estados americanos durante o período de setembro de 1940 e maio de 1941. Sua visita aos Estados Unidos foi de extrema importância para o estabelecimento e consolidação de contatos pessoais e institucionais bem como para o embasamento de sua produção intelectual, que a partir de então apresentou forte influência do culturalismo americano.

No mesmo ano de seu retorno, dedicou-se à fundação da Sociedade de Antropologia e Etnologia (SBAE). A SBAE se tornou um espaço de discussão intelectual através da promoção de conferências, publicações de livros e contatos com outras sociedades e estudiosos no exterior.

A prática docente foi sua principal atividade até agosto de 1949 quando assumiu o cargo de diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Ramos recebeu o convite para esta função em virtude do reconhecimento de seus estudos sobre os contatos raciais no país. No entanto, sua estadia na UNESCO durou apenas dois meses devido a sua morte inesperada em outubro de 1949.

Sua produção acadêmica é extensa e cada obra apresenta indícios sobre a atividade profissional que exercia. Isto mostra seu empenho e dedicação em cada cargo que assumiu. Inicialmente, suas obras se dedicam aos temas ligados à sua formação como médico psiquiatra: realizou sua tese *Primitivo e Loucura* (1926) e, posteriormente, já como médico do Hospital São João de Deus, apresentou a tese de livre docência na Faculdade de Medicina da Bahia intitulada *A Sordície nos Alienados: Ensaio de uma psicopatologia da imundície*. Nestes dois trabalhos iniciais, Arthur Ramos apresentou sua aproximação com a

⁶¹ Para mais informações sobre as contendas que envolveram este concurso, ver BARROS, 2005.

⁶² Neste processo, destacamos a Faculdade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil) e Universidade de São Paulo.

psicologia, particularmente com a psicanálise. Após sua chegada ao Rio de Janeiro para assumir o cargo no Instituto de Pesquisas Educacionais, esta aproximação se tornou mais forte e sustentou a realização de suas obras *Psicanálise e Educação* (1934) e *A Criança Problema: A Higiene Mental na Escola Primária*. Como professor da cadeira de Psicologia Social publicou seus estudos no livro *Introdução à Psicologia Social*. A psicanálise, também, estrutura suas primeiras investigações sobre o negro brasileiro como demonstra os subtítulos de dois de seus primeiros trabalhos: *O Negro Brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise* e *O Folk-lore Negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise*.

Após sua inserção na cadeira de Antropologia e Etnologia da FNF, seus trabalhos acentuam a perspectiva antropológica, principalmente, a corrente do culturalismo americano. Arthur Ramos utiliza conceitos como “aculturação” e “miscigenação” visando compreender os contatos entre as diferentes raças.

Arthur Ramos se especializou como antropólogo no momento do estabelecimento da antropologia como disciplina no Brasil. Sua formação se baseou em estudos (como os de Nina Rodrigues) que deram suporte ao desenvolvimento da antropologia no Brasil. Não havia uma formação institucional específica para os estudos antropológicos. Na verdade, Ramos está inserido no processo de institucionalização acadêmica deste campo através do exercício de ensino e pesquisa que desenvolveu nas instituições onde trabalhou. Neste sentido, sublinhamos sua importância como primeiro catedrático de Antropologia na Faculdade Nacional de Filosofia na Universidade do Brasil e sua atuação internacional na UNESCO visando o incentivo à pesquisa no país, que gerou como desdobramento o estabelecimento do “Projeto UNESCO no Brasil” (MAIO, 1999).

O Projeto UNESCO no Brasil foi um programa de estudos financiado pelo órgão internacional que lhe dá nome, nos anos de 1950 e 1951, baseado na produção de pesquisas focalizadas nas relações raciais no país. O Brasil, no pós-guerra, é visto internacionalmente como um exemplo de experiência bem sucedida dos contatos raciais. Com isso, tornava-se interesse investigar sua realidade a fim de compartilhar esta experiência no âmbito internacional. Conjuntamente, havia o interesse na qualificação de profissionais ligados à Antropologia e Sociologia através do incentivo à pesquisa e a interação com profissionais de outros países (MAIO, 1999). Segundo Marcos Maio (1999), a gestão desde projeto se deu no curto período (dois meses) em que Arthur Ramos assumiu o cargo de diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO e formulou um programa de estudo visando o aumento de investigações sociológicas e antropológicas no Brasil.

Paralelamente ao desenvolvimento de suas atividades, Arthur Ramos colecionou objetos, especialmente sobre a cultura negra no Brasil, e formou uma coleção com cerca de 250 peças, subgrupadas em 6 (seis) séries⁶³.

- 1- Série macumbas e candomblés,
- 2- Série plantas, banhos e defumadores,
- 3- Série garrafadas,
- 4- Objetos etnográficos não negros,
- 5- Instrumentos de música e ferro da escravidão,
- 6- Objetos africanos (LODY, 1987).

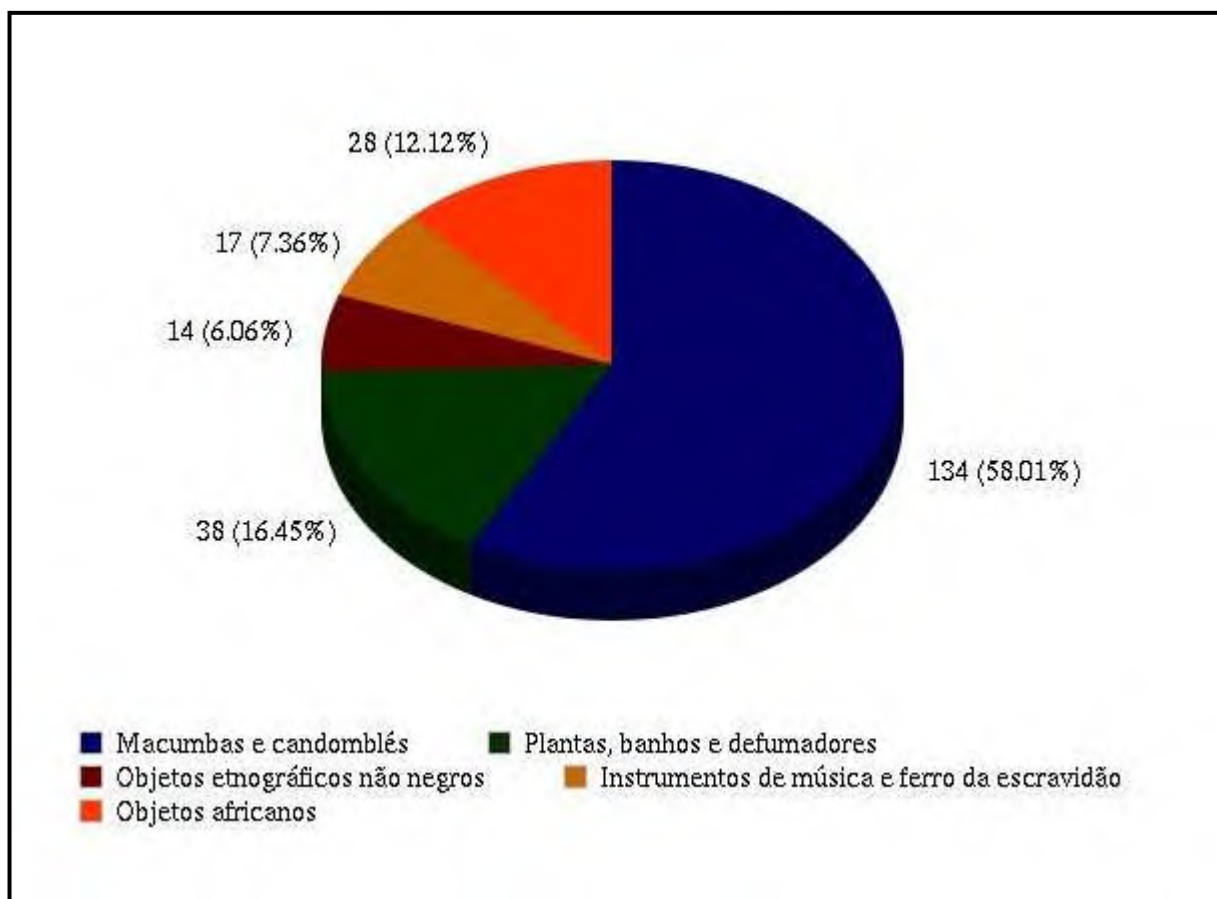


Gráfico 1 - Relação entre objetos e sua divisão em séries (produção nossa).

⁶³ Os gráficos que constam no presente capítulo foram elaborados com base nas informações contidas nos seguintes catálogos: Coleção Arthur Ramos (LODY, 1987) e Arthur Ramos e sua coleção (GIRÃO, 1983).

A relação entre a pesquisa, coleta de objetos e desenvolvimento da Antropologia pode ser pensada a partir de sua relação com pensamento de um determinado contexto intelectual e político. Arthur Ramos, integrante de um grupo de intelectuais que se debruçaram sobre a sociedade brasileira e a questão racial, estudou, identificou e reconheceu a presença do negro na formação cultural do Brasil utilizando como parte do seu método de trabalho a coleta de objetos.

Não sabemos ao certo em qualquer momento, quando houve o despertar do interesse pela coleta de artefatos da cultura negra, porém supomos que ocorreu durante seu trabalho no Instituto Nina Rodrigues e seu contato com os trabalhos do médico que nomeia aquela instituição. No livro “O Negro Brasileiro” de 1934, encontramos referências que corroboram nossa hipótese. Arthur Ramos nos fala que suas investigações sobre a cultura negra foram iniciadas “na Bahia e no Rio de Janeiro, acompanhados por outros estudiosos, em vários pontos do Brasil. Algumas dessas pesquisas propriamente documentárias são quase completamente inéditas, como a das religiões de origem bantu” (RAMOS, 1934, p. 21).

Ao reconhecermos Arthur Ramos como colecionador, nos interrogamos: de que forma ele construiu sua prática de colecionamento? O que é uma coleção? Quais as especificidades dos objetos que a constituem?

Jean Baudrillard (2002) analisa a prática do colecionador, a partir de uma perspectiva subjetiva, focalizando sua relação com o objeto através da posse. Segundo o autor, o objeto quando adquirido pode desempenhar dois papéis específicos: o primeiro se refere à sua função utilitária e o segundo a sua qualidade de posse.

Quando uma cadeira é adquirida e/ou utilizada como tal, sua função utilitária é contemplada, no entanto, quando outra cadeira é adquirida/utilizada para satisfazer, somente, aos desejos de seu proprietário (exibindo seu poder econômico ou sendo inserida numa coleção) o seu caráter de posse é acentuado.

Para Baudrillard um objeto torna-se parte de uma coleção quando perde, ou melhor, quando é retirado dele a função específica de utilização. A paixão pela posse e a ausência do uso modela os objetos de forma a estruturar coleções gerando discursos sobre o próprio colecionador. Isto é, o colecionador fala mediado pelos objetos.

O espírito do colecionador, segundo Walter Benjamin (2006), atua de forma dispersa na tentativa de formar uma unidade. A coleção forma um todo, ao mesmo tempo

que é formada por fragmentos, ela nos apresenta informações diversas, que aparentemente desconexas, são elaboradoras de significados. Apesar da variedade de objetos (colares, esculturas, pulseiras, instrumentos musicais, instrumentos de tortura, ervas) eles foram colecionados em torno do tema estudado por Arthur Ramos, formando um todo através de fragmentos. E se relacionarmos a coleção com o contexto⁶⁴ sócio-histórico e referências da vida de seu colecionador, veremos que a coleção é significativa para compreender o pensamento antropológico brasileiro. A busca pelas matrizes culturais brasileiras foi contemplada pelo norte da prática colecionadora de Ramos: a cultura negra no Brasil.

Colecionar não é o acúmulo irrestrito de objetos. Quando um indivíduo empreende uma ação colecionadora, ela é guiada por critérios que determinam uma seleção. Entendemos que esta ação seletiva implica uma produção de efeitos de sentidos, na medida em que é realizada por um sujeito interpelado pelas condições sócio-históricas e referências ideológicas.

O sujeito se constrói e é construído no processo histórico, no qual ele é ao mesmo tempo determinante de um enunciado e determinado pelo contexto histórico-ideológico. Todos estes elementos (sujeito, enunciado, contexto, ideologia) são articulados e articuladores no/do processo discursivo. Este imbricamento, na perspectiva da AD, gera uma descentralização do sujeito, pois seus discursos são vistos a partir não apenas do falante, mas de suas conexões com outros sujeitos, outros enunciados e outros discursos (BORGES, 1999). Segundo Orlandi, “o sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz (FOUCAULT, 1969 *apud* ORLANDI, 1992, p. 49). Isto é, a inter-relação social é base constitutiva do sujeito, ao mesmo tempo, o torna polifônico e heterogêneo assim como suas relações sociais.

Cleudemar Alves Fernandes (2008), reportando-se a Jacqueline Authier Revuz, ressalta o caráter heterogêneo do sujeito. Jacqueline Authier Revuz identifica dois tipos de heterogeneidade: a constitutiva e a mostrada. A primeira se relaciona com a identificação das interações sociais do sujeito, foram elas que moldaram seus interesses, olhares, a elaboração de questionamentos e até mesmo a forma de conduzir o texto. São marcas que referenciam outras instituições e sujeitos, os quais contribuem para formação de um determinado sujeito. Esta faz parte do não-dito.

⁶⁴ Quando nos referimos ao termo contexto nos referimos ao entrelaçamento de vários elementos (político, social, discursivo, geográfico) onde ocorre um determinado movimento histórico. A referência ao contexto é uma imposição analítica que visa a compreensão do objeto abordado e não uma limitação da realidade. O trabalho de investigação lida com a organização de fragmentos da realidade e não com a sua totalidade, que sempre se apresenta como produtora inesgotável de sentidos devido as diferentes posições que os sujeitos podem ocupar, suas (inter)relações sociais e as determinações histórico-ideológicas (BORGES, 1999).

Por outro lado, a heterogeneidade mostrada é percebida pelas marcas de outros discursos que impregnam os enunciados de forma mais evidente; são as referências bibliográficas utilizadas tanto por Ramos como pelos profissionais do Instituto ou mesmo a utilização de trabalhos de Arthur Ramos como referência. Tomamos como exemplo, o texto de Maria Luiza Pinto de Mendonça, *Algumas considerações sobre rendas e rendeiras do Nordeste* (1961), no qual a autora se baseia na produção de Luiza e Arthur Ramos, *A renda de bilros e sua aculturação no Brasil* (1948), bem como, de referências bibliográficas utilizadas por eles. As heterogeneidades mostradas do sujeito são apropriações discursivas que sustentam os discursos de quem os utiliza de forma direta e com potencialidade de se tornarem pilares da argumentação.

Considerando o sujeito formador da Coleção Arthur Ramos, vemos que há uma preocupação em identificar as características culturais e biológicas do homem brasileiro. Tendo em vista tal objetivo, ele centrou seu estudo em um dos grupos culturais que eram entendidos como formadores da identidade nacional: o negro (RAMOS, 1934). Como já falamos anteriormente, a busca pelo ideal de identidade nacional foi expressivo nos anos de produção acadêmica do autor. Não podemos negar que a crítica social concebida por Ramos em relação à formação da identidade nacional acompanha também sua coleção.

Estes objetos apresentam a elaboração cultural de grupos que foram desprezados e desconsiderados como relevantes. Podemos falar ainda, que tal crítica se reporta à inclusão daqueles grupos que tiveram sua relevância extirpada do processo da construção nacional. Acreditamos que esta crítica e esta proposta de inclusão de determinados grupos na formação da nação é uma apropriação discursiva selecionada intencionalmente e se apresenta como uma heterogeneidade mostrada.

A coleção formada por 231 (duzentos e trinta e um) objetos é constituída, em sua grande maioria (217 – duzentos e dezessete) por objetos referentes à cultura africana e afro-brasileira. Os objetos restantes (14 - quatorze) são identificados como “objetos etnográficos não-negros”. A utilização desta expressão, novamente, acentua a importância da cultura negra como estruturante da seleção de objetos promovida por Arthur Ramos na sua ação colecionadora. Abaixo apresentamos um gráfico que relaciona a porcentagem entre os objetos africanos e afro-brasileiros e objetos relacionados a outras culturas de sua coleção.

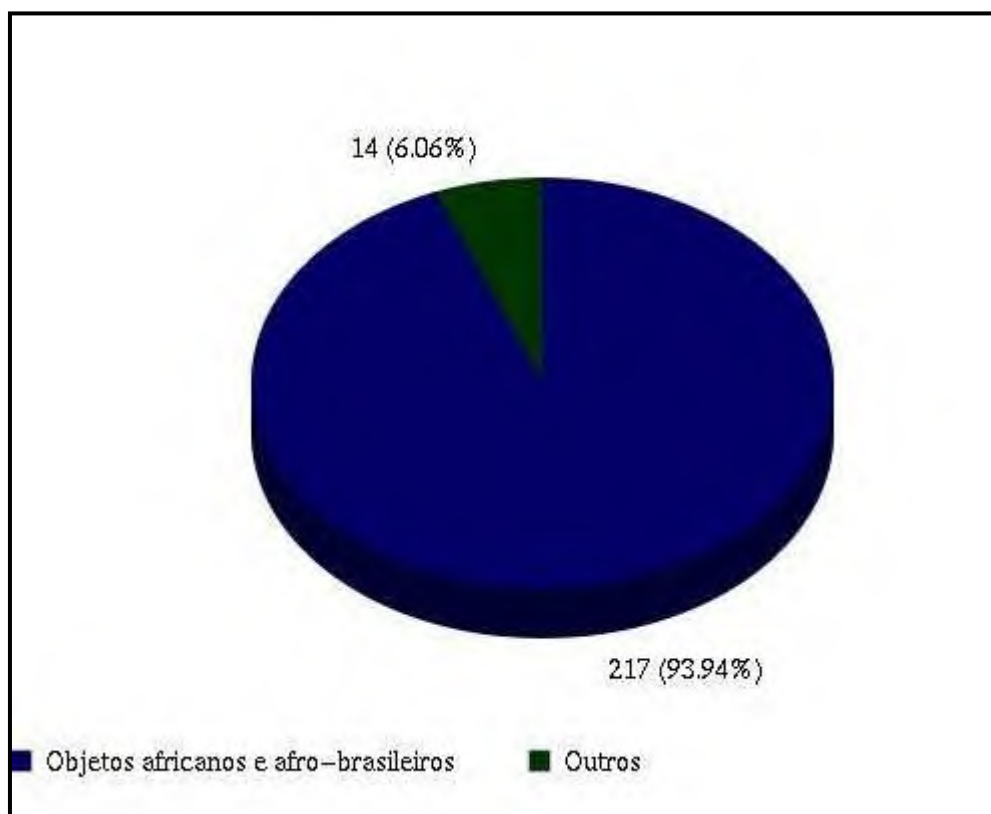


Gráfico 2 - Relação entre os objetos de acordo com sua tipologia atribuída por Arthur Ramos (produção nossa).

Retomando a discussão sobre as heterogeneidades do sujeito. Nas referências apresentadas, identificamos os dois tipos de heterogeneidades categorizadas por Authier-Revuz. De um lado, Ramos deixa claro sua escolha em relação à constituição de sua coleção indicando que uma das séries integrantes é de objetos não pertencentes à cultura negra. Isto é, o colecionador mostra suas preferências. Por outro lado, compreendemos que sua ação colecionadora está relacionada com a busca pelas referências constitutivas da cultura brasileira. Mesmo que não haja uma exposição clara, podemos inferir por meio do confronto de sua coleção com sua produção intelectual e o contexto em que estava inserido.

Voltamos novamente para uma das interrogações iniciais: mas o que é uma coleção?

Krzysztof Pomian define a coleção como

[...] qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, sujeitas a uma proteção especial, num local fechado preparado para esse fim e expostos ao olhar do público (POMIAN, 1984, p.53).

A prática de colecionar, segundo ele, não é privilégio das sociedades modernas. Desde a pré-história podemos identificar elementos que nos leva a crer que havia esta prática. Pomian argumenta que um dos indicadores que confirmam a presença da prática de coleta em antigas sociedades se refere à constatação dos mobiliários funerários. Segundo o autor, os objetos que constituem o mobiliário funerário, podem ser entendidos como uma coleção, na medida em que, ao serem inseridos neste contexto perdem seu “valor de uso”. Contudo, estes objetos são dedicados ao “olhar divino” (em algumas situações ao “olhar profano”) e constituem uma maneira de intermediar a comunicação entre o visível e o invisível. O visível é identificado como aquilo que chegou ao olhar através das formações de coleções que, por sua vez, representam algo, alguém ou algum lugar distante geograficamente ou historicamente. Esta característica de representação é o elemento determinante e unificador de uma coleção e transforma o objeto que se insere numa coleção em semióforo (POMIAN, 1984).

Os semióforos são objetos que não são utilizados na vida cotidiana e nem participam do circuito comercial. Por outro lado, eles desempenham um papel de representação, funcionando como uma ponte entre o visível e o invisível. O seu valor simbólico se sobressai em relação qualquer outra utilidade (POMIAN, 1984). Assim, quando temos em mãos objetos que representam grupos culturais, por mais que sua utilidade não seja efetivada, ela é uma referência para entendê-los como símbolos destes mesmos grupos.

As peças de coleções e/ou de museus não se encontram fora dos limites da realidade. Quando os analisamos, não podemos suprimir as condições materiais de sua produção, devemos considerar os sujeitos e o contexto que atravessam e são atravessados por elas. Neste processo de inserção no espaço de coleções e museus, os objetos elaboram e moldam sentidos, desta forma podemos compreendê-los como formadores de discursos. As coleções e museus são responsáveis por (re) produções de significados, de imagens sociais e de imaginários. Mas devemos atentar que não podemos determinar um significado único para uma coleção ou museu. Assim como o discurso, eles produzem sentidos de acordo com os sujeitos e condições materiais envolvidos. À medida que estes se modificam ao logo do processo histórico, os sentidos seguirão o mesmo caminho. A cristalização de um determinado significado ou a busca por uma essência, numa perspectiva ontológica e filológica, excluem os conflitos e as contradições constitutivas próprias da realidade (BORGES, 2010).

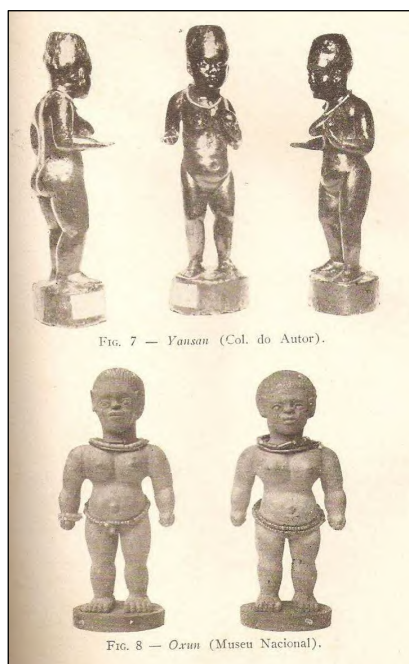
Nesta perspectiva entendemos que Arthur Ramos, ao constituir sua coleção foi interpelado pelo contexto (considerando formação pessoal, profissional, as instituições de

trabalho, os ciclos de amizades e as ideias em voga) e se tornou sujeito que produziu sentidos ao efetivar ações (acentuamos a sua ação colecionadora que é foco desta investigação). Apresentadas tais reflexões, compreendemos que a coleção Arthur Ramos se inscreve no processo histórico se apresentando como espaço de elaboração de discursos.

Ao emprendermos a análise da aquisição da Coleção Arthur Ramos pelo IAUC se torna necessário entendermos como esta foi formada pelo seu patrono, o médico, antropólogo Arthur Ramos. De acordo com o próprio autor, coletar objetos fazia parte do seu método de trabalho como antropólogo, que se concentrava em dois pontos:

- a) colher materiais directos de observação, nos vários Estados do Brasil, cotejando-os com os primitivos,
- b) reinterpretar esses materiais, com os métodos científicos do seu tempo (RAMOS, 1934, p. 21).

Os objetos integravam o método de trabalho o qual consistia na comparação entre os referenciais biológicos e culturais de grupos africanos do continente africano e suas permanências no Brasil. Ramos aponta que, desta forma poderia identificar as origens, na própria África, dos diferentes grupos de escravos que chegaram ao país, utilizando como referência os objetos. Desta maneira seria possível acompanhar a evolução e transformação das práticas culturais (RAMOS, 1934).



**Figura 9 – Fotografias presentes no livro O Negro Brasileiro.
Fonte: RAMOS, 1934.**

Para desenvolver seu método comparativo, Arthur Ramos comparava suas análises com produções de outros antropólogos, folcloristas, viajantes, tanto de pesquisadores brasileiros como estrangeiros. Além do material escrito, considerava os objetos como elemento cultural passível de comparação. Desta forma ele comparava as peças que coletava com outras presentes em coleções de outros investigadores que focalizaram a mesma temática que a sua.

A construção da narrativa de seus livros utilizava, como elementos argumentativos, fotografias de objetos que analisava durante o texto. Maria José Campos indica que as imagens usadas por Ramos em seus livros visavam a “esclarecer idéias e legitimar o conhecimento antropológico” (CAMPOS, 2004, p. 265). Isto é, as imagens e os objetos não são apenas ilustração, mas peças que compõem o mosaico de sua escrita.

No intuito de efetivar seu método de trabalho, o colecionador-antropólogo buscou contemplar objetos de diferentes procedências. Seguem abaixo gráficos apresentando as origens do material coletado. Ressaltamos que para a feitura destes gráficos consideramos apenas os objetos referentes à cultura negra, tema recorrente e destacado na sua produção acadêmica. O **gráfico 4** corresponde ao material vindo do continente africano, enquanto **gráfico 3** corresponde ao material de procedência brasileira.

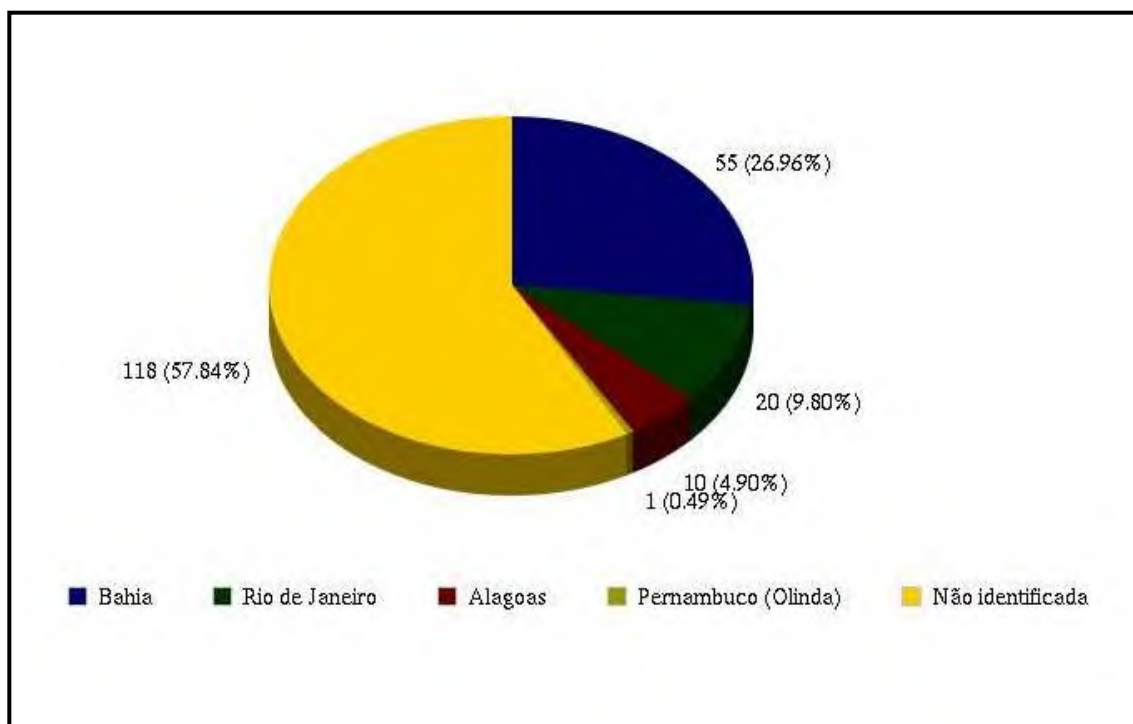


Gráfico 3 – Relação entre os objetos de acordo com sua procedência no Brasil.

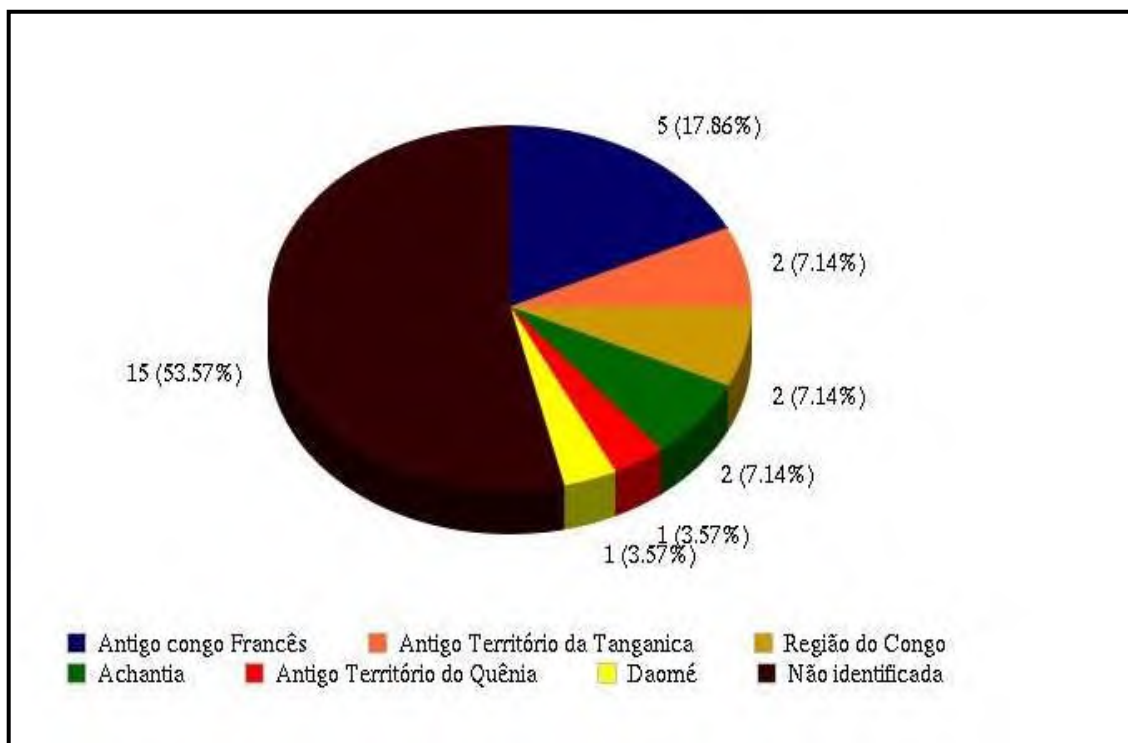


Gráfico 4 - Relação entre os objetos de acordo com sua procedência da África.

De posse de sua coleção, Arthur Ramos recebia em sua casa pessoas que se interessavam em observar ou analisar tais objetos. Apesar do caráter privado, havia a possibilidade de visita ao seu acervo particular. Roger Bastide, numa correspondência direcionada a Ramos, agradece pelas informações e a visita ao “[...] precioso Museu afro-brasileiro vós constituiu [...]”⁶⁵ (BASTIDE, 1938, tradução nossa).

Ao considerar a coleta de objetos como ferramenta metodológica, Arthur Ramos legitimou e incentivou esta prática em suas atividades docentes, como indica a sua proposta de trabalho para a Cadeira de Antropologia e Etnologia da FNFi. Nesta, há a explanação sobre a necessidade de instalação de um gabinete para os estudos práticos de Antropologia Física e um museu de Etnografia para receber os objetos que fossem coletados durante as pesquisas de campo empreendidas pelos estudantes (BARROS, 2005, p. 98).

2.1.1 – Coleções e objetos etnográficos

Fabian acredita que o deslocamento dos objetos do seu contexto sociocultural para o contexto da coleção e do museu, fez parte do amadurecimento do pensamento

⁶⁵ “[...] le précieux Musée afro-brésilien que vous avez constitué [...]”(BASTIDE, 1938).

antropólogo que contribuiu para delimitação do seu paradigma no momento de sua formação. Segundo este autor, a

Antropologia/Etnologia (*Völkerkunde*) e as práticas de colecionamento de *objetos etnográficos*, iniciou-se a servir (a continua a servir desde então) a construções de *alteridade* (FABIAN, 2007, p. 60, grifos do autor, tradução nossa)⁶⁶.

Objetos etnográficos, segundo Fabian, são artefatos coletados por meio de estudos antropológicos/etnográficos seguindo pressupostos teóricos-metodológicos, tornando-se um produto da ciência. Corroborando esta perspectiva, Kirshenblatt-Gimblett entende que os objetos etnográficos são artefatos produzidos pelos etnógrafos. “Objetos se tornam etnográficos em virtude de serem definidos, segmentados, isolados, e levados pelos etnógrafos” (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1991, p. 387, tradução nossa)⁶⁷. O lugar em que esta ação ocorre não deve ser considerado como relevante para sua categorização como objeto etnográfico, ela pode ocorrer numa tribo indígena, numa comunidade agrícola ou até mesmo em palácios. O que importa é a execução de uma ação direcionada e intencional.

Por sua vez, artefatos são produtos dos homens e de suas relações socioculturais que envolvem elementos materiais e construções simbólicas. Neles, há a existência de significados compartilhados por grupos, contribuindo para o fortalecimento de identidade (FABIAN, 2007).

Artefato, etimologicamente e nas suas conotações práticas, é essencialmente, uma narrativa e às vezes um conceito estético, narrativa, na qual um artefato é uma coisa que conta a história de produção, e estética, na qual, do que ou com que foi feito, arte. Artefatos são coisas que pertencem a cultura em vez da natureza, eles são para usar outra distinção profundamente enraizada, a atividade do *Geisteswissenschaften* em vez de *Naturwissenschaften* (FABIAN, 2007, p. 53/tradução nossa)⁶⁸.

⁶⁶ Anthropology/Ethnology (*Völkerkunde*), and the practices of collecting ethnographic objects, started out to serve (and continued to serve ever since) constructions of *alterity*. Under the Enlightenment paradigm, anthropology was to be scientific (no matter how unscientific its practices may have been) and to serve *cognition* that not only did not need re-cognition, but had to suppress recognition as a threat to objective distance whenever it may have imposed itself (FABIAN, 2007, p. 60)

⁶⁷ Objects become ethnographic by virtue of being defined, segmented, detached, and carries away by ethnographers (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1991, p. 387).

⁶⁸ Artefact, etymologically and in its practical connotations, is essentially a narrative and often an aesthetic concept, narrative, in that an artefact is a thing that tells the history of its production and aesthetic, in that it was made by, or with, art. Artefacts are things that belong to culture rather than nature, they are, to use another deep rooted distinction, the business of *Geisteswissenschaften* rather than *Naturwissenschaften* (FABIAN, 2007, p. 53).

Portanto, quando pensamos em objetos etnográficos, compreendemos que, antes de sua chegada aos museus e às coleções, eles participavam de um contexto, no qual estavam imersos e possuíam significados socioculturais. A principal característica do objeto etnográfico é a inserção em contexto, que não aquele de sua produção, utilização e consumo (FABIAN, 2007).

Apesar da mudança de contextos sofrida por estes objetos, o seu contexto de artefato pode ser apresentado por meio de registros realizados durante o processo de investigação etnográfica, como por exemplo, cadernos de campo, descrições, entrevistas, desenhos, fotografias e vídeos (FAULHABER, 2007). Segundo Kirshenblatt-Gimblett, estas ações de registros representam a tentativa de levar junto os aspectos intangíveis da cultura, os aspectos categorizados como “o invisível” por Pomian.

Na formulação de seu conhecimento o antropólogo/etnógrafo é

um detetive que tem uma labuta longa e difícil de decifrar pistas materiais. Este mestre de interrogação concorre com o informante nativo e com outros etnógrafos, não com os objetos, mas para os fatos que compõem as descrições dele ou dela. A leitura do etnógrafo é uma extensa classificação, uma ação de descrição, que eleva o que numa outra situação seriam vistos como "ninharias" (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1991, p. 396/tradução nossa)⁶⁹.

Estes objetos, quando retirados de seu contexto de origem, se tornam fragmentos, referências do contexto de onde vieram. Eles tanto podem servir apenas para um trabalho específico de um determinado antropólogo, sendo descartados posteriormente, assim como, pode vir a integrar uma coleção privada ou pública. Não há determinação de destino para todos os objetos coletados pelos antropólogos. Os locais são determinados através das relações sociais que o responsável pela coleta possui. Digamos que um antropólogo realiza uma pesquisa sobre uma comunidade rural financiado por um museu. Neste caso, o financiador pode solicitar a guarda do material recolhido/produzido durante a pesquisa.

A noção de contexto, como ressalta Kirshenblatt-Gimblett, varia de acordo tanto a abordagem teórica e quanto ao foco que a investigação escolheu. No que se refere aos objetos de uma coleção, seus contextos podem ser vários e, a cada deslocamento, os objetos integram/construem novos contextos. Mesmo inseridos em coleções e no espaço de museus, os objetos etnográficos podem, parcialmente, serem reestabelecidos em seus contextos anteriores através de

⁶⁹ [...]is a detective who toils long and hard to decipher material clues. This master of induction competes both with the native informant and with other ethnographers, not for the objects, but for the facts that comprise his or her descriptions. The ethnographer's lecture is a long label, a performed description, that elevates what would otherwise be viewed as "trifles" (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1991, p. 396).

extensas legendas, gráficos e diagramas, o comentário entregue via fones de ouvido, programas explicativos audiovisuais, a realização de visitas conduzidas por docentes, folhetos e catálogos, programas educacionais, e palestras e performances. Objetos também são definidos no contexto por meio de outros objetos, muitas vezes em relação a uma classificação ou arranjo esquemático de algum tipo, com base em tipologias de forma ou relações históricas (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1991, p. 390, tradução nossa)⁷⁰.

Esta dinâmica de deslocamentos possibilita a reapropriação constante dos objetos. De acordo com o arranjo numa determinada coleção ou acervo, os objetos recebem atribuição de novos significados. Não que eles “percam” os significados anteriores, mas há um acento nos significados produzidos por meio das relações em que foram colocadas (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1991).

Deste modo, os objetos adquirem um caráter documental. De acordo com Jacques Le Goff, apesar da palavra “documento” ter sua origem no termo latino *documentum*, que deriva de *docere*, que por sua vez significa “ensinar”, ela evoluiu e foi difundida na sua acepção jurídica, de influência francesa, que possui o significado de “prova”. Eram considerados documentos, a produção escrita, de cunho oficial (produzidos pelo Estado e/ou pela Igreja), que contivesse informações que confirmassem fatos. Nesta perspectiva, o documento era o instrumento revelador da verdade.

Esta concepção de documento teve ressonância na produção científica da História, principalmente, nos séculos XIX e XX. A chamada “História Positivista” clamava a objetividade e cientificidade da produção historiográfica por meio da apresentação e verificação dos fatos pelos documentos.

Ainda no século XIX, Fustel de Coulanges propõe uma ampliação da concepção de documento identificando textos de produção popular (fórmula, crônicas e cartas) como fontes históricas. No entanto, continua a compreender o documento como fonte de verdade, na qual, o historiador encontra e comprova a história.

A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar em tirar dos *documentos* tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais

⁷⁰ “long labels, charts, and diagrams, commentary delivered via earphones, explanatory audiovisual programs, docents conducting tours, booklets and catalogues, educational programs, and lectures and performances. Objects are also set in context by means of other objects, often in relation to a classification or schematic arrangement of some kind, based on typologies of form or proposed historical relationships” (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1991, p. 390).

próximo possível dos textos (COULANGES, 1888 *apud* LE GOFF, 2008, p. 527, grifos do autor)

Esta relação entre produção historiográfica e documento começa a mudar, na primeira metade do século XX, através dos trabalhos realizados pelo grupo de historiadores ligados à revista *Annales d'histoire économique et sociale*. A “História Nova”, como ficou conhecida, propôs que o trabalho do historiador fosse voltado para interpretação e compressão da sua produção inserida no seu contexto histórico e não por uma busca da verdade.

Além do questionamento sobre a produção historiográfica ser pautada na veracidade do documento, a “História Nova” questionou a concepção de documentos como sendo, somente, os documentos escritos. Para intelectuais ligados a esta corrente historiográfica, toda produção humana (poesias, romances, desenhos, pinturas, fotografias, objetos etc) poderia ser entendida como fonte histórica que possui informações do passado.

No tocante à interpretação dos objetos etnográficos como documentos, suas informações não se restringem ao passado, eles podem representar práticas atuais de grupos. No entanto, quando inseridos num museu e sob políticas de preservação, eles irão, com o passar do tempo, representar o passado.

Em suma, independente da tipologia de objetos e de sua origem, é patente que os objetos etnográficos fizeram e fazem parte da produção de conhecimento no campo da Antropologia. Além da coleção aqui analisada, destacamos museus que foram referência para o desenvolvimento do campo disciplinar antropológico: Museu do Trocadero e, posteriormente, o Museu do Homem em Paris, Museu de História Natural em Nova York, Museu Nacional no Rio de Janeiro.

2.2 – Museu Arthur Ramos: formação discursiva por meio dos objetos

Como já destacamos anteriormente, o Museu Arthur Ramos foi gestado no Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará através de suas práticas de pesquisas e, principalmente, através da compra da coleção Arthur Ramos e coleção Luiza Ramos. Tal aquisição foi realizada pelo então reitor Antônio Martins Filho junto à Biblioteca Nacional que havia adquirido todo o gabinete de trabalho do antropólogo (biblioteca, livros, objetos e arquivo), com recursos do Ministério da Educação. Todo o acervo foi mantido, após sua morte, e vendido pela viúva Luiza Ramos.

O processo de aquisição durou cerca de dois anos. Inicialmente, Luiza Ramos ofereceu em 22 de junho de 1954 o acervo de seu falecido esposo ao Ministério de Educação sugerindo que, caso fosse realizada a compra, os livros deveriam ser encaminhados para diferentes bibliotecas públicas. Apesar do interesse em adquirir os livros, demonstrado pelo então diretor da Biblioteca Nacional, Eugenio Gomes, a compra não foi efetivada devido à redução de gastos do Ministério de Educação. A negociação foi retomada após dois anos e meio e, finalmente, o acervo foi adquirido pela Biblioteca Nacional na gestão de Celso Cunha. O ônus da compra foi compartilhado entre esta instituição e a Universidade do Brasil após acordo verbal firmado entre as suas respectivas autoridades máximas, o diretor Celso Cunha e o reitor Pedro Calmon.

Sublinhamos que durante o segundo período de negociação, em 1956, foi constituída uma comissão de avaliação do acervo de Arthur Ramos formada pela bibliotecária Maria Antonieta de Mesquita Barros, pelo diretor da Divisão de Aquisição, o professor Serafim Pereira da Silva Neto e Edison Carneiro. Segundo relatório final desta comissão, o acervo foi dividido nas seguintes categorias:

Biblioteca – Do total de cerca de 8.000 volumes, um quarto consta de trabalhos especializados em antropologia e etnologia, em inglês, francês e alemão, em grande parte inexistentes nas bibliotecas públicas. Com esta circunstância em mente, avaliamos toda biblioteca em setecentos mil cruzeiros.

Arquivo e Discoteca – Incluem-se no arquivo documentos valiosos para a história social do Brasil e a discoteca, de grande interesse, seria pelo menos difícil de reunir de novo. Avaliamos arquivo e discoteca em cem mil cruzeiros.

Coleção Etnográfica – O material recolhido na Bahia (candomblés) tem valor histórico e artístico e nos pareceu inestimável a série de instrumentos de suplício e castigo de escravos. Avaliamos toda coleção em duzentos mil cruzeiros (RAMOS, 1954).

A comissão complementou o documento sugerindo que “coleção etnográfica” fosse direcionada ao Museu Nacional alegando a carência de objetos sobre o negro brasileiro naquela unidade museológica. Mesmo após a ressalva dos profissionais responsáveis pela avaliação do acervo e do fato do Museu Nacional pertencer à Universidade do Brasil (instituição que compartilhou a compra), a “coleção etnográfica” foi redirecionada para outra instituição federal de ensino superior.

Apesar do interesse em adquirir e manter o acervo de Arthur Ramos, Celso Cunha repassou parte à Universidade do Ceará em 1957, possivelmente, devido às precárias condições de manutenção da instituição que era responsável. Lia Calabre (2009) sublinha a

precariedade de funcionamento e a escassez de recursos, entre os anos de 1955 e 1965, de várias instituições federais da área cultural, tais como: Museu Nacional, Museu Histórico Nacional, Casa de Rui Barbosa, e a própria, Biblioteca Nacional. Em contrapartida, houve um grande investimento nos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional. As universidades integravam um destes setores (educação), fato que favoreceu o repasse de verbas do governo. Desta forma, a Universidade do Ceará, motivada pela sua consolidação como um dos principais espaços acadêmicos no Nordeste, teve condições para adquirir parte do referido acervo.

O interesse pelo reconhecimento de outras universidades é expressivo nas notícias veiculadas nos jornais locais, tanto pela quantidade de notas publicadas quando pelos enunciados presentes nelas. Como exemplo significativo, apresento abaixo a notícia presente no jornal O Estado do dia 22 de janeiro de 1958.

Morto Arthur Ramos, sua família, obedecendo ao seu desejo, manifestou o interesse em ficar esse material em poder de uma instituição que pudesse dedicar ao estudo do folclore. E a Universidade do Ceará, tomando conhecimento do fato, conseguiu adquirir referido acervo, para o seu Instituto de Antropologia. O fato é tão importante que inúmeras instituições culturais do Brasil estão a invejar o tino com que a Universidade do Ceará. Sociólogos de alta envergadura no Brasil louvaram a atitude de nossa Universidade que, desse modo, está se encaminhando para manter o mais importante instituto de antropologia de todo país, o que inegavelmente mereverá todos os louvores (NOSSA OPINIÃO, 1958).

Aquisição dos objetos coletados e colecionados por Arthur Ramos pela Universidade foi amplamente divulgado nos impressos locais. E nos interessa o que diz Bourdieu, baseado em Fred Reif, ao expor que a publicação na imprensa cotidiana de assuntos acadêmicos gera publicidade. Por outro lado, desfavorece o reconhecimento no campo científico, intelectual (BOURDIEU, 1983, p. 127). Sem a aprovação dos pares-concorrentes do campo, a publicação na imprensa cotidiana consiste mais numa ação política de divulgação e menos numa estratégia de legitimação científica. Mesmo que haja reconhecimento social desta aquisição através de notas de jornais, não indica que no campo científico houve a mesma aprovação ou o mesmo grau de reconhecimento.

A parcela do acervo que foi encaminhada ao Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará era constituída pela “coleção etnográfica” e coleção de renda de bilros, originadas de vários lugares do mundo, formada por Arthur Ramos e sua esposa Luiza Ramos⁷¹ e os livros.

⁷¹ Para saber mais sobre a Coleção Luiza Ramos, ver OLIVEIRA, 2011.

Juntamente com a coleção de renda de bilros, chegou uma série de documentos sobre os processos de coleta e análise do material (caderno de anotações, questionários enviados às artesãs, comprovante de compra e cartas de doação). A prática de coleta de rendas de bilros e seus acessórios de produção possibilitou a produção do livro *A Renda de Bilros e sua aculturação no Brasil*, de autoria do casal Ramos, publicado em 1948, pela Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. No prefácio desta obra, Arthur Ramos esclarece que a pesquisa foi baseada na análise comparativa das peças colecionadas por Luiza Ramos e sua contribuição consistiu na abordagem antropológica. No mesmo texto, o conjunto destas peças foi nomeado como “coleção Luiza Ramos” (RAMOS, 1948, p. 3). Ao ser integrada ao Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará, a coleção manteve o nome e foi foco de investigação de seus profissionais e impulsionou a formação de uma coleção semelhante, restrita ao estado, de peças recolhidas nas atividades de campo⁷². Em 1984, foi lançado pela Imprensa Universitária da UFC, o catálogo *Rendas de Bilros* organizado por Valdelice Girão que contemplou as duas coleções de rendas de bilros do IAUC: Luiza Ramos e Rendas do Ceará (Ver p. 46).

A integração da coleção Arthur Ramos ao Instituto de Antropologia é, por nós entendida, como um diálogo entre dois sujeitos discursivos: o próprio colecionador e a instituição que adquiriu a coleção.

No entanto, gostaríamos de refletir inicialmente sobre este processo de deslocamento de contexto dos objetos. Qual a diferença entre a coleção no âmbito privado e a coleção salvaguardada no museu?

Segundo Zbyněk Stránský, a inserção de objetos e coleções no museu acarreta uma série de procedimentos técnicos relacionados à organização de informações, relacionadas a eles, que modifica o seu status. Para ele, quando os objetos estão nos museus, eles se tornaram *musealia* enquanto a feitura dos procedimentos técnicos pode ser entendida como musealização.

André Desvallées e François Mairesse (2011) apresentam duas possibilidades sobre a interpretação do processo de musealização. De um lado a musealização é compreendida pelo conjunto de atividades desenvolvidas nos museus, tais como,

⁷² Ver MENDONÇA, Maria Luísa de. Algumas Considerações Sobre Rendas e Rendeiras do Nordeste. In: **Boletim de Antropologia v.3**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1959. Maria Luisa de Mendonça preparou um livro chamado “Rendas e Rendeiras” prefaciado por Luís da Câmara Cascudo, mas não chegou a ser publicado. Excertos do prefácio pode ser lido em: <http://www.mauc.ufc.br/expo/1965/03/index1.htm> . GIRÃO, Valdelice Carneiro. Contribuição à Nomenclatura e Classificação das Rendas do Ceará. In: **Boletim de Antropologia v. 4**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1960. GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Renda de bilros**. Fortaleza: Edições UFC, 1984.

preservação, investigação e comunicação. Por outro lado, sua compreensão estaria relacionada, restritamente, com as atividades de seleção, indexação e apresentação (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011, p. 252).

Entendemos que estas duas perspectivas não são excludentes entre si e convergem de modo a ampliar a noção de musealização. Na medida em que os objetos (físicos ou não) são foco de procedimentos técnicos como catalogação, descrição e exposição, há também atribuições de significados e de valores. De acordo com Luiz Carlos Borges, a musealização pode ser entendida como a conjugação dos

processos técnicos e discursivos porque passam os objetos uma vez inseridos na prática e na discursividade museal. Assim musealizar é aplicar a algo processos e procedimentos (incluindo-se aí os técnicos, terminológicos e discursivos) próprios aos/pelos museus. Musealizar, enfim, é tornar algo do mundo em objeto museal (BORGES, (não publicado)).

No processo de musealização pelo IAUC, as coleções foram acomodadas em uma única sala dividindo espaço com os objetos coletados nas pesquisas de campo do próprio Instituto. Inicialmente, foi realizada a sua documentação pela senhora Valdelice Carneiro Girão.

Valdelice Carneiro Girão era funcionária do Instituto do Ceará (IC) e havia sido contratada por esta instituição para realizar a organização e documentação das coleções do Museu Histórico do Ceará, que naquele momento estava sob a responsabilidade do IC. Quando contratada para desempenhar esta função, Girão foi enviada ao Museu Histórico Nacional (MHN) a fim de conhecer e aprender os procedimentos técnicos necessários ao trabalho no museu.

A sua temporada no MHN não possuiu um caráter formal, pois não participou efetivamente dos cursos oferecidos pela instituição. Girão definiu sua estadia, que durou dois meses, como um “estágio prático”. Ela transitou pelo MHN com intuito de conhecer o trabalho realizado no seu acervo, por seus funcionários, através da orientação de Nair Carvalho. A sua ida ao MHN foi possibilitada pela articulação de seu tio Raimundo Girão, então secretário do IC, com Gustavo Barroso, cearense e diretor do Museu Histórico Nacional. Com isso, podemos perceber a importância das relações estabelecidas entre os sujeitos e das inter-relações como formadores do sujeito (HOLANDA, 2006).

Quando contratada pelo Instituto de Antropologia, devido a sua experiência com acervo do Museu Histórico do Ceará, para organizar a coleção Arthur Ramos, Valdelice se dedicou ao que entendemos como documentação museológica. Helena Ferrez a define como o

[...] conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1994, p. 65).

No intuito de sistematizar as informações sobre as peças da Coleção Arthur Ramos, Girão elaborou, juntamente com Thomaz Pompeu Sobrinho, um livro de registro, fichas catalográficas contendo informações intrínsecas e extrínsecas dos objetos⁷³ e inscreveu neles os seus respectivos números de registros. Todo este processo foi feito peça por peça. Foram obtidas fotografias do acervo que substanciou a confecção de um catálogo intitulado “Arthur Ramos e sua coleção” publicado, após a extinção do IAUC, em 1983.

Ministério da Educação e Cultura
UNIVERSIDADE DO CEARÁ
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
MUSEU ANTROPOLÓGICO

1-0063 cont
11 amparação

Objeto Espada de Ogum

Modo de aquisição Compra
(Compra, doação, permuta, transferência)

Procedência Xangô de Alagôas - Maceió - 1937 - Coleção Arthur Ramos
(Lugar de onde veio o objeto)

Número de Ordem 1.60.49 Número do catálogo 1.0063 Tombamento: Livro 1 Pág. 1

Localização: Sala _____ Vitrina 4 Parede _____

Estado de Conservação Bom

Valor _____

Dimensões 24,5cm de altura

Bibliografia Ramos, Arthur - "O Negro Brasileiro".

n. geral 10049

Figura 08 - Ficha catalográfica (frente)
Fonte: Arquivo do Museu Arthur Ramos

⁷³ Entendemos por informações intrínsecas aquelas relacionadas somente ao próprio objeto, como por exemplo, cor e tamanho e, extrínsecas aquelas que possuem relação com outras referências, como por exemplo, a sua função (CAMPOS, GOMES, MOTTA, S/D).

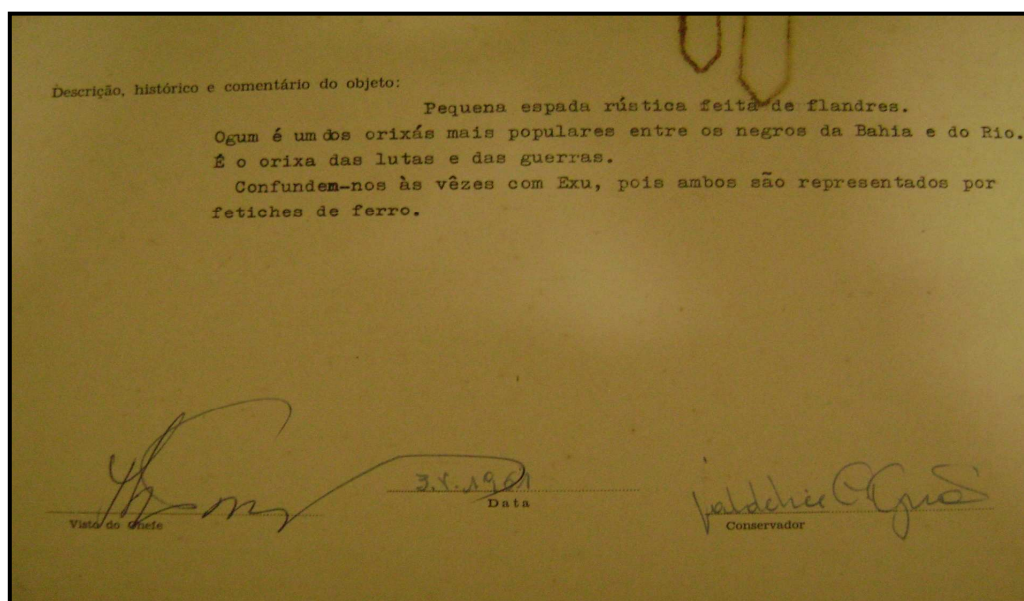


Figura 09 - Ficha catalográfica (verso)
Fonte: Arquivo do Museu Arthur Ramos

Valdelice Girão “em sua incansável lida, ajudando a plantar museus em Fortaleza, desenvolveu a atitude classificatória, aprendeu a minúcia do catálogo, como se vê na Coleção Arthur Ramos” (HOLANDA, 2006, p. 11). Neste trabalho, ela optou por organizar a coleção de modo a manter a categorização dada pelo colecionador. No entanto, para realizar o trabalho de preenchimento das fichas catalográficas, realizou um trabalho de pesquisa bibliográfica para contextualizar os objetos, tendo em vista que foram poucas as informações adicionais que acompanharam o acervo até o Instituto de Antropologia (HOLANDA, 2006). Na grande maioria dos objetos, a única informação que constava se referia ao local de procedência e ao nome utilizado pelo grupo de onde foi coletado. Quando não obtinha as informações nos livros de Arthur Ramos, Girão utilizava outros autores que abordavam a mesma temática, tais como: Donald Pierson, Leal de Sousa e Nina Rodrigues.

A apresentação e descrição de um contexto, até de uma mesma coleção, é processo de seleção, de escolhas. Para um objeto são várias as possibilidades de contextualizá-lo. São os sujeitos, as condições, os interesses e as finalidades deste trabalho que determinam qual o contexto focalizado. Considerando a coleção Arthur Ramos, no momento de sua inserção no IAUC, identificamos dois contextos passíveis de destaque: primeiro, temos o contexto de produção e uso do objeto como artefato cultural, segundo, o objeto quando passou a integrar a coleção de um antropólogo tornando-se elemento metodológico de sua pesquisa.

Se compararmos as ações estabelecidas para documentação nos museus e nos arquivos, podemos inferir que ambos são responsáveis pela preservação e transmissão de documentos e para o desempenho satisfatório das atividades que lhes são confiadas, é necessária a organização da informação de forma a facilitar o seu acesso pelos profissionais e pelo público.

Desta forma, as atividades de catalogação, descrição e indexação, como estas desenvolvidas por Valdelice Girão, se assemelham aos processos de documentação arquivística⁷⁴. Nestas duas modalidades há o objetivo em organizar, classificar e descrever as informações relacionadas aos documentos salvaguardados. Michel Pêcheux (1997) argumenta que os profissionais responsáveis pela feitura destes processos, imbuídos pela precaução metodológica, isentam o resultado de seus trabalhos das marcas de sua produção. Isto é, esta produção seria feita baseada na neutralidade. No entanto, Pêcheux ressalta que não há produção social que consiga retirar todos os elementos que lhe atravessam, tais como as condições histórico-ideológicas. Os indivíduos quando realizam uma ação são interpelados pelo seu contexto e ao falar, dizer, colecionar, descrever, classificar, eles produzem sentidos. Portanto, a “mecânica” tarefa de documentação se configura como um gesto de leitura da realidade (PÊCHEUX, 1997).

No contexto investigado, verificamos que a documentação produzida com a finalidade de registrar tais objetos etnográficos também é uma produção orientada de acordo com expectativas de sujeitos pertencentes a um campo disciplinar e, portanto devem ser entendidos como tais. Os objetos e as coleções se configuraram, no espaço do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará, como uma estratégia discursiva na busca pelo seu estabelecimento e reconhecimento no campo da Antropologia no Brasil como uma instituição científica. O acento da importância da coleção recaiu, não na temática que orientou sua constituição, mas na figura de seu colecionador. A inserção da produção de um antropólogo, com a atuação e expressividade de Arthur Ramos, desempenha um papel simbólico em indicar isto.

Numa leitura baseada na AD, o espaço/momento desta produção de significação, considerando os efeitos de sentido, os sujeitos, os contextos e o que pode ser (não)dito pode ser compreendido como formação discursiva (ORLANDI, 1999, p. 43). Imerso em uma

⁷⁴ Chamamos a atenção para que não haja confusão no entendimento sobre fundo e coleção que apesar de suas semelhanças possuem diferenças sutis e decisivas. Enquanto a noção de coleção reside na ação intencional de seleção que tem como fim a preservação, o fundo consiste na reunião de documentos, das mais variadas naturezas (objetos, documentos escritos e imagéticos dentre outros), acumulados e reunidos de acordo com atuação de atividades específicas exercidas por uma pessoa ou grupo. Estes documentos, via de regra, são acumulação por questões administrativas sem a intenção de formar uma coleção (DESVALLÈS, André, MAIRESSE, François. Concepts clés de muséologie. ICOFOM, 2010).

determinada formação discursiva, o sujeito fala de acordo com suas relações com outros sujeitos, outros contextos e outras formações discursivas (PÊCHEUX, 2009). A formação discursiva é um espaço de relações, de referências e (re)elaborações de discursos.

A noção de formação discursiva nos remete ao conceito de formação que, segundo Borges,

indica o momento de predomínio de um conjunto qualitativamente determinado de relações e leis determinadas e específicas em determinado contexto situacional, ou momento histórico. É aquilo que se coloca como o suporte, a coluna de sustentação de determinado movimento ou dito (BORGES, 1998, p. 84).

Ou seja, uma formação se efetiva pelo agrupamento de outras formações ao mesmo tempo em que possibilita o desencadeamento de ações, de acontecimentos. A partir deste imbricamento, podemos pensar a tessitura de uma formação museal atravessada e articulada por variadas outras formações que estruturam efeitos de sentidos. Deste modo, podemos entender o museu como produtor de discursos inserido num determinado lugar social, sob determinadas condições históricas-ideológicas. O museu, seja qual especialidade ou tipologia for, integra uma formação social que ao contato com outras formações elaboram discursos. Através do liame destas formações, o museu se apresenta como local de produção de significação, (re) criação de imagens sociais e, por consequência, da (re) produção/instituição de imaginários da/na sociedade.

2.3 – Coleções, Objetos e Memória

A inserção de objetos nas coleções e nos museus ocorre, como já falamos anteriormente, pelo seu caráter de representação de algo que não está visível (algo que se encontra distante espacialmente ou temporalmente) ou como documento que contenha informações sobre pessoas, fatos e situações. Mas esta característica de símbolo/documento dos objetos é inerente a eles?

Acreditamos que não. Para um objeto adquirir tal qualidade é necessário que haja uma atribuição de valor pelos sujeitos que os utilizam. E é neste processo de valoração que os objetos, organizados em torno de coleção ou num museu, se tornam campo de significância, produtores de sentido (ORLANDI, 1990).

Há, ainda, na ação de inserção de peças no espaço museológico a (re) construção de memórias. Pierre Nora aborda a produção institucionalizada de memórias⁷⁵ pelo viés, identificado por ele, dos “lugares de memória”. A necessidade destes espaços surgiu devido à aceleração do tempo e ausência da transmissão espontânea de memórias entre os indivíduos. Desta forma, os lugares de memória, através de uma ação intencional, seriam responsáveis pela manutenção oficial de memórias na sociedade.

Contudo, nos interrogamos, o que é a memória? No senso comum, a memória designa a capacidade que uma pessoa tem de lembrar-se de algo. Esta lembrança é possibilitada pelos processos neurofisiológicos que ocorrem no cérebro. É patente, que os processos mnemônicos individuais são biologicamente formados no cérebro, mas quando tratamos sobre os indivíduos postos nas relações sociais, como se constituem as memórias no âmbito coletivo? É possível lembrar fielmente de tudo?

A memória coletiva não deve ser entendida como os somatórios de todas as lembranças, mas um conjunto complexo de lembranças e esquecimento que está em constantes modificações e processo de (des) construções. Ela não é a totalidade dos acontecimentos passados, mas fragmentos e recortes. Se focalizarmos os objetos e as coleções museológicas, veremos que eles não contemplam todos os aspectos do tempo/espaço que representam ou documentam. Se considerarmos o acervo do IAUC veremos que apresenta apenas fragmentos dos grupos retratados por suas coleções. No que tange à Coleção Arthur Ramos, esta não contempla todos os aspectos culturais do grupo específico que representa (o negro brasileiro). Assim como não concentra, através dos objetos, a amplitude dos trabalhos desenvolvidos por seu colecionador, que se dedicou ao estudo não apenas da cultura negra no Brasil, mas também a outros trabalhos, tais como estudos sobre higiene mental, educação e psicologia.

Estas referências preservadas dentro dos museus se tornam meios pelos quais a memória é transmitida, criada e recriada ao longo do tempo. De acordo com Jacques Le Goff, a memória pode ser entendida como

[...] fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história, acumular objetos. A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens

⁷⁵ Além dos museus, o autor inclui outros espaços de preservação de memórias, tais como: arquivos, bibliotecas e monumentos.

e textos que falam do passado, em suma, de certo modo de apropriação do tempo (LE GOFF, 2003, p. 419).

Nesta mesma perspectiva, Maurice Halbwachs afirma que as memórias individuais quando estão interligadas formam a memória coletiva, ao mesmo tempo em que memória coletiva é o espaço onde as memórias individuais são (re) construídas, mantidas, e por vezes, apagadas. Este duplo movimento de construção da memória, coletivo e individual, é intermediado pelas relações estabelecidas por um grupo. O grupo é a base de sustentação deste movimento.

[...] a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são indivíduos que se lembram enquanto integrantes do grupo (...) diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupa e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes." (HALBSWACHS, 2004, p. 69)

A memória não é a prova do que aconteceu, mas são referências construídas socialmente na coletividade. Referências que podem ser lembradas e ressaltadas em um determinado momento ou esquecidas e destacadas em outro. A memória é um campo de conflitos de diferenças, onde diversos sujeitos participam de suas (re)construções. Ela é dinâmica, múltipla e plural da mesma forma que os sujeitos e contextos que a produz.

Numa perspectiva discursiva, a memória é o espaço onde há o entrecruzamento de efeitos de sentidos, onde o discurso apresenta sua (inter) relação com outros discursos distantes no tempo/espaço. Estes discursos distantes, já ditos, sustentam e embasam o que está sendo dito. "O interdiscurso é todo o conjunto complexo de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos" (ORLANDI, 1992, p. 33).

A relação de significância entre as palavras nos indicam a formação de memória discursiva (assim como a constituição de formações discursivas), que tanto pode afirmar como negar o que foi dito anteriormente. O que é importante é a sustentação que o discurso anterior fornece ao que está sendo dito. Segundo Pêcheux,

(...) a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊUCHEUX, 1999, p.52).

Desta forma, o interdiscurso pode ser entendido como um “suporte de ligamento” entre discursos. Um entrelaçamento que fornece sustentação ao que é apresentado.

No contexto de inserção da Coleção Arthur Ramos no IAUC o interdiscurso é expressivo na sua maneira de organização institucional que remete à formulação de um pensamento antropológico. Por que o interesse em constituir um acervo museológico e qual o interesse em adquirir o acervo do antropólogo Arthur Ramos?

Tomando como premissa a importância da prática de colecionamento de objetos para a institucionalização da Antropologia (seja para utilizar como prova científica ou representação cultural), o IAUC empreendeu a instalação de sua própria unidade museológica no intuito de se estabelecer como espaço de produção de conhecimento antropológico. Isto é, ele remontou uma ideia pré-construída da atividade no campo da antropologia para sustentar seus discursos. A prática de colecionamento de objetos fazia parte da metodologia de trabalho de Ramos (ver p. 62), assim como de outros profissionais que participaram da consolidação da Antropologia como campo de pesquisa.

A aquisição do acervo de Arthur Ramos foi pautada nesta busca pelo êxito no campo antropológico que o colecionador havia conseguido. Ao adquirir tal coleção, o IAUC adquiriria também o prestígio que seu colecionador alcançou anteriormente.

Ainda, se pensarmos que as ações que implicam na musealização dos objetos remetem à constituição de patrimônio, na medida em que há um interesse de preservação visado perpassado por uma valoração, os museus são espaços onde os objetos comuns podem ser investidos de um valor patrimonial.

No museu, os objetos musealizados (físicos ou não) são os tecidos da memória e do patrimônio que atravessam e são atravessados pela formação de símbolos sociais. A investigação sobre este movimento de significância é fio condutor da intersecção entre a análise do discurso e a museologia que propomos neste trabalho.

As ferramentas de análise da AD contribuem para elucidar a constituição de imaginários sociais nos espaços museológicos, na medida em que, permitem analisar as condições sócio-históricas e a presença de significações consolidadas ou em formação.

CAPÍTULO 3

MUSEU, PATRIMÔNIO E IMAGINÁRIO

3.1 - Museologia e Patrimônio

Quando pensamos a palavra “patrimônio” a partir de seu significado jurídico, ela nos remete aos conjuntos de bens físicos que são, ou podem ser, herdados por testamento, demarcando uma clara contraposição com aqueles que podem ser adquiridos através de compras. Neste sentido, o patrimônio é visto a partir da propriedade individual e a sua sucessão. No entanto, o “patrimônio” aqui trabalhado partirá de sua noção segundo a ótica da coletividade, do social, entendendo que esta é formada por diferentes contextos e sujeitos de forma a constituir um conjunto heterogêneo. Considerando a formação e sucessão patrimonial, ela ocorre baseada na ação simbólica institucionalizada de representações que um determinado grupo elabora.

Para entendermos a institucionalização do patrimônio no pensamento ocidental, apresentaremos algumas referências de acontecimentos que desempenharam um papel de sustentação. De acordo com Marie-Anne Sire, a noção de patrimônio coletivo foi iniciada na França, em 1789, a partir da Revolução Francesa que gerou dois movimentos: por um lado, ânimos revoltosos iniciaram a destruição física dos símbolos da Monarquia deposta (como castelos e igrejas), por outro, houve o despertar do senso de preservação física destes mesmos símbolos, como por exemplo, as propostas do abade Grégoire⁷⁶. Ele acreditava que estas destruições eram prejudiciais para a nação que acabara de nascer, pois os objetos depreciados, na verdade, representavam a “existência de um patrimônio coletivo, o qual a salvaguarda é de utilidade pública e interessa à memória e identidade nacional” (SIRE, 2005, p.20, tradução nossa)⁷⁷. A partir deste momento, iniciou-se outro processo de destruição da Monarquia, sendo este simbólico, no qual os bens monárquicos foram reapropriados e salvaguardados como representantes da riqueza e da identidade francesa. Segundo abade Grégoire, a destruição do patrimônio, identificado como vandalismo, desfavorecia o arregimento social. Os objetos representativos do Antigo Regime eram, antes de tudo, testemunhos das riquezas da nação francesa. O surgimento desta “consciência

⁷⁶ Clérigo francês e republicano, participou da Revolução Francesa chegando a ser presidente da Assembleia Nacional Francesa. Dentre seus discursos pronunciados na Assembleia Nacional, um dos mais conhecidos é “Rapport sur les Destructions opérées par le Vandalisme, et sur les Moyens de le Réprimer”, no qual utiliza pela primeira vez o termo vandalismo para designar a destruição de bens culturais (TOMASEVICIUS FILHO, 2004). Viveu entre os 1750 e 1831.

⁷⁷ “[...] l’existence d’un patrimoine collectif dont la sauvegarde est utilité et qui interesse la mémoire et l’identité nationale” (SIRE, 2005, p. 20)

patrimonial” esteve ligado ao processo de formação nacional e foi utilizada como estratégia discursiva para tecer uma unidade identitária em torno da nação⁷⁸.

A institucionalização não ocorreu de imediato, mas transcorreu por meio de uma série de ações que passou por várias etapas, como criação de museus, realizações de inventários e ocupações dos espaços considerados patrimônios, e que culminou com a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos, dentro do Ministério do Interior, pelo então ministro François Guizot, em 1830. A criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos intensifica a ação do Estado recém-formado, como fomentador da preservação patrimonial. Segundo François Choay (2001) o patrimônio escolhido pelas ações do Estado estava revestido de atribuição de valor histórico e artístico (com ênfase para o patrimônio edificado), na medida em que este representaria o passado glorioso da nação.

Durante o final do século XVIII e todo o XIX, foi esta concepção de patrimônio, ligada aos objetos de valores históricos e artísticos, selecionados segundo o critério da identidade nacional que foi predominante. Na Segunda Guerra Mundial (1945-1949) houve a utilização daquilo que era entendido como patrimônio (objetos de valores históricos e artísticos), como forma de legitimar a supremacia de algumas nações em relação a outras, bem como validar ações de destruições. Haja vista a Alemanha nazista, que reivindicou o patrimônio grego, e a Itália fascista em relação ao patrimônio romano, como estratégia discursiva para reconhecimento de sua superioridade em relação a outros grupos étnicos e político-culturais (FUNARI, PELEGRINI, 2006).

Após a Segunda Guerra, as discussões sobre o patrimônio foram ampliadas internacionalmente com a Organização das Nações Unidas (ONU) e com a UNESCO, dando continuidade ao trabalho iniciado anteriormente pela Sociedade das Nações. Primeiramente, há um alargamento pautado na fisicalidade do patrimônio através da inclusão na política de salvaguarda de conjuntos arquitetônicos, parques naturais e paisagens urbanas. A ampliação da noção do que seria patrimônio continuou a ser aumentada ao longo dos anos, de modo a contemplar diferentes aspectos da cultura, criando diferentes nomenclaturas, tais como: patrimônio tangível (material), patrimônio intangível (imaterial), patrimônio cultural, patrimônio natural, patrimônio científico, patrimônio genético, entre outros. Estas categorizações do patrimônio foram elaboradas de modo a satisfazer a ânsia organizadora dos especialistas, pois não há fronteiras que estabeleçam onde começa ou termina o natural, tendo em vista que todos eles são frutos de uma valoração de sujeitos. A ação humana transita em todas as direções e pode ser

⁷⁸ Nesta perspectiva, a identidade foi relacionada à ideia de origem e território comum e que compartilhava, também, uma única cultura e única memória.

compreendida de diferentes formas, já que a realidade é formada pelas complexas redes de formações sociais.

No âmbito nacional, um marco da institucionalização da preservação patrimonial foi a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo decreto-lei de 25 de novembro de 1937. O anteprojeto de lei que continha as atribuições e as diretrizes desta instituição foi elaborado por Mário de Andrade, no entanto foram feitas modificações até chegar ao texto final. Para assumir a direção deste novo órgão (SPHAN) foi convidado o advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade. O trabalho desenvolvido por Rodrigo Melo Franco de Andrade se voltou para a identificação do patrimônio que representasse a brasilidade, através das noções de tradição e civilização. Neste contexto, novamente, a preservação do patrimônio se concentrou nos objetos associados a valores artístico e histórico, privilegiando prédios e monumentos. Melo Franco permaneceu na direção do SPHAN de 1937 até 1967, um pouco antes de sua morte.

O segundo momento expressivo da preservação do patrimônio ocorre quando Aluísio Magalhaes assumiu, em 1969, a direção do SPHAN e empreendeu projetos que valorizassem a diversidade cultural brasileira, em vez de buscar sua origem. A partir de então, acompanhando a discussão internacional, as noções de patrimônio foram ampliadas visando abranger diferentes manifestações culturais. Dando continuidade a este movimento, a Constituição brasileira, promulgada em 1988, apresentou a preocupação com a preservação de patrimônio, e ainda os categoriza em duas espécies, os bens de natureza material e os de natureza imaterial⁷⁹. Ademais, houve a criação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, decretado em 2000, sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), anterior SPHAN (CASTRO, FONSECA, 2003).

No campo da museologia, a discussão do patrimônio se tornou central a partir da compreensão do museu como um lugar de objetos que, ao serem musealizados, se tornaram referência à memória e à identificação de um grupo.

⁷⁹ São identificados como patrimônio cultural brasileiro:

“ Art. 216.

[...]

I – as formas de expressão,

II – os modos de criar, fazer e viver,

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas,

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais,

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. [...]”(CASTRO, FONSECA, 2003, p. 14).

As ideias suscitadas a partir da compreensão do patrimônio em uma perspectiva integral influenciaram fortemente os trabalhos desenvolvidos nos museus e na Museologia nas décadas seguintes. Isto pode ser observado na formulação do conceito de Museu Integral, elaborado durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972.

O evento organizado pela UNESCO/ICOM refletiu sobre o papel desempenhado pelos museus na América Latina e propôs diretrizes que acentuassem o seu caráter social através de práticas que colocassem a comunidade, na qual o museu está inserido, em primeiro lugar. Nesta perspectiva, os museus deveriam trabalhar conjuntamente com a comunidade enfatizando o seu patrimônio cultural e natural para auxiliá-la na tomada de consciência dos problemas sociais e na busca de soluções para estes. Desta forma, o museu, como instituição a serviço da sociedade, contribuiria para o desenvolvimento socioeconômico.

A Declaração de Santiago do Chile, documento síntese da mesa redonda, se tornou marco referencial da mudança de visão sobre a atuação que os museus podem ter na sociedade. Porém, é interessante (re)conhecer: estes marcos fazem parte da gestação das ideias e não como definidor de uma origem de um pensamento.

A Declaração de Québec, de 1984, dá continuidade às discussões sobre a função social dos museus e foi apresentada como fundadora da Nova Museologia. Este documento indicou que a Museologia deveria buscar a integração de diferentes saberes com o intuito de aprimorar sua atuação social, preservando os fragmentos passados visando a projetos futuros. Os princípios que nortearam a instauração da Nova Museologia foram pensados a partir das práticas desenvolvidas desde a década de 1970, nas quais a gestão museológica era realizada de forma conjunta entre os moradores locais e os profissionais de museus. Como exemplos, citamos a experiência do Écomusée do Creusot, na França, coordenada por Mathilde Bellaigue.

A própria definição do termo ecomuseu, elaborada por Georges-Henri Rivière e Hugues de Varine, em 1971, sublinha a participação da comunidade. Segundo eles, o ecomuseu é um

museu fragmentado, interdisciplinar, apresenta o homem no tempo e no espaço, no seu ambiente natural e cultural, convidando toda a população a participar do seu desenvolvimento através de diversos meios de expressão baseadas, essencialmente, sobre a realidade dos lugares, dos edifícios, dos

objetos, das coisas reais que falam mais que palavras ou imagens que invadem nossa vida (RIVIÈRE, VARINE, s.d, s. p. tradução nossa).⁸⁰

Numa abordagem formulada em 1983, Rivière apresenta o ecomuseu como espaço físico e simbólico que interpreta o homem, a natureza e a cultura no contínuo temporal, no qual a experiência é construída cotidianamente com a comunidade. Ou seja, o museu seria um instrumento de aproximação e reconhecimento social pautado no aprendizado coletivo. O autor ressalta que

A cultura onde se estruturam deve ser entendida em seu sentido mais amplo, e o ecomuseu dedica-se a torná-la reconhecida em toda a sua dignidade e também na sua arte, de todas as fontes de onde surgirem manifestações culturais. A sua diversidade é ilimitada, como demonstra a diversidade dos seus traços. Não são manifestações fechadas em si, mas abertas, num contínuo movimento de dar e receber (RIVIÈRE, s/d).

No entanto, não é necessário que todos os museus tradicionais (ou qualquer categoria de museus) sejam destruídos para construção de ecomuseus. Os museus podem conviver entre si, baseados na compreensão de suas diferenças e peculiaridades, sem ter um modelo ideal fixo. Pois, os museus, assim como o patrimônio, a memória e a identidade estão em constante processo de (des)construção que ocorre em condições específicas.

O importante, para além das reflexões teóricas acerca dos museus no campo da museologia, é entender como se dá a aplicação destas na prática profissional. O museu e patrimônio, entendidos aqui como objetos de intervenção dos museólogos, entre outros profissionais, são construídos no processo histórico e sociocultural, e mantêm uma relação de mão dupla com a realidade: são modificados por ela ao mesmo tempo em que a modifica. Nesta perspectiva, a prática teórica⁸¹ da museologia se volta para problemáticas suscitadas pelo contexto em que está inserida. Notemos que, por exemplo, a inserção da problemática patrimonial passa a ser, definitivamente, integrante das reflexões museológicas no momento em que houve o alargamento da noção de patrimônio, tanto em âmbito internacional como nacional. A inserção da reflexão sobre o patrimônio indica,

⁸⁰ "musée éclaté, interdisciplinaire, démontrant l'homme dans le temps et dans l'espace, dans son environnement naturel et culturel, invitant la totalité d'une population à participer à son propre développement par divers moyens d'expression basés essentiellement sur la réalité des sites, des édifices, des objets, choses réelles plus parlantes que les mots ou les images qui envahissent notre vie". Disponível em: http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/rubrique.php3?id_rubrique=39

⁸¹ Prática teórica é entendida, a partir de Althusser, como prática social sendo esta o conjunto complexo de atividades sociais que transformam uma dada matéria-prima em produto utilizando meios de produção. No que concerne à prática teórica, a matéria-prima é transformada em produto através do pensamento teórico (ALTHUSSER, BALIBAR, 1973).

também, uma ação reflexiva que os profissionais da museologia operaram sobre o próprio campo.

Mário Chagas sublinha que a emergência da discussão sobre o patrimônio na museologia gerou novas propostas de atuação dos profissionais de museus e museólogos, tais como a ênfase nos trabalhos desenvolvidos em parceria com a comunidade no qual o museu estava inserido. O autor apresenta, ainda, um quadro comumente usado para resumir a nova proposta que deveria ser trabalhada (CHAGAS, 2009, p. 52).

Museu tradicional = edifício + coleção + público

Ecomuseu/ novo museu = território + patrimônio + população

A partir desta configuração dos elementos a serem privilegiados pela museologia, o autor argumenta que é necessário considerar a articulação entre eles, bem como, entendê-los não como noções dadas e estabelecidas, mas como construções sociais complexas. O território não pode ser entendido apenas pela delimitação física do espaço, mas por meio dos sentidos de pertença que os sujeitos sociais lhe atribuem. São eles, os sujeitos, que (re)delimitam a amplitude de seus territórios. Tais escolhas não são de fácil elaboração, pois estes sujeitos em comunidade (população) formam-se com interesses diferentes e, por vezes, contraditórios. Desta forma, população é outra noção que merece um olhar perspicaz do museólogo atento às diferenças e contradições constitutivas/constituintes desta população. Por sua vez, o patrimônio que se encontra no coração deste conflito (constituição de grupos, comunidades, territórios) emerge, também, como uma formulação sempre a ser questionada e analisada pelo pesquisador, pois não possui uma essência, mas sentidos que se moldam a partir de interesses, de conflitos (CHAGAS, 2009).

Esta perspectiva de destacar o patrimônio como foco de atenção da museologia, foi proposta por Tomislav Sola e Klaus Schreiner, em 1982. A museologia então seria uma “teoria do patrimônio” ou patrimoniologia que se dedicaria, no entender de Sola, de acordo com Desvallés (DESVALLÉES, 2005), ao estudo da “‘relação específica do homem com a realidade’, o museu sendo, segundo ele, ‘uma das formas possíveis da realização da relação do homem com a realidade’” (DESVALLÉES, 2005, p. 153, tradução nossa)⁸².

Esta compreensão da museologia deriva da proposta de Zbynek Stransky cuja reflexão teórica o leva a argumentar, como aprofundamento da questão relativa à especificidade, que esta “relação específica” se baseia num processo de significação. Desta

⁸² “‘le rapport spécifique de l’homme avec la réalité’, le musée étant, selon le même, ‘une des formes possibles de la réalisation du rapport de l’homme à la réalité’” (DESVALLÉES, 2005, p.153).

forma, o objeto da museologia seria “o reconhecimento da relação específica do homem com a realidade, que leva à apropriação, com uma mudança de sentidos em face da realidade cultural” (STRANSKY, 1995, p.36 *apud* DESVALLÉES, 2005, p. 143, tradução nossa)⁸³. Ana Gregorová completa esta asserção ao afirmar que esta significação ocorre no processo de seleção intencional de objetos de diferentes categorias, sejam eles físicos ou não, visando a sua conservação (GREGOROVÁ, 1980). Tal relação, como apontado por Sola e Schreiner, segundo Desvallées, não se refere apenas ao que acontece nos museus, mas às práticas de colecionamento e a constituições de patrimônio (DESVALLÉES, 2005).

Isto posto, quais as aproximações e distanciamentos entre as práticas museais e a constituição de patrimônio e de que forma relações entre museu e patrimônio são delineadas na sociedade, particularmente, nas práticas no Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará?

3.2 – Museu, Patrimônio e Imaginário: construções simbólicas

Acreditamos que a intersecção entre museu e patrimônio se traduz a partir das ações de seleção e preservação perpassadas por uma atribuição de valor que implica na produção de efeitos de sentidos. Estes, por sua vez, são formulados por sujeitos através de negociações e conflitos no campo simbólico. Deste modo, a formação de um patrimônio nos remete ao processo de patrimonialização, que abrange o processo de musealização, porém reconhecemos que existem distinções entre eles.

A principal convergência consiste na atribuição de valor de representação/documento e as ações de classificação e preservação que englobam estes processos. Quando há a inserção na dinâmica museal de um objeto, ocorre, também, a sua retirada do circuito cotidiano de uso e do circuito de trocas econômicas. Por outro lado, a patrimonialização apesar de contar a classificação, preservação e valoração, nem sempre realiza esta ação de retirar o objeto de seu circuito de uso cotidiano e comercial. Por exemplo, quando um prédio é patrimonializado, ele é classificado pelas instituições competentes e seu uso e comercialização passam a ser regidos por determinações específicas. Desta forma, se por acaso, o objeto tombado for uma moradia ele pode continuar a sê-lo. O mesmo não ocorre quando um objeto é musealizado. Um instrumento

⁸³ “c’est la reconnaissance de la relation spécifique de l’homme à la réalité, laquelle mène vers son appropriation, avec un glissement de sens vers la réalité culturelle” (STRANSKY, 1995, p.36 *apud* DESVALLÉES, 2005, p. 143)

musical, tal como um adja⁸⁴, que foi coletado por Arthur Ramos, ao ser inserido em sua coleção deixou de espalhar seus sons pelos terreiros de candomblé da Bahia para compor a orquestra da memória no espaço da coleção e, posteriormente, do Museu do Instituto de Antropologia que se tornou o Museu Arthur Ramos. Desde modo, a patrimonialização e musealização se pautam pela valorização e preservação, porém a musealização, através de seus procedimentos de conservação (retirada do circuito de uso e comercial) desenvolve duas especificidades.

Vimos que tanto na musealização quanto na patrimonialização, há a atribuição de um determinado valor, seja de representação ou documentação, e para este ato utilizamos o termo “valorização”. É necessário esclarecer que fazemos uma distinção entre este último e o termo “valorização”. A “valorização” consiste, especificamente, nestes aspectos simbólicos e procedimentos práticos da instauração de um patrimônio, enquanto a “valorização” incide sobre os aspectos da sua exploração econômica deste patrimônio. Deste jeito, consideramos como mais adequado termo “valorização” em vez de “valorização” para tratarmos dos aspectos simbólicos da instituição de um patrimônio. No entanto, não podemos acreditar que não haja valorização patrimônio. Sabemos que este é utilizado, deliberadamente, como mercadoria na indústria turística. Suas peculiaridades são exploradas de modo a ressaltar o “exótico”, o “diferente”, enfim, o “outro”. Não desconsideramos que a exploração monetária de um patrimônio, pela comunidade a qual está relacionado, seja positiva. Ela pode muitas vezes auxiliar na manutenção do mesmo e/ou gerar renda para o grupo, no entanto acreditamos que seja necessária a relação de (re)conhecimento e identificação para além das atividades comerciais (DAVALLON, 2006).

Segundo Jean Davallon (2006), a patrimonialização implica um estatuto⁸⁵ patrimonial a um objeto. Mas em que consiste tal estatuto, quais as especificidades da patrimonialização?

O autor argumenta que a patrimonialização é uma forma de abolir o tempo, na medida em que, quando um objeto é preservado de forma a retratar ou documentar um contexto passado, há a tentativa de vivê-lo no presente. Desta forma, o patrimônio seria responsável pelo desenvolvimento de uma relação específica com o passado através de sua manutenção no presente e transmissão para gerações futuras. No entanto, esta ação é feita à luz do presente, são as visões do presente que elaboram as versões do passado.

Se tomarmos como ponto crucial da noção de patrimônio, segundo o direito romano, a transmissão de bens como herança de geração em geração, deduzimos que há

⁸⁴ Instrumento musical utilizado em rituais no candomblé.

⁸⁵ Utilizamos o termo estatuto no sentido de condição e não como regimento.

uma aceitação de tudo que é recebido em modificação. Todavia, quando tratamos desta “transmissão” na sociedade, ela não transcorre ileso dos percalços das rupturas, modificações, dos esquecimentos, de deslocamentos e deslizamentos. A “herança” não é somente recebida, ela é socialmente selecionada e escolhida, constituindo o que Davallon, baseado em Gérard Lenclud, chama de “filiação inversa”. O presente engendra o passado e não o contrário. O que aconteceu no passado nunca poderá ser reconstituído fielmente no presente.

Para Davallon, a compreensão do passado é construída a partir do olhar do presente e não através da escavação do presente ao passado. Esta relação entre o passado e presente é parte constitutiva da patrimonialização.

Neste sentido, a patrimonialização é entendida como um ato que institucionaliza o passado por meio de uma atribuição, no presente, de um determinado valor a um objeto (físico ou não). Este ato é constituído por procedimentos que lhe são próprios, assim como na musealização, no sentido de garantir a legitimidade do patrimônio. A formação institucional de um implica no desenvolvimento de ações que, segundo Davallon, passa pelas seguintes etapas.

A primeira é o reconhecimento de um objeto como vindo do passado, como representativo de uma continuidade temporal/social. Ele se torna, como tal, em um objeto que representa outro contexto que não está “visível”.

O segundo diz respeito ao momento de “reconhecimento” desta qualidade no qual, como aponta Davallon, há um “descobrimento” de um “achado”. Segundo o autor, se reportando a Umberto Eco, um achado é um objeto tratado como excepcional que necessita de preservação e reconhecimento como patrimônio. Desta descoberta, tanto pode ser apresentado como fruto do acaso como de um trabalho científico, no entanto a atribuição deste valor positivo sempre ocorre de acordo com seu contexto. Não há em nenhum objeto valores intrínsecos, os valores simbólicos lhe são atribuídos. A descoberta de um “achado” não é uma realmente uma descoberta, mas um olhar novo que é direcionado ao objeto, produzindo, assim, novos sentidos. Tendo em vista que o primeiro procedimento se baseia na representação de algo distante socialmente e temporalmente que não está mais presente, o caráter de raridade do objeto é crucial para atribuição de valor conferida a ele. Para Davallon, “quanto maior é a abundância de objetos, menor é o seu investimento simbólico (DAVALLON, 2006, p. 121, tradução nossa)⁸⁶.

⁸⁶ Plus il y a abondance d'objets, moins leur investissement symbolique est grand (DAVALLON, 2006, p. 121).

O terceiro e quarto procedimentos estão relacionados com a certificação da origem baseada em pesquisas científicas (históricas, arqueológicas, antropológicas, etc). Estes procedimentos garantiriam a “autenticidade” e “contextualização” do objeto. Os especialistas do campo responsáveis por essas análises não são apenas “pesquisadores”, mas criadores de uma maneira de representação do passado. Esta elaboração da representação constitui o quinto procedimento.

O sexto e sétimo estão relacionados à manutenção do estatuto patrimonial do objeto através da exposição focalizada no “achado” do objeto, ou seja, no valor simbólico atribuído, e pela preservação visando sua “transmissão” para próximas gerações.

Davallon resume o conjunto dos gestos patrimoniais como mostra a figura abaixo.

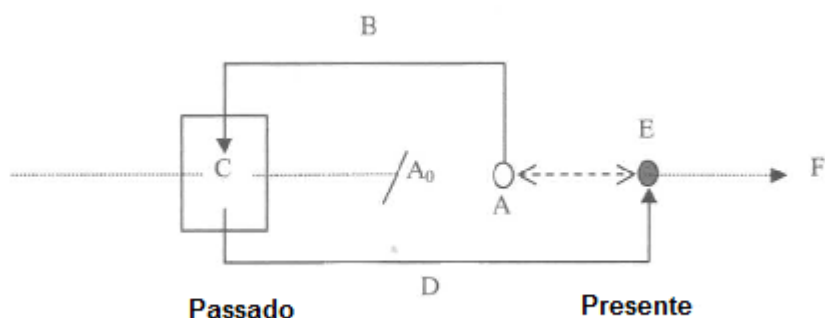


Figura 10 – Conjunto de gestos patrimoniais

Sendo:

A₀ - Ruptura: o desaparecimento do objeto e/ou de seu contexto.

A - Descoberta do objeto como "achado".

B - Certificação de origem do objeto.

C - Confirmação da existência do mundo de origem.

D - Representação do mundo de origem pelo objeto.

E - Celebração do "achado" pela sua exposição.

F - Obrigação de transmitir às gerações futuras (DAVALLON, 2006, p. 126, tradução nossa)⁸⁷.

⁸⁷ A₀ - Rupture : disparition de l'objet et/ou de son contexte. A - Découverte de l'objet comme « trouvaille ». B - Certification de l'origine de l'objet. C - Confirmation de l'existence du monde d'origine. D - Représentation du monde d'origine par l'objet. E - Célébration de la « trouvaille » de l'objet par son exposition. F - Obligation de transmettre aux générations futures (DAVALLON, 2006, p. 126).

A feitura deste processo normativo que, através de ações, estabelece o estatuto de patrimônio a objetos distantes temporal e/ou espacialmente de seu contexto, nem sempre obtém aceitação no grupo/sociedade em que tal objeto está inserido. As escolhas de especialistas nem sempre acompanham e nem sempre são acompanhadas pelo grupo. Através da leitura destes gestos normativos de patrimonialização, vemos que há um acento na construção da relação com o passado e na questão da autenticidade.

A autenticidade patrimonial pode ser questionada ao considerarmos a compreensão do patrimônio por grupos não ocidentais e as ações que são realizadas em torno da sua manutenção. Os japoneses, por exemplo, reconstróem seus templos-patrimônios de madeira, periodicamente, em cerimônias. O Santuário de Ise, dedicado à deusa xintoísta, é reformado a cada 20 anos numa cerimônia em que há uma reconstrução completa com troca de toda a madeira. Considerando que tal ação é a realização de um rito religioso, há uma preocupação em manter os procedimentos e materiais empregados. Assim, a preservação patrimonial se foca no “saber-fazer”, nos aspectos não físicos, do que o templo enquanto um prédio “conservado”. Segundo Hartog (2006), ao analisar tal comportamento da preservação patrimonial dos templos japoneses, é patente que o patrimônio existe por meio de sua inserção no presente através das tentativas de sempre “reatualizá-lo” e não mantê-lo estático.

A relação com passado através do objeto patrimonial só pode ser entendida de acordo com seu contexto. Os gestos patrimoniais desenvolvidos numa determinada situação fazem uso de um determinado valor atribuído, porém interações sociais futuras poderão atribuir outros significados, extrapolando as delimitações impostas pelo ato normativo. Acreditamos que a patrimonialização como ato normatizador do objeto patrimonial não controla a elaboração de sentidos nas interações sociais.

A instauração do patrimônio, como apresentamos até agora, possui raízes no pensamento da construção dos Estados-nações do século XVIII. No entanto, como nos propõe José Reginaldo Gonçalves, o patrimônio pode ser compreendido como uma categoria de pensamento. O autor entende que o patrimônio está presente em diferentes sociedades, que não as ocidentais, sob outras configurações. Nestes casos, os objetos patrimoniais, que possuem valores atribuídos, podem representar diferentes relações com o tempo do que aquela, exclusivamente, desenvolvida com o passado. Eles podem, por exemplo, estabelecer uma relação com o futuro como é o caso do *potlatch*, prática de colecionamento de objetos, entendidos como valiosos, que são oferecidos a uma tribo de

modo que evidencie seu poder e o mantenha. Ou pode ser destruído como ocorre na cerimônia *kula*⁸⁸, na qual há a destruição dos objetos colecionados.

Segundo Gonçalves,

A categoria “colecionamento” traduz, de certo modo, o processo de formação de “patrimônios”. Sabemos que estes, em seu sentido moderno, podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de “colecionamento” de objetos materiais cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado “outro”. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um “patrimônio” (GONÇALVES, 2007, p.209).

O colecionamento corresponde à ação seletiva de objetos (físicos ou não) na qual há uma atribuição de significados por aqueles que realizam tal atividade. A formação de coleção, como dito anteriormente, pressupõe uma reunião seletiva de objetos visando sua posterior conservação.

Ao concordarmos que a prática de colecionamento presente de diversas formas em diferentes grupos/sociedade, como nos sugere Gonçalves, o acento recai no aspecto relacional. A noção de categoria relacional confronta a compreensão universalista da sociedade e da cultura na medida em que sua “aplicação supõe necessariamente uma situação de interação que envolva pelo menos duas partes e um contexto determinado” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1989, s/p).

A formação de patrimônio, tanto a enfatizada por Jean Davallon como aquela focalizada por José Gonçalves, são formas de compreensão/ interpretação da realidade. Sendo a primeira centrada numa ação institucional a partir de atribuições simbólicas e a segunda se concentra na própria relação simbólica que uma sociedade/grupo engendrada por meio do colecionamento. Embora parecem noções antagônicas, elas se aproximam através do entendimento do patrimônio como sendo uma construção social. O ato normativo de patrimonialização é instaurado por procedimentos que implicam numa interpretação localizada num determinado contexto, da mesma forma que, a análise orientada pela noção de uma categoria de pensamento. Nos dois casos, a presença do simbólico e do ideológico é evidente.

Quando utilizamos o termo simbólico para designar aquilo que é manipulado na e pela constituição de patrimônios, falamos de uma rede complexa de significância forjada no seio das intersecções sociais. Os sujeitos são elaborados dela e, ao passo que, também,

⁸⁸ O *kula* é um sistema de troca de mercadorias entre chefes tribais que foi observado e analisado por Bronislaw Malinowski, entre 1914 a 1981, e por Marcel Mauss na década seguinte.

seus modos de pensar e agir são elaborados por ela. A partir deste aspecto simbólico do patrimônio, o compreendemos como integrante do imaginário social instituído. A relação entre simbólico e imaginário se fixa da seguinte forma: de um lado, o imaginário utiliza o simbólico para concretizar sua existência, para expressar e/ou manter suas criações, por outro lado, para o simbólico se constituir como tal é necessário que *a priori* haja uma capacidade imaginária que extrapole o significado imediato de algo, por meio de conexões com outros elementos da realidade.

O imaginário é, pois, “criação incessante e essencialmente indeterminada (sócio-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’” (CASTORIADIS, 1999, p.13). Esta potência criadora ocorre de forma coletiva e articula diferentes instituições. Ele é constituído e constitutivo na e da sociedade, não excluindo o caráter de participação dos sujeitos neste processo. O imaginário social instituído é parte integrante da sociedade ao mesmo tempo que, lhe dá suporte, referências, promovendo continuidades e rupturas. Ele direciona visões de mundo e estabelece regras de condutas que são compartilhadas e transmitidas.

A instituição é um elemento funcional na medida em que garante a manutenção de regras, e por sua vez, a sobrevivência da sociedade segundo seu próprio funcionamento. São elas: a família, a igreja, a ciência, etc. Dado esta íntima ligação com o funcionamento da sociedade, as instituições se modificam, ao passo que, a sociedade, também, está em constante mudança. Há uma essência identificável de uma instituição, ela deve ser compreendida a partir de um determinado contexto. Elas são constitutivas e constituídas na e pela sociedade que “cria ela mesma como sociedade, e se cria a cada vez dotando-se de instituições animadas por significações imaginárias sociais específicas à sociedade considerada” (CASTORIADIS, 2004, p. 169).

O museu e o patrimônio como instituições (não confundamos instituição social com instituição no sentido empregado para estabelecimentos jurídicos ou físicos), é uma espaço de criação imaginária atravessada por signos e representações sendo intimamente relacionado com as relações simbólicas. Ressaltamos que, esta criação, que ocorre incessantemente, não implica apenas na mudança, em algo novo, mas também, pode contribuir para manutenção dos *status quo* da sociedade. Desta forma, o imaginário social se torna uma ferramenta manipuladora que, por vezes, escapa entre os dedos de seus manipuladores.

3.3 - A construção da identidade regional/nacional

O patrimônio e o museu, por mais que possuam diferentes noções, evidenciam a sua importância como espaços simbólicos produzidos pelo homem e para ele, que congrega referências da realidade, sejam físicas ou não, como forma de apreendê-la e compreendê-la. Um dos elementos que orientam suas constituições, como já falado anteriormente, é a relação com o passado estabelecida através da memória coletiva. De acordo com Le Goff, entender a memória coletiva como um conjunto de diferentes memórias individuais que possuem contatos entre si é enxergá-la como um elemento formador e estruturador de identidades. Vale sublinhar que esta aparente unidade da memória coletiva é perpassada por conflitos e diferenças que mantêm em algo em constantes modificações. Ela, também, pode ser apropriada e re-significada por diferentes grupos ao longo do tempo, tendo em vista que é construída nas e a partir das inter-relações sociais.

A identidade não é uma categoria dada aos indivíduos ou grupos, mas é construída e reconstruída por eles através das relações sociais. Para Miguel Wiñazki a identidade “[...] se move, viaja, muda e avança pelos caminhos da liberdade” (WIÑAZKI, 1999, p.24, tradução nossa)⁸⁹. No entanto, sublinhamos que estas construções são frutos do contexto histórico e sócio-cultural em que elas emergem. Um mesmo indivíduo pode se identificar com diferentes grupos ao mesmo tempo, e em certos casos, com grupos divergentes. A nossa itinerância nas relações sociais implica no acesso a diversas referências que podem ser utilizadas nas formações de nossas identidades. As várias identidades que integram a identidade de um sujeito ou de um grupo se aglutinam como numa formação de mosaico que contempla inúmeros planos que nunca se esgotam.

A cada contexto ou situação uma identidade específica pode ser colocada em evidência. Uma estudante estrangeira (que está em outro país que não aquele de sua origem) tanto pode se apresentar por (ou reivindicar) sua condição de estudante, seu gênero sexual ou por seu local de nascimento.

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida” (HALL, 2006, p.21).

⁸⁹ “[...] se mueve, viaja, cambia e avanza, por los senderos de la libertad.”(WIÑAZKI, 1999, p.24).

Nesta perspectiva, Stuart Hall argumenta que devemos falar de *identificação* em vez de identidade. Esta identificação é cerne do jogo de identidades e está sempre se (re)modelando.

Memória e identidade são termos que perpassam a construção de conhecimento nos museus e na museologia. Entender como se dão estas relações é importante, na medida em que são ferramentas para compreender o campo museal. Durante a leitura dos textos de Vinos Sofka, Tomislav Sola, Mathilde Bellaigue, André Desvallées, Bernard Deloche, Zbynek Z. Stransky e Hugues de Varine apresentados na ICOFOM Studies Series (ISS) de 1986 (publicação organizada a partir dos trabalhos apresentados no Simpósio com tema “Museologia e Identidade”), percebemos diversos pontos em comum, sejam eles convergentes, divergentes ou até mesmo complementares acerca do termo identidade. Vinos Sofka (1986) ressalta que aquele momento foi um lugar de partida para ampliação e aprofundamento da discussão sobre identidade sem que, de nenhuma forma, as discussões se esgotaram nele (nem se esgotaram até hoje).

Todos os autores concordem com a ideia de que o tema proposto se tornou de extrema importância para as discussões desenvolvidas no campo museológico, principalmente, a partir de sua emergência no último quartel do século XX. Quando, frente às intensas mudanças econômicas e sociais, houve necessidade de construção de auto-representações por diversos grupos sociais. Tomislav Sola (1986) aponta regiões onde isso foi mais forte, como África, Ásia ou América do Sul que, inseridas na lógica capitalista homogeneizante e/ou oprimidas econômica-politicamente, procuraram formas de afirmar seus referenciais culturais que poderiam sumir. É de comum acordo, também, que as produções teóricas e metodológicas da área da museologia são desenvolvidas a partir das inquietações das diferentes realidades sociais nas quais estão inseridas. Tanto Zbynek Z. Stransky como Bernard Deloche (1986) ressaltam a importância do desenvolvimento de questões teóricas (o que Deloche chama de debate abstrato) sempre ligado às questões práticas do campo, ou seja, ao trabalho dos museólogos. Sofka (1986) aponta que o museu, bem como toda produção humana, está inserida em um determinado contexto histórico-social e carrega traços do pensamento segundo o qual foi formulado. Da mesma forma que o museu, os elementos que o compõem também trazem estas marcas. No entanto não é capaz de reproduzir a totalidade de um contexto. Pode-se então falar que o museu é um espaço que contém diferentes fragmentos da realidade e do trabalho humano. Não é um espaço que reflete, mas que apresenta referências sobre determinadas realidades. Para Hugues de Varine “... o museu [sic] não é um espelho, mas um lugar de

informações” (VARINE, 1986 , p. 71, tradução nossa)⁹⁰. Segundo Sola (1986), o que é trabalhado/manipulado no museu, muito mais que os objetos, são os conceitos e ideias que estes ajudam a transmitir. Nesta perspectiva Desvallées sublinha que o museu não é o lugar do passado congelado, mas um espaço aberto para múltiplas e plurais interpretações.

Para Sofka (1986), a identidade é entendida a partir da relação que um indivíduo estabelece com um grupo e este mesmo grupo estabelece com ‘ele’, bem como as relações que este grupo estabelece com ‘outros’. Desta maneira a identidade se desenvolve a partir do reconhecimento do mesmo a partir das relações estabelecidas com os outros em dois movimentos centrais: o primeiro é a construção da identidade internamente no grupo e a construção externa produzida pelo olhar do “outro”. Stransky (1986) acrescenta que a identidade é uma categoria relacional e dinâmica que está em processo de construção/desconstrução/mudança constantemente e não pode ser entendido como algo fixo e rígido. Compreendendo as construções de identidades como produtoras e produtos de relações sociais, elas estão sempre se (re)articulando de maneiras diversas. Ao considerarmos sua característica relacional, só entenderemos a constituição de uma identidade a partir de um contexto específico o qual escolhemos como guia condutor da investigação.

Mathilde Bellaigue (1986), fala a partir da sua experiência na implantação do Ecomuseu do Cresout-Montceau, também com a colaboração de Desvallées. Entretanto ela caminha para uma discussão que tem como foco a implantação de um museu que surge a partir dos anseios e perspectivas de uma determinada comunidade. Levando em consideração não só o espaço de um museu tradicional (onde há uma prevalência do objeto), mas todo o território físico e simbólico da comunidade em questão. Este tipo de museu “além paredes” não trabalha com uma imposição de sentidos atribuídos aos diferentes elementos culturais (desde arquitetura ao saber-fazer, passando pelos modos de vida, os sentimentos e as memórias), mas uma constante autoconstrução e auto-educação de seus referenciais identitários. Pois, como já atentamos anteriormente, a identidade é algo múltiplo, plural e dinâmico. Para Bellaigue é importante que os grupos representados no museu se auto-representem, pois quando os outros constroem esta representação há uma tendência em imprimir neles seus próprios valores, como ocorreu nas formações de coleções dos primeiros museus etnográficos que tendiam a perceber e apresentar elementos culturais de outros grupos segundo uma escala evolutiva. No entanto, é patente que não há uma essência identitária, mas sim vários pontos de vista a respeito de uma questão. A experiência com ecomuseus, tal como ressalta a autora, não é a única maneira

⁹⁰ Le musée [sic] n'est pas un miroir, mais une banque de données (VARINE, 1986 , p. 71).

legítima de (re)apresentação, mas uma das várias possibilidades. Mesmo não trabalhando com a categoria “ecomuseu”, Varine (1986) identifica uma dupla atuação do campo museológico: uma voltada, exclusivamente, para o interior do museu e a outra que segue o sentido inverso. O autor identificou em cada uma destas atuações uma tendência teórica da museologia. A primeira, “museologia estática”, voltada para o trabalho com o objeto, e a segunda, “museologia de movimento”⁹¹, que integra às atividades do museu o território, o patrimônio e população. Apesar de estas tendências parecerem excludentes, na verdade, elas podem ser complementares na medida em que, trabalham em diferentes âmbitos do campo museológico.

Stransky nos alerta sobre o cuidado que devemos ter para que estas tendências teóricas e práticas não se tornem arrebatamentos, se mostrando distantes das possibilidades reais de trabalho. Não há, pois, uma receita que oriente, indiscriminadamente, todas as experiências museológicas. Cada uma possui suas condições de produções e sujeitos envolvidos.

Considerado que as discussões sobre museu e identidade são produtos humanos de um determinado contexto histórico-social perpassados por ideias e ideais de diferentes grupos, podemos entendê-las como campo de afirmação de poder. Deloche crê que museu e identidade são ferramentas de poder. Varine completa com apresentação dos usos do conceito de identidade para afirmar poder (econômico, político ou ideológico) através do nacionalismo em duas situações diferentes: a primeira relacionada com implantação de superioridade e dominação, e a segunda com aquele dos povos colonizados ou dominados que querem afirmar suas identidades frente à dominante estrangeira. Acrescentamos, também, que a identidade pode ser utilizada como estratégia de resistência. A identidade regional é evocada pelo IAUC como forma de inserção na identidade nacional e valorização de suas contribuições.

Podemos considerar ainda que o museu, ao arregimentar patrimônio e modelar identidades em seu espaço, se aproxima das práticas de poder na sociedade como argumenta Moraes (2010). Segundo o autor, numa perspectiva gramsciana, o poder não designa uma capacidade de influenciar e determinar decisões, não é imperativo que faça uso da força para estabelecer todas as condutas, mas sim um jogo complexo de relações. O poder, vinculado à hegemonia, é, pois um campo de negociações simbólicas que utiliza as ideologias e as instituições para se legitimar. Este jogo articula diferentes sujeitos e condições sócio-históricas incessantemente de forma a sempre constituir novas

⁹¹ Os termos usados pelo autor são: *museologie statique* e *museologie de mouvement* (VARINE, 1986).

configurações. Deste modo, o poder não possui uma essência imutável e inquestionável, na verdade, ele é constantemente (re)forjado através das relações simbólicas.

Mas em que medida a discussão sobre identidade perpassa a teoria e a prática museológica? Para Stransky (1986), esta discussão ajuda a Museologia a se aproximar do estudo da realidade, com a qual ela trabalha. A preocupação da museologia não é definir até que ponto o museu é responsável pela afirmação ou negação de identidade(s), mas entender como esta relação é construída a partir de uma representação da realidade. A produção sobre o tema identidade, segundo o autor, no campo museológico é significativa não só pela quantidade, mas pela qualidade das reflexões produzidas, sempre pautadas no desenvolvimento das discussões relacionadas com as práticas museais. É necessário que os museólogos e profissionais de museus possuam um olhar interrogativo e crítico para seu trabalho, reconhecendo-o como um instrumento de intervenção social.

Para Desvallées, o museu não é um espaço apenas que representa identidade, mas é produtor de sua própria identidade. Não é por acaso que desde a infância possuímos uma imagem do que existe no museu e de como ele funciona. Mas não só o museu possui identidade, os profissionais que se dedicam ao trabalho no campo museológico também constroem identidades a partir de pontos convergentes, como ambiente de trabalho e/ou especialidades às quais se dedicam.

Para todos os autores acima mencionados, museologia e identidade conformam uma relação que é construída através de discussões baseadas nas diferentes realidades que interagem no mundo, perpassadas por discursos e poder. Esta relação não se apresenta de maneira única e rígida, mas em constante processo de construção pautado em diferentes pensamentos.

No que concerne ao foco de nossa investigação, de que forma a aquisição da coleção Arthur Ramos pelo Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará articulou/legitimou formações de identidades?

O IAUC constituiu um acervo adquirido, seja por meio de compra, coleta ou permuta, que originou cinco (05) coleções, são elas: Coleção Rendas do Ceará, constituída por peças de rendas de bilros provenientes, de pesquisas etnográficas realizada pelo próprio instituto, através de coleta em pesquisas de campo; Coleção Arqueologia e Pré-história, que trata da cultura material indígena do Ceará, tal coleção é formada por peças doadas pelo seu diretor Thomaz Pompeu Sobrinho, provenientes de suas próprias pesquisas e de objetos do extinto Museu Rocha; Coleção Arte Popular, resultante, também de pesquisas etnográficas realizadas por integrantes do Instituto na região, ela versa sobre

artesanato de diferentes estados (focalizando o Ceará), particularmente de objetos de cerâmica; Coleção Sincretismo Religioso, que conta tanto com objetos relacionados às práticas religiosas no estado, focalizando a “mistura” entre o catolicismo e práticas oriundas da África; e, por fim, a Coleção Benevides, adquirida do colecionador e escritor Aldenor Jayme Alencar Benevides, através de compra, em 1961. Tal coleção consistia na reunião de objetos considerados cotidianos na cultura cearense no início do século XX, tais como: pentes, sapatos, chaves, bonecas, etc (MUSEU ARTHUR RAMOS, S/D).

Vale ressaltar que estas coleções foram se constituindo após a aquisição das Coleções Arthur Ramos e Luiza Ramos, que ocorreu no mesmo ano da instalação do Serviço de Antropologia, ou seja, um ano antes da instauração do IAUC. Visando a semelhança entre as temáticas abordadas pelas coleções constituídas posteriormente à compra das citadas coleções, por que foi feita a opção em mantê-las de acordo com a organização atribuída por seus colecionadores? O itinerário do acervo do Instituto é um emaranhado de caminhos que se cruzam e afastam, que vão e retornam como os fios de um novelo na construção de um todo. Resta-nos, então, indagar: quais os valores, interesses e práticas que balizaram a inserção da Coleção Arthur Ramos?

A reunião e divisão de um acervo, em coleções ou séries, não são feitas de formas aleatórias, elas são forjadas de acordo com práticas que produzem sentidos, significados que podem ser compreendidos ao analisarmos o seu contexto de elaboração. Jean Baudrillard afirma que

Cada objeto está a meio caminho entre uma especificidade prática, a função, que é como seu discurso manifesto, e a absorção em uma série/coleção, onde se torna termo de um discurso latente, repetitivo, o mais elementar e o mais tenaz dos discursos (BAUDRILLARD, 2002, p. 101).

Esta divisão imposta aos objetos mostra, ao olhar do investigador, uma visão de mundo, uma concepção da realidade. Neste sentido, o museu é, por excelência, um espaço de representação, de produção de múltiplos significados. Ao adquirir as coleções Arthur Ramos e Luiza Ramos, o IAUC estabeleceu marcos do estabelecimento de sua unidade museológica, ao mesmo tempo em que, as utilizou com ponto temático de referência para sua produção científica antropológica. Os temas abordados nestas coleções que foram adquiridas se tornaram, também, temas de suas pesquisas bem como diretrizes para suas ações de colecionamento. Isto se torna patente aos verificarmos a existência de duas coleções de mesmo cunho: Coleção Sincretismo Religioso e Coleção Rendas do Ceará. A atribuição do nome da primeira nos remete ao pensamento de Arthur Ramos, que analisou

os “contatos raciais” sob o prisma do sincretismo e a segunda focaliza a temática da produção de renda de bilros no estado.



Figura 15 – Arthur Ramos



Figura 16 – Luiza Ramos

Fonte: SAPUCAIA, 2003.

A manutenção da configuração das coleções atribuída por seus colecionadores pode estar relacionada a uma tentativa de ressaltar o local de proveniência das peças que foram recolhidas por eles. Enquanto as peças adquiridas pelo IAUC (através de compra, coleta ou doação) eram oriundas do Nordeste, particularmente do Ceará, os objetos da coleção Arthur Ramos e Luiza Ramos eram originários de diferentes regiões do Brasil e até de outros países (ver figuras 10 e 11).

Ao abordarmos a inserção da Coleção Arthur Ramos no IAUC foi necessário tangenciar a Coleção Luiza Ramos⁹². Tal fato se apresentou necessário devido ao semelhante contexto de aquisição de ambas pela Universidade do Ceará. No entanto, focalizamos a coleção do antropólogo devido à ênfase dada a sua “presença”, por meio dos

⁹² Por mais que as rendas de bilros coletadas tenham originado um livro escrito pelo casal (A rendas de bilros e sua aculturação no Brasil), Luiza Ramos foi apresentada como responsável por tal colecionamento. Nesta publicação, Arthur Ramos nos diz que “Esta coleção, minha mulher vem reunindo há vários anos, e lida com todo o material da renda de bilros, artefatos utilizados nas diferentes áreas do país, e espécimes de rendas, já em número aproximado de um milhar, na sua distribuição por Estados e localidades. O mérito desta pesquisa cabe assim exclusivamente a ela (RAMOS, 1948, p.3).

objetos, naquela instituição. Sua presença, como já abordamos, traria uma legitimidade e reconhecimento no campo da Antropologia no país e no exterior, tendo em vista sua produção intelectual e reconhecimento acadêmico. Salientamos que o local de origem do colecionador/antropólogo se apresenta como significativo para a composição desta proposta, pois Arthur Ramos nasceu e estudou no Nordeste (nos estados de Alagoas e Bahia, respectivamente), e manteve contatos com seus familiares que permaneceram em sua cidade natal, Pilar, em Alagoas. Embora sua ida para a capital do país tenha sido de extrema importância para o estabelecimento de sua vida profissional, o Nordeste é o nascedouro simbólico de suas reflexões. Foi na cidade de Pilar, e posteriormente em Salvador, que Ramos se aproximou da temática da cultura afro-brasileira que está presente em toda sua vida.

Apesar da semelhança nos procedimentos dos estudos antropológicos com Arthur Ramos, através da coleta de objetos, o IAUC reivindicou uma produção acadêmica pautada no regional. Como argumenta Durval Muniz de Albuquerque (2008), a historiografia regional ao se apresentar como tal reafirma e endossa uma ideia já existente de hierarquização social do trabalho. A produção científica é considerada primordialmente pela sua relação com o local na produção (de origem) e pelas as reflexões que estabelece. O regional é, desta forma, um local que está à margem de outro local considerado mais relevante.

No Brasil o lugar de historiador regional quase sempre é assumido por aqueles historiadores que vivem fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que se consideram, portanto, afastados do centro da produção historiográfica nacional, daqueles que fariam história em nome da nação, que fariam a História do Brasil. Se reproduz, assim, em termos acadêmicos, uma divisão territorial do trabalho intelectual. Os lugares regionais e as posições de sujeito por eles implicados são assumidos como lugares de produção da historiografia, que reforça concomitantemente a situação de centro de distribuição de sentido para o histórico da produção carioca e paulista e a situação de periferia na distribuição de sentido para o histórico da produção de outras áreas do país (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.65).

Assim como ocorreu na produção historiográfica, ocorreu também nas ciências humanas e sociais. O eixo Rio de Janeiro-São Paulo, como aponta Albuquerque, se consolidou como centro produtor de conhecimento acadêmico. Isto não aconteceu por acaso, Rio de Janeiro, enquanto capital federal, recebeu investimentos para seu desenvolvimento social, cultural e econômico. Foi lá que se instalou a Biblioteca Nacional, Imprensa Régia, Museu Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Histórico Nacional dentre outros equipamentos culturais e científicos. São Paulo, devido sua proximidade com a capital, também se beneficiou com investimentos nesta área cultural e científica. Além disso, este “eixo” passou por um processo de intensa industrialização, no

início da segunda metade do século XX, que possibilitou o direcionamento de capital para tais ações. Ao passo que o Nordeste continuou, predominantemente, agrário (salvo poucas localidades) (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006). Havia produção acadêmica, mas esta se apresentava de forma desarticulada e distante do “centro” de irradiação intelectual e cultural do país, ao passo que Rio de Janeiro e São Paulo foram locais de universidades pioneiras em diferentes campos disciplinares (Universidade de São Paulo – USP e Universidade do Brasil, posterior Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Desta forma, o IAUC endossa e legitima uma relação de dominação mesmo que sua ação representasse uma tentativa de rompê-la.

Proposta semelhante ocorreu, anteriormente, em Recife com a instalação do Instituto Joaquim Nabuco em 1949. Tal instituição, criada em comemoração ao centenário de nascimento de Joaquim Nabuco, tinha como objetivo norteador desenvolver pesquisas sociais ligadas ao Norte e Nordeste do país. Mário Chagas ressalta, ainda, que havia interesse em “práticas de documentação, preservação, divulgação científica e produção cultural” (CHAGAS, 2009, p. 139). Neste sentido, o Instituto Joaquim Nabuco planejou a formação de coleções sobre o Homem do Nordeste para constituir seu próprio Museu de Antropologia que abriu ao público em 1964. Este Museu, conjuntamente com o Museu de Arte Popular, também mantido pelo Instituto Joaquim Nabuco, e o Museu do Açúcar, do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool se fundiram de modo a organizar um novo, intitulado Museu do Homem do Nordeste.

Antes mesmo da proposta do Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco, a questão patrimonial foi posta imbricada com a discussão regional, em Pernambuco, como assinala Rodrigo Cantarelli (2012). Segundo ele, as ideias do Movimento Regionalista e Tradicionalista de Recife, na década de 1920, contribuiu para a constituição, em 1926, da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco orientada por Anníbal Fernandes. A proposta de criação de ambas as instituições ocorreu no mesmo ano, na ocasião do 1º Congresso Regionalista do Nordeste, e tinha como objetivo o desenvolvimento de ações preservacionistas de monumentos artísticos e históricos que remetessem à “tradição nacional”.

Segundo Durval Muniz, o Movimento Regionalista e Tradicionalista de Recife (que teve sua afirmação no congresso acima citado), na década de 1920, se inspirou no pensamento regionalista freyreano que focalizava as características tradicionais e regionais da tradição brasileira. Neste contexto, no que tange ao campo museológico e patrimonial, Cantarelli infere que a preocupação em preservar os monumentos artístico e histórico se pautava em tais valores tradicionais.

Conjuntamente com Fernandes, Gilberto Freyre enfatizou a necessidade de ações preservacionistas baseadas na busca pela manutenção das “tradições brasileiras”, focalizando os aspectos regionais como balizadores da identidade nacional.

As tradições desenvolvidas à sombra das casas-grandes, das senzalas, das igrejas, dos sobrados, dos mocambos, dos contatos “afetivos” de brancos com negros e índios eram o substrato verdadeiramente nacional de nossa cultura (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 89).

A tradição, reivindicada por estes intelectuais, se referia ao passado colonial do Brasil, no qual Pernambuco e o “Nordeste” possuíam um papel de destaque na economia brasileira.

Freyre participou da formulação das instituições acima citadas e estendeu seu olhar patrimonial para a elaboração do Instituto Joaquim Nabuco bem como do seu museu. Segundo Mário Chagas, Freyre, ao delinear as diretrizes do Museu do Homem do Nordeste, traçou as próprias diretrizes de sua imaginação museal. Sendo esta

A capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas. Essa capacidade imaginativa não implica a eliminação da dimensão política dos museus, mas, ao contrário, pode servir para iluminá-la (CHAGAS, 2009, p. 58).

A proposta do Museu do Homem do Nordeste se baseou em experiências de outros museus, como por exemplo, o Museu do Homem em Paris (organizado por Paul Rivet), e possuía como diretriz a coleta de objetos de acordo com critérios antropológicos. No entanto, havia uma diferença crucial entre eles, enquanto o museu de Rivet tinha um caráter universalista, com coleções do “mundo todo”, o museu de Freyre focalizou os aspectos regionais. Este último propunha o colecionamento de objetos que abrangessem diferentes atividades do “homem do Nordeste”, especialmente, o trabalhador rural. As peças deveriam ser representativas de sua habitação, vestuários, transporte, ferramentas de trabalho, práticas religiosas, etc (FREYRE, 1960). Seu trabalho foi continuado por Aécio de Oliveira, primeiro diretor do Museu do Homem do Nordeste, que chegou a sugerir uma “museologia morena” que se dedicasse ao Norte e Nordeste em 1979 (CHAGAS, 2009).

No caso do Instituto de Antropologia, o seu Museu foi pensado a partir da sua proposta de atuação, profissionalização no campo da Antropologia e estudo do Nordeste sob a ótica antropológica, e foi dividido segundo áreas de pesquisas. O Museu foi dividido em sete seções: Antropologia Zoológica, Paleantropologia, Bioantropologia, Raciologia,

Etnografia, Tecnologia e Artes (REGIMENTO, 1960, p.9). Apesar desta divisão, destacamos que a organização do acervo ocorreu segundo outras categorias (ver p. 45).

Embora o IAUC tenha sido contemporâneo do Instituto Joaquim Nabuco, além da semelhança de interesse, não temos informações que assegurem algum tipo de colaboração, tendo em vista a querela entre Freyre e o reitor Martins Filho, da Universidade do Ceará, em torno da hegemonia acadêmica na região, acreditamos que tenha havido uma rivalidade nem tão silenciosa pela autoridade em falar e representar a região.

No *Boletim da Universidade do Ceará*, a criação do SAUC é apresentada como um preenchimento da “considerável lacuna em nosso Estado, como em todo Nordeste” (BOLETIM 4, 1957, p. 6, grifos nossos) que havia no campo da Antropologia. Ressaltamos que a criação do SAUC ocorreu oito anos após o estabelecimento do Instituto Joaquim Nabuco em Recife. Afirmar que há uma “considerável lacuna” no campo em que se propõe atuar indica uma deslegitimação aos trabalhos já realizados.

Em contrapartida Gilberto Freyre declarou que, em coluna *Pessoas, Coisas e Animais*, mantida na revista *O Cruzeiro*, sob o título *Regionalismo, Estadualismo e Universidades*, “a criação de universidades simplesmente estaduais representa um obstáculo ao aperfeiçoamento das regionais” (FREYRE, 1960). O autor acredita que a solução para o ensino superior federal no Nordeste consiste na instalação de uma única universidade regional e propõe “A Universidade do Recife deveria ser – penso eu – a Universidade regional mantida pelo Govêrno Federal para o Nordeste” (FREYRE, 1960).

Encarando como uma crítica à criação da Universidade do Ceará, o então Reitor da Universidade do Ceará, Antonio Martins Filho, responde na mesma revista que

Entendo que não se faz regionalismo pelo simples fato de intitular uma entidade de ‘regional’, ou de dizer que somente determinada Universidade deveria existir para todo o Nordeste. Sempre encarei o regionalismo pelo seu lado dinâmico de dar sentido, através de planos orgânicos, a tôdas as iniciativas levadas a cabo pelos órgãos que operam na região (MARTINS FILHO, 1960).

Apesar do centro da discussão ser a região Nordeste e execução de propostas para melhorar suas condições econômicas e sociais, as duas posturas se encontram em polos distintos e distantes. Enquanto Freyre defende uma proposta centralizadora a partir de Recife, Martins Filho opta por ações pulverizadas em toda a região. Tal discussão apresenta

as dissonâncias de uma unidade regional que, por sua vez, busca relevância na unidade nacional.

No campo antropológico e museológico, cada proposta constituiu suas representações, o Museu do Homem do Nordeste e Museu do Instituto de Antropologia. Vemos nestas duas instituições a feitura de um duplo movimento, o primeiro se refere ao discurso regionalista pautado na (re) afirmação de uma identidade comum aos diferentes estados da Região, e o segundo, uma formação de acervo pautado nestes referenciais científicos e regionais. Apesar de apresentarmos estas distinções, compreendemos que estes caminhos convergem e se articulam. O discurso museológico e antropológico se aproximam do discurso regionalista, e vice-versa, ao compartilhar um imaginário social acerca do que configura como sendo o “Nordeste”.

Durval Muniz de Albuquerque analisa a formação da região Nordeste através dos discursos que a forjaram desde a delimitação oficial de suas fronteiras na década de 1930. O autor chama atenção para emergência, após a Primeira Grande Guerra, da compreensão da nação como um “organismo composto por diversas partes, que deviam ser individualizadas e identificadas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p.4). Neste momento, a região Nordeste, que ainda integrava a região Norte, passou a ser construída por discursos pautados em suas especificidades físicas e culturais, sobretudo pela recorrência dos problemas relacionados à seca e da busca por uma identidade “pura” e tradicional do Brasil. A repetição de temas, iniciada no final do século XIX, através de discussões políticas, sociais, culturais e artísticas, balizou a sua invenção como região dotada de uma identidade peculiar.

Considerando que o IAUC reivindicou interesses regionalistas em suas propostas de trabalhos, dentre eles a formação de uma unidade museológica, de que maneira a aquisição da Coleção Arthur Ramos contribuiu para a consolidação deste projeto? Primeiramente, é necessário apresentar algumas referências sobre o conceito de região e de que forma ela era vista dentro da proposta de IAUC.

Etimologicamente, a palavra região deriva do latim, *regere* que designava uma formação militar romana, e que por sua vez, foi referenciada na palavra latina *regione* usada para nomear uma área que estava sob o comando. Na Idade Média, a região estava relacionada com o domínio de um rei, que o nomeava a partir do latim *regio*. Apresentar as referências dos termos nos leva a questionar sua naturalização nos usos cotidianos que obscurece suas formações históricas e faz com que as tratemos como algo dado. Através destas referências, vemos que a noção de região está intimamente ligada à imposição

delimitadora e controladora, em vez de, tratar de algo a-histórico e imutável. Dado esta característica impositiva da região, seu estabelecimento acontece através de conflitos, de práticas e interesses, no que Albuquerque Júnior afirma que “a região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008 p. 57).

Não podemos tratar a região como própria da “natureza”, mesmo quando uma fronteira é delimitada a partir de acidentes geográficos, (como rios, lagoas, serras, etc.), ela é um recorte de área que foi estabelecida por sujeitos. A demarcação de uma fronteira é um ato formal, jurídico, arbitrário, mas que possui um forte apelo no arregimento do grupo. As fronteiras territoriais, por vezes, impõem fronteiras culturais, principalmente, quando ocorre a definição de uma língua comum ao grupo que diverge de todos aqueles além-fronteiras. A região é, pois, uma criação física que envolve conflitos simbólicos internamente e entre outras regiões (BOURDIEU, 2007).

Bourdieu argumenta que ao falarmos de região e de sua afirmação através dos sentimentos regionalistas (sejam separativos ou não), estamos tratando dos jogos simbólicos em torno da identidade social. O reconhecimento de pertença a uma região por um indivíduo (ou pelo olhar do outro) pode acarretar uma posição favorável ou não dependendo de como sua região é reconhecida pelas outras. Caso a região esteja numa posição de dominação, o indivíduo que a ela pertence e que se instala em outra região dominada, poderá se situar numa posição favorável, enquanto aquele de uma região, situada abaixo na hierarquia social, se desloca para uma região dominadora poderá ser estigmatizado e alvo de preconceito. Estes “simples” aspectos da vida cotidiana nos mostram as disputas e conflitos decorrentes de uma definição regional. A depreciação de uma identidade decorrente destas interações conflituosas gera estigmas que, por vez, podem gerar uma revolta contra eles. De acordo com autor, é

[...] o estigma que dá à revolta regionalista ou nacionalista, não só suas determinantes simbólicas mas também seus fundamentos económicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objectivos da acção de mobilização (BOURDIEU, 2007, p. 125).

A visão negativa construída pela estigmatização favorece união de interesses em torno de uma reivindicação regionalista. Esta, por sua vez, reclama uma superação/inversão de estatuto negativo da região. Esta hierarquia social das regiões é produzida e produz efeitos simbólicos e económicos. A (di)visão de regiões condiz com sua localização dentro desta hierarquia. Ressaltamos que o estigma é reforçado não apenas pelo do outro, mas internamente no/pelo grupo que propõe a superação/inversão de seu *status*. Tal proposta

pode ser identificada como um reconhecimento de sua condição que aparenta ser a-histórica, natural.

A reivindicação regionalista estrutura seu discurso a partir de uma construção identitária aglutinando em torno desta elaboração, sujeitos que legitimem e fortaleçam tal movimento. Não sejamos inocentes em imaginar que isto ocorre de forma neutra. A formação de uma identidade social é forjada num jogo de convergência e de conflitos. Se tomarmos como exemplo a querela entre Gilberto Freyre e o reitor Martins Filho, vemos que, apesar dos interesses comuns, especialmente aquele referente ao desenvolvimento do Nordeste através da educação, há uma disputa pela autoridade em conduzir e representar tal reivindicação regionalista.

Ao analisarmos a construção social da identidade podemos compreendê-la a partir de dois movimentos de acordo com a categorização que Eni Orlandi propôs para a compreensão da língua. De acordo com a autora, a língua pode compreendida através de duas concepções: a língua imaginária e a língua fluída. A primeira designa a língua sistematizada pelos analistas, aprisionada nas regras e sistematizações que são impostas. Por outro lado, a língua fluída é aquela que está em constante movimento, seja pela continuidade ou/e ruptura, ela extrapola os padrões e as imobilizações do ordenamento. Isto é, a língua imaginária atende aos rigores científicos enquanto a língua fluída segue livre nos ditos cotidianos (ORLANDI, 1990, p.74, p.157).

Nesta perspectiva, podemos compreender a identidade tanto como aquela que é determinada e imposta quanto aquela que se molda nas práticas diárias. No que concerne ao acervo do IAUC, cremos que o discurso museológico desta instituição tende a estabelecer uma identidade imaginária do Nordeste, em particular, o Ceará. A expectativa de reconhecimento nacional como instituição científica de caráter regional e legitimada é uma tentativa de traçar o que é ser nordestino. As características do Nordeste são várias e dispersas em muitas camadas. A investigação e a apresentação do que é o Nordeste é uma maneira de ordenar o caos das diferenças e contradições cotidianas instituindo uma identidade imaginária.

O museu foi então uma ferramenta para delimitar o que poderiam ser identificado ou não contribuindo para uma organização de uma identidade imaginária.

Nesta perspectiva, Borges argumenta que

O modo museico de normatizar a realidade e os sentidos consiste em produzir recortes, representações, narrativas museografadas dessa realidade. Não é, pois, de estranhar que o museu – ao lado das ciências, da tecnologia e dos modelos de administração e racionalização – seja um

dispositivo (considerando-se a sua área específica de atuação, ou em termos stranskyanos, o seu específico modo de relacionar-se com a realidade) de uma tecnoestrutura que atua em escala planetária e cuja finalidade é produzir a racionalização sistêmica da realidade (BORGES, 2011, p. 44).

Assim, o museu é um espaço do controle, da norma. Mas, para além das barreiras fixadas pelas sistematizações, seja pelo museu ou por campo científico, se encontram as identidades que se (re)inventam, se multiplicam, se dividem, se aglutinam imunes às normatizações. A identidade do Homem do Nordeste é uma elaboração normatizadora e impositiva que se dilui, se torna fluída nos diálogos do dia a dia. Esta identidade imaginária, elaborada pelo discurso museológico e antropológico buscou dar forma a esta fluidez. Relacionando a proposta de língua imaginária de Orlandi (trabalhadas por nós como identidade imaginária) com o pensamento de Castoriadis no que tange ao imaginário, vemos que formulação imaginária traduz a tentativa de solucionar os problemas postos pela realidade (CASTORIADIS, 1991, p. 162). É necessário destacar que estas diferenças convergem, na medida em que são construídas pelas e nas relações sociais que, por sua vez, são forjadas por sujeitos atravessados por elementos ideológicos, históricos e sociais.

Não haveria incongruência na aquisição de uma coleção composta por objetos de diferentes locais do Brasil e de outros países? Acreditamos que não, tendo em vista que a aquisição deste acervo remete a uma idealização da formação identitária nacional da qual o IAUC almejava participar. A reivindicação regionalista, usando o termo do Bourdieu (2007), não era pautada no separatismo, mas numa perspectiva de destacar a participação do Nordeste na construção da identidade nacional. O estado e a região realçados pelo seu acervo estão vinculados a uma tentativa de reconhecimento dentro da nação. O IAUC reivindicou uma identidade baseada em parâmetros regionais já estabelecidos na divisão administrativa do país, invocando desta forma, sua participação na construção nacional. Não há nenhuma crítica em relação às delimitações de fronteiras, elas são apresentadas como dados inquestionáveis. O regionalismo do Instituto não tem, pois uma característica separatista, mas inclusiva, no sentido de que reivindicou maior participação naquilo que é considerado como desenvolvimento da nação.

Preenchendo considerável lacuna em nosso Estado, como em todo Nordeste [dos estudos em antropologia], o Serviço a ser organizado servirá para promover e estimular, no Ceará, o estudo científico da natureza dos melhores elementos humanos da Nação (BOLETIM 4, p. 6).

A inserção na construção de uma identidade nacional foi um norte do IAUC, neste sentido, a aquisição da Coleção Arthur Ramos se justificou, além do reconhecimento profissional do colecionador no âmbito nacional, porque ela versa sobre esta mesma identidade, por mais que tenha sido elaborada em outro contexto. A identidade nacional é o ponto de convergência destes dois diferentes contextos da mesma coleção: a organização dada por seu patrono e inserção numa instituição universitária. Por meio desta convergência de temas e enunciados verificamos a forte presença do pré-construído como elemento estruturador de formações discursivas.

A noção de pré-construído designa um discurso que participa da formulação de outro discurso situando-se na exterioridade deste último. Ou seja, é um dito, distante temporal e/ou espacial, que integra e embasa outros discursos. O pré-construído foi pensado por Paul Henry e Michel Pêcheux para compreender a presença de elementos “extramuros” do discurso que deixa marcas em novos discursos, até mesmo sem que o enunciador tenha clareza disso. Esta presença não indica, necessariamente, consenso mas, pode haver uma contradição ou subordinação (PÊCHEUX, 1997, ORLANDI, 1990, ORLANDI, 1999, BORGES, 1990, MALDIDIER, 2007).

A participação no desenvolvimento do país retomou a problemática da integração nacional que articulou a construção simbólica da nação e de sua identidade. Desta forma, a prática científica do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará se baseou na busca pela sua contribuição no desenvolvimento nacional. Tal ação se configurou como movimento de oposição à integração nacional dirigida pelo eixo Centro-Sul. O deslocamento físico da Coleção Arthur Ramos se constituiu como uma estratégia de reconhecimento regional e local. Esta estratégia social⁹³ utilizou não apenas a aquisição destes objetos, mas a vinda destas peças com a preparação de profissionais no campo da Antropologia no estado.

A coleção e o incipiente museu salvaguardados pelo IAUC se articularam de modo a construir um discurso museológico apoiado no saber científico antropológico que estabelece uma identidade regional subordinada a uma identidade nacional. Neste processo o discurso museológico elaborou representações do passado a partir de questões do presente forjando memórias e arregimentando referências patrimoniais.

⁹³ Entendemos que “estratégia social é uma produção ou operação que se realiza e exige um planejamento, combinações de ações das forças e alianças implicadas em um conflito, preparadas para a disputa e a retomada de interesses ou sentidos ameaçados” (MORAES, 2005, p.92)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho refletiu sobre a organização de um acervo museológico, no sentido que entendemos que esta não é apenas uma acumulação desorientada de objetos, mas, uma atividade direcionada por interesses e práticas que implicam em elaborações de identidades, de memórias e de patrimônio vinculadas às construções imaginárias que por sua vez são perpassadas por efeito(s) de sentidos que articulam, incessantemente, diferentes discursos.

A opção metodológica de nossa investigação por contribuições advindas Análise do Discurso no campo da Museologia foi motivada pela compreensão e, não apenas interpretação (em que $A=B$), de uma experiência museal que articulou diferentes elementos na formação de discursos.

Coube ao pesquisador, utilizando as ferramentas da AD, apresentar os contextos, os sujeitos e as estratégias que produziram efeitos de sentido diversos. O discurso, formado pelo entrelaçamento das intencionalidades dos sujeitos bem como pelas incontingências impostas pelos seus contextos de produção, passa a ser compreendido, a partir da investigação discursiva, como uma junção de elementos dispersos a um sistema argumentativo ordenado.

No entanto, por mais que haja uma investigação direcionada a uma determinada formação discursiva, não seria possível abarcar todos os imbricamentos que foram necessários para que os sentidos se constituíssem enquanto tais. Desta forma, reconhecemos que o nosso trabalho encerra uma investigação e se torna ponto de partida para mais questionamentos e reflexões.

A Coleção Arthur Ramos, formada por seu patrono, decorreu da articulação entre o saber-fazer antropológico e o colecionamento de objetos que integrou a sua prática profissional entre os anos de 1920 e 1940. A formação de coleções contribuiu de forma intensa para a consolidação do campo antropológico da mesma forma que estabeleceu diretrizes para os profissionais de museus e para o pensamento museológico.

Após o falecimento de Arthur Ramos, todo o seu “gabinete de trabalho” (contendo livros, documentos e objetos), incluindo a sua coleção, foi adquirido pelo Ministério da Educação para integrar o acervo da Biblioteca Nacional, que por sua vez, repassou os livros e os objetos para Universidade do Ceará – atual Universidade Federal do Ceará –, em 1957,

para compor o seu recém-criado Serviço de Antropologia que se tornou o Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará (IAUC) em 1958.

Notemos que o deslocamento físico das peças coletadas pelo antropólogo Arthur Ramos implicou a criação de novos contextos. A sua ida para a Biblioteca Nacional, como “coleção etnográfica”, sublinhou sua importância como produção científica de uma disciplina, a antropologia. E, embasada nesta importância científica, a Universidade Federal do Ceará a adquiriu como forma de trazer reconhecimento e legitimidade para as suas recentes pesquisas no campo antropológico. Embora os contextos de formação da coleção e de sua chegada ao IAUC estejam distantes temporalmente, entendemos que eles se aproximam na medida em que elaboram um pensamento museológico articulado com o pensamento antropológico. O deslocamento físico estabelece e é estabelecido pelo deslocamento de ideias, de conhecimento pautado pela presença do pré-construído na formação de efeitos de sentidos que se concentraram, principalmente, na consolidação do campo antropológico no país e elaboração de uma identidade nacional que abrangessem grupos antes excluídos.

Ao colecionar os objetos relacionados com a cultura afro-brasileira, Arthur Ramos propôs uma identificação de elementos culturais formadores da identidade nacional no segundo quarto do século XX, ao passo que o IAUC buscou integrar a região Nordeste e o estado do Ceará na construção da nação brasileira, por meio da noção de desenvolvimento na segunda metade do XX.

Através da formação de discursos pautados no pré-construído, reconhecemos a emergência da (re)construção de memórias. As lembranças, os esquecimentos, os ditos, os não-ditos e os silêncios são dispositivos que compõem as estratégias sociais, assim, a memória manipulada pelo espaço museológico resulta e é resultado de disputas de poder e conflitos. Ter uma coleção que versava sobre elementos formadores da nação significou disputar a hegemonia pelo discurso museológico acerca da identidade nacional que “pertencia” a outros museus localizados no eixo Centro-Sul do país.

A prática de colecionamento desenvolvida pelo IAUC nos indica, não apenas uma (re)elaboração de memórias, mas também uma tentativa de produção de patrimônio. O termo patrimônio pode possuir diferentes significados, dependendo do seu contexto de utilização. No direito romano, que é base do direito ocidental que usamos, patrimônio é entendido como posse individual que pode ser transmitida por herança. Em contrapartida a esta visão individual, patrimônio cultural pode ser entendido como herança coletiva que é transmitida de geração em geração.

Este segundo entendimento emergiu durante as formações dos Estados Nacionais europeus, principalmente durante os séculos XVII e XIX, e foi utilizada como instrumento de arregimentação social. O patrimônio era apresentado como representante das características e dos valores da identidade nacional e o alvo desta valoração foram arquitetura, objetos artísticos e objetos e monumentos históricos.

A emergência de nova concepção de patrimônio, a partir da segunda metade do século, na qual a noção de herança, como aquilo que foi recebido tal qual como foi deixado, foi questionada, e o patrimônio passou a ser entendido como uma construção datada e elaborada por meio de inquietações do presente. Deste modo, o papel do cientista social não é o de definir o que é ou não patrimônio, mas compreender como ele é constituído a partir das atividades dos grupos estudados.

A constituição de patrimônios articula elementos simbólicos da sociedade que estabelece e reforma sentimentos de pertencimento de indivíduos a um grupo. Contudo esta identificação não é exclusiva, única nem estática.

A reivindicação de participação no desenvolvimento nacional pelo IAUC parte da identidade pré-construída do Nordeste como uma região que está à margem do processo de integração. A sua proposta de destacar a região é uma forma de manter as amarras de dominação discursiva. Entendemos que a identidade regional/nacional não é uma reprodução da sociedade, mas sim uma construção baseada em imagens sociais instituídas.

Assim, a Coleção Arthur Ramos e a proposta museal do IAUC são consideradas campos de elaboração discursiva atravessados por elementos simbólicos instituídos e instituintes pelo/do imaginário social. O imaginário social está em constante movimento, pois ele é produzido e produz as relações sociais. Para entendermos articulação entre discursos, memórias, identidades e patrimônios no espaço museal é necessário que focalizemos um determinado contexto, tendo em vista que esta formação está sendo constantemente (re)elaborada nas/pelas relações sociais.

O museu e as coleções não estão numa dimensão a-histórica e a busca pela compreensão de suas formações deve ser orientada pela investigação dos contextos, dos sujeitos, das condições materiais e dos fatores ideológicos.

Dada a necessidade metodológica do recorte tempo-espacial e da escolha de enunciados, optamos pelo contexto de inserção da Coleção Arthur Ramos no acervo museológico do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará. No entanto, reconhecemos que uma coleção e um museu possuem diferentes contextos que podem ser definidos pelo olhar do pesquisador. A proposta museal do IAUC “ganhou corpo” com as

peças coletadas por Arthur Ramos, mas foram incluídas outras peças oriundas de suas próprias pesquisas, de doações e de outras aquisições.

O Museu foi aberto oficialmente ao público somente depois de dez anos da aquisição da coleção em questão. Todavia ele esteve disponível, esporadicamente, para visitação do público geral e, recorrentemente, para professores e estudantes da instituição, além de realização de exposições de suas peças em outros museus.

Após as mudanças organizacionais da Universidade, o IAUC foi absorvido, em 1968, pela recém-criada Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia, inclusive seu acervo museológico. Devido ao seu novo contexto, o museu foi fechado em 1974 e reaberto cinco anos depois com a denominação de Museu Arthur Ramos, reafirmando a importância do antropólogo para as atividades museológicas e antropológicas do IAUC. Novamente, em decorrência de novos arranjos institucionais, o Museu Arthur Ramos foi deslocado para Casa de José de Alencar, equipamento cultural mantido pela Universidade com o objetivo de preservar a memória acerca do escritor cearense e onde se encontra atualmente.

O IAUC contribuiu para o amadurecimento do ensino e pesquisa nas áreas de Ciências Humanas, tendo em vista que formou profissionais que atuaram na universidade e foi responsável pela organização de objetos em torno de sua proposta de produção científica. Neste sentido, podemos afirmar que suas atividades foram importantes para a elaboração de um pensamento antropológico e museológico.

Além, contribuiu para consolidação de identidades regionais que contribuem para formação da identidade nacional. Fora da região Nordeste, um indivíduo advindo dela é identificado pela região e não pelo estado natal. Enquanto dentro da região é mais frequente a identificação pelo estado ou até mesmo pela cidade. A homogeneização em torno de identidades culturais é recorrente até hoje e contribuiu para escamotear diferenças, contradições e conflitos. No caso da atuação do IAUC esta homogeneização era justificada pela busca de melhores condições sociais e econômicas para região.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL – Vol. 119 (1999) – Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2004. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_119_1999.pdf> Acesso em: 15/11/2010.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DO CEARÁ. **Catálogo: Museu do Ceará**. Fortaleza: Secult, 2010.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: *Fronteiras: Dourados*, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALTHUSSER, Louis, BALIBAR, Etienne. **Lire le capital I**. Paris: François Maspero, 1973.

_____. **Lire le capital II**. Paris: François Maspero, 1973.

AZEVEDO, Thales, 1984, Primeiros Mestres de Antropologia nas Faculdades de Filosofia, **Anuário Antropológico/82**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 259-277.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Arthur Ramos e a mestiçagem no Brasil: Memória da ciência nas primeiras décadas do século XX**. Disponível em: <www.rj.anpuh.org/.../Luitgarde%20Oliveira%20Cavalcanti%20Barros.doc> Acesso em: 03/12/2010.

_____. **Arthur Ramos e as Dinâmicas Sociais de seu Tempo**. Maceió: EDUFAL, 2000.

BARBOSA, Delano Pessoa Carneiro. A Sala Raymundo Cella do Museu de Arte da UFC – Mauá. In: GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado, RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Futuro do pretérito: escrita da história e história do museu** (Org.). Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BASTIDE, Roger. Carta a Arthur Ramos avisando-o de sua chegada ao Rio de Janeiro em 29 de Setembro, diz que gostaria de se encontrar com Ramos e conhecer o Museu Afro-Brasileiro, diz também que esteve com Josué de Castro e o convidou para ir a um terreiro de candomblé em Niterói. **Coleção Arthur Ramos**. BIBLIOTECA NACIONAL. I-35,22,617. 1938.

BELLAIGUE, Mathilde. La muséologie et l'identité. **ISS. 10**, 1986, p. 39 - 44.

BENJAMIN, Walter. O colecionador. In: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. pp. 238 – 246.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOLETIM 4. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade do Ceará, 1957.

BOLETIM 36. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade do Ceará, 1962.

BORGES, Luiz Carlos. **A fala instituinte do discurso mítico Guarani Mbyá**. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: IEL, 1999. Tese de doutorado. 375 p.

_____. Museu como espaço de interpretação e de disciplinarização de sentidos In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 4 no 1, 2011**. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/197/150> > Acesso em: 03/01/2012.

_____. **Museu, memória e sociedade, um espaço de interpretação – uma reflexão acerca do caráter onto-histórico do museu**. Não publicado.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectivas, 2007.

_____. **O poder simbólico**. 11 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAMPOS, Maria José. **Arthur Ramos**: luz e sombra na Antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida, GOMES, Hagar Espanha, MOTTA, Dilza Fonseca da. **ELABORAÇÃO DE TESAURO DOCUMENTÁRIO**. S/D. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/tesauro/>. Acesso em: 12/11/2010.

CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a Conspiração da Ignorância com a Maldade: A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado) em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. "Entre o Justo e o Solidário: Os Dilemas dos Direitos de Cidadania no Brasil e nos EUA". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 11, nº 31, 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_04.htm> Acesso em: 03/11/2011.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Figuras do pensável**. As encruzilhadas do labirinto VI. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo Cultural**. Rio de Janeiro : Zahar, 2005

CASTRO, Maria Laura Viveiros de, FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil / Maria Laura Viveiros de Castro*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CHAGAS, Mário Chagas. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos. 2006.

CHAGAS, Mario. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ibram, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade Reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DASMACENO, Pantaleão. Rendeiras "batizam" os seus trabalhos com uma nomenclatura curiosa e bem original. **Jornal Unitário**, Fortaleza. 21 jun 1964.

DANTAS, Beatriz Góis. Artur Ramos: Entre Rendas De Bilros e o Sertão Do São Francisco. **Canindé**, Xingó, nº 3, Dezembro de 2003.

DAVALLON J. **Le don du patrimoine**: une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Paris: Hermès/Lavoisier, 2006.

DELOCHE B., Méfions-nous des débats abstraits ! **ISS. 11**, 1986, p. 13 – 14.

DESVALLÉES, A., L'identité. , L'identité. **ISS. 10**, 1986, p. 79 - 84.

DESVALLÉES, André. Pour une terminologie muséologique de base. **Cahiers d'étude/Study Series**, Comité International de Icom pour la museologie, n. 8, p. 8-9, 2000.

_____, MAIRESSE, François. Sur la muséologie. In: **Culture & Musées**. N°6, 2005. pp. 131-155. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pumus_1766_2923_2005_num_6_1_1377> Acesso em : 15/06/2010.

DESVALLÉS, André, MAIRESSE, François. **Concepts clés de muséologie**. ICOFOM, 2010.

_____, _____. **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris : Armand Collin, 2011.

DIAS, Nélia. **Le Musée d'Ethnographie du Trocadéro 1878-1908**. Anthropologie et muséologie en France. Paris: CNRS, 1991.

DIANOVSKY, Diana. **Do meu arquivo inútil**: uma visão antropológica sobre o fundo Arthur Ramos. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado – Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Tradução Cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio** vol.3, n.1, 2008. pp. 31-49. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222008000100004>> Acesso em: 10/08/2010.

DUVIGNAUD, Jean. **Développement de l'enseignement et de la recherche en sciences sociales à l'université du Ceara**, Fortaleza. Paris: UNESCO, 1968.

ESTUDANTES CARIOCAS CONTRA "CAMELOT". **Folha de São Paulo**, São Paulo. 8 jan 1968. Caderno 1, p.3.

FALLA QUE O EXM. SR. CONSELHEIRO SINVAL ODORICO DE MOURA, PRESIDENTE DA PROVINCIA DO CEARÁ, DIRIGIO Á RESPECTIVA ASSEMBLEA LEGISLATIVA NO DIA 2 DE JULHO DE 1885, POR OCCASIÃO DA INSTALAÇÃO DE SUA SESSÃO ORDINARIA. Fortaleza, Typ. da "Gazeta do Norte," 1885. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/218/>>. Acesso em 12/03/2011.

FALLA COM QUE O EX.MO SR. DEZEMBARGADOR CAETANO ESTELLITA CAVALCANTI PESSOA, PRESIDENTE DA PROVINCIA DO CEARÁ, ABRIU A 2.A SESSÃO DA 23.A LEGISLATURA DA RESPECTIVA ASSEMBLÉA NO DIA 2 DE JULHO DE 1877. Fortaleza, Typ. do Pedro II, 1877. Disponível <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/209/>>. Acesso em 12/03/2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FAULHABER, Priscila. Interpretando os artefatos rituais Ticuna. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 17: 345-363, 2007.

FERES JÚNIOR, José. Evitando O Debate Público: Os Intelectuais Universitários Nos Eua Do Pós-Guerra. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 16, 21-40, 2004

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **FÓRUM NORDESTINO DE MUSEU**, 4., Recife. Trabalhos apresentados. Recife: IBPC/Fundação Joaquim Nabuco, 1991. Disponível em: <<http://www.cnti.edu.uy/02cursos/ferrez.doc>>. Acesso em: 13/12/2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Sugestões em torno do Museu de Antropologia no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**. Recife: Imprensa Universitária, 1960.

FREYRE, Gilberto. Regionalismo, Estadualismo e Universidades. In: **O Cruzeiro**. 05 mar 1960.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GARCIA, Nicole Règine. PRORURAL: A CRIAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO GOVERNO MÉDICI. In: **Anais da 1ª Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**. Disponível em <http://www.coc.fiocruz.br/jornada/images/Anais_Eletronico/nicole_garcia.pdf> Acesso em: 20/12/2011.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Contribuição à Nomenclatura e Classificação das Rendas do Ceará. In: **Boletim de Antropologia** v. 4. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1960.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Arthur Ramos e sua coleção**. Fortaleza: UFC, Imprensa Universitária, 1983.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Renda de bilros**. Fortaleza: Edições UFC, 1984.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: 2007.

_____. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 2002.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul-dez.2006

HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do Templo da História**. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942). Dissertação (Mestrado) em História Social, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org). **Museu do Ceará e outras memórias**: entrevista com Valdelice Girão. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus_em_Numeros_Volume_1.pdf> 03/12/2011.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. Objects of ethnography. In: KARPI, LAVINE, S. D. (org.) **Exhibiting cultures**: the poetics and politics of museum display. Washington-London: Smithsonian Institution Press, 1991.

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil**: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

LODY, Raul. **Coleção Arthur Ramos**. Rio de Janeiro: Funarte/ Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1987.

_____. **Museu Arthur Ramos**. In: LODY, Raul. **O negro no museu brasileiro**: construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOURENÇO, Marta C. **Between two worlds**: the distinct nature and contemporary significance of university museums and collections in Europe. PhD dissertation, Conservatoire National des Arts et Métiers: Paris, 2005.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** vol.14, n.41, 1999. pp. 141-158. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091999000300009>> 17/07/2011.

_____, LIMA, Nísia Trindade de. Tradutores, intérpretes ou promotores de mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, Aug. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000200008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 05/04/2011.

MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André. (Dir.) **Vers une redéfinition du musée?** Avant-propos de Michel Van Praët. Paris: l'Harmattan, 2007.

MALDIDIÉ, Denise. L'inquiétude du discours. Un trajet dans l'histoire de l'analyse du discours : le travail de Michel Pêcheux . In: **Semen**, nº 8, 1993. Disponível em: <<http://semen.revues.org/4351>> Acesso em 06/10/2011.

MARTINS FILHO, Antônio. Regionalismo, Estadualismo e Universidades. In: **O Cruzeiro**. 23 abril 1960.

_____. **O outro lado da história**. Fortaleza: Ed. UFC, 1983.

MELLO, João Manuel Cardoso de, NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**, 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1998. pp. 559-658

MENDONÇA, Maria Luíza de. Algumas Considerações Sobre Rendas e Rendeiras do Nordeste. In: **Boletim de Antropologia** v.3. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1959.

MENEZES, Eduardo Diatathy Bezerra de. **O Pensamento brasileiro de clássicos cearenses**. V.2 – Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2006.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu e a questão do conhecimento. In: GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado, RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Futuro do pretérito: escrita da história e história do museu** (Org.). Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. As Ciências Sociais no Ceará dos primórdios à sua institucionalização. In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota (Org.). **Memória das Ciências Sociais na UFC: um exercício de análise institucional**. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1991.

_____. Uma Universidade para o Ceará. In: MARTINS FILHO, Antonio. **Uma Universidade para o Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004.

_____. **Martins Filho de corpo inteiro**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 2004.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da museologia**. Rio de Janeiro: UNI-RIO/ Universidade Gama Filho, 1994.

MORAES, Nilson Alves de. Memória Social: Solidariedade Orgânica e Disputas de Sentidos. In: Jô Gondar, Vera Dodebei. (Org.). **O que é Memória Social?**. 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006, v. 1, p. 142-157.

_____. Museu e Museologia: Itinerários e enfrentamentos contemporâneos. **ISS 28**, 2006. pp. 103-110.

_____. Museus e poder: enfrentamentos de um incômodo de pensar e fazer. In: **MAST Colloquia** vol.12, RJ: MAST, 2010

MUSEU ARTHUR RAMOS. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, S/D.

NASCIMENTO, F. S. A Terra e o Homem, metas do Instituto de Antropologia: UC. **O Povo**, Fortaleza. 23 dez 1961. p. 13.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares de memória. In: **Projeto História**. São Paulo, 1993, n. 10.

NOMURA, Hitoshi. Um grande naturalista cearense: Francisco Dias da Rocha. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: t. 83, p. 224-249, 1965.

NOSSA OPINIÃO. **Jornal O Estado**. Fortaleza. 28 jun 1958.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social**, Tese de Doutorado defendida na PUC-SP, 2001.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. **Juntar, separar, mostrar – memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932-1976)**. Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza, 2008.

OLIVEIRA, Márcia Pereira de. **Coleções Luíza Ramos e Rendas do Ceará: Narrativas Sobre a Valorização da Cultura Popular e o Desenvolvimento Regional (1935-1973)**. Trabalho de Conclusão de Curso Especialização em História do Brasil. Instituto de Teologia Aplicada (INTA). Fortaleza, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo, São Paulo: Campinas, Cortez: UNICAMP, 1990.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. (Org.). **Gestos de Leitura: da História do Discurso**. Campinas: Unicamp, 2010.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso, uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org). [et al]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Trad. de Bethânia Mariani [et al]. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PLANEJAMENTO PARA SEIS ANOS (1961-1966). **Anais do II Seminário Anual dos Professores da Universidade do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social** In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 5, Nº 10,1992.

POMIAN, Krzysztof, Coleções. In: ROMANO, Rugiero (dir.). **Enciclopédia Einaudi**, Memória-História, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. v. 1. pp. 51-86.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Apresentação. In: **Boletim de Antropologia**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1957. n.1. pp. 3-5.

_____. Noções sobre o conceito de Antropologia. In: **Boletim de Antropologia**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1957. n.1.

_____. **Manual de Antropologia**. Vol. I. Tomo I. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1961.

_____. **Manual de Antropologia**. Vol. I. Tomo II. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

_____. **História das Secas (século XX)**. Disponível em: <http://www.colecaomossoroense.org.br/acervo/historia_das_secas_xx.pdf>, S/D.

PROJETO "CAMELOT" RETIRA A BAGAGEM DE UM PROFESSOR. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 2 set 1968. Caderno 1, p.4.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A doação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

_____. As utilidades do passado na biografia dos objetos. In: GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado, RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Futuro do pretérito**: escrita da história e história do museu (Org.). Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010.

RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro** – Ethnographia religiosa e psychanalyse. Rio de Janeiro, 1934.

_____. **Introdução à Antropologia Brasileira: As culturas Negras**. Vol III. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, s/d.

_____. **O Folclore Negro do Brasil: Demopsicologia e Psicanálise**. 2ª ed Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, s/d

RAMOS, Luíza e Artur. **A Renda de Bilros e sua Aculturação no Brasil**: nota preliminar e roteiro de pesquisa. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, 1948.

RAMOS, Luisa de Araújo. **Processo de aquisição da Biblioteca de Artur Ramos**. BIBLIOTECA NACIONAL. 65,4,001 n°011. 1954.

REGIMENTO DO SERVIÇO DE ANTROPOLOGIA. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1958. n.1. pp. 77-81.

REGIMENTO. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1960.

RELATÓRIO DE 1872, pp. 19-20. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u214/>> Acesso em 12/03/2011

RENDAS DE BILROS LEVA GRANDE PÚBLICO AO MUSEU. **Jornal Unitário**, Fortaleza, 28 set 1965. Disponível em <<http://www.mauc.ufc.br/expo/1965/03/index1.htm>> Acesso: 26/06/2010.

RIVIÈRE, Georges Henri. **Sem título**, s/d. Disponível em: <http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/rubrique.php3?id_rubrique=39> Acesso em 20/06/2010.

_____. Definição Evolutivo de Ecomuseu. Texto 14. In: SCHEINER , Tereza. **Apostila Disciplina Museologia 03**. Mimeo.

ROCHA, Francisco Dias da. **Boletim do Museu Rocha**. Fortaleza: Livraria Araújo, v.2, 1911.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. **Diccionario bibliographico brasileiro**. 4º vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

SCHEINER, Tereza.. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: **MAST Colloquia** vol.7, RJ: MAST, 2005. p. 85-100.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIRE, Marie-Anne. **La France du Patrimoine**. Les choix de la mémoire. Paris: Découvertes Gallimard / MONUM, Éditions du Patrimoine, 2005.

SOFKA, Vinos. L'identité dans le temps, dans l'espace et dans l'ICOFOM. **ISS. 10**, 1986, p. 11 - 13.

SOLA, T. L'identité: Réflexions sur un problème crucial pour les musées **ISS 10**, 1986, p. 19-22.

STOCKING, George W. Delimitando la antropología: reflexiones históricas acerca de las fronteras de una disciplina sin fronteras. In: **Revista de Antropología Social**, nº 11, 2002. pp. 11-38. Disponível em: <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/cps/1131558x/articulos/RASO0202110011A.PDF>> Acesso em: 21/10/2010.

SAPUCAIA, Antônio (org). **Relembrando Artur Ramos**. Maceió: EDUFAL, 2003.

STEWART, Susan. **On longing**: narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection. Durham, Londres: Duke University Press, 1993.

STRANSKY Z. Z., La muséologie et l'identité : commentaires et points de vue. **ISS. 11**, 1986, p. 55 – 60.

TEIXEIRA, Anísio et al. **Arthur Ramos**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.

TÉCNICO DO EUA FEZ PESQUISA POLÍTICA. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 9 jul 1968. Caderno 1, p.7.

TÉRMO DE CONVÊNIO, Universidade do Ceará, 1967.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. O tombamento no direito administrativo e internacional. **Revista de informação legislativa, Brasília**, v.41, n. 163, p. 232, jul./set. 2004.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro - Uma discussão sobre a ciência e a ideologia em Althusser. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília , Vol. 02,n.3 - set./dez.,(1985).

UNIVERSIDADE: DUAS INICIAIS. **O Estado**. Fortaleza. 22 jan 1958.

VARINE, Hugues de. Observations. **ISS. 11**, 1986, p. 71 – 72.

VIEIRA, Maria Josiane, OLIVEIRA, Márcia Pereira de. Inventário da Casa de José de Alencar. In: **Anais do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural: Memória, Ensino e Bens Culturais**. Teresina: Associação Nacional de História – Seção - PI, 2008.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão**: O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WIÑAZKI, Miguel. **Travesías Argentinas**: Diez historias en busca de la identidad perdida. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1999.

ANEXOS

Anexo A – Relatório de avaliação do “gabinete de estudos” de Arthur Ramos solicitado pelo então diretor da Biblioteca Nacional, Celso Cunha.

Ao Exmo. Sr. Diretor da Biblioteca Nacional

Em atenção à portaria nº 77, estivemos a noite passada no apto 1203 à Rua Ribeiro da Costa, 114 (Leme), onde se encontram a biblioteca, o arquivo, a discoteca e as peças etnográficas do prof. Arthur Ramos.

Examinando todo o material, chegamos, unânime, à seguinte avaliação por partes:

Biblioteca – Do total de cerca de 8.000 volumes, um quarto consta de trabalhos especializados em antropologia e etnologia, em inglês, francês e alemão, em grande parte inexistentes nas bibliotecas públicas. Com esta circunstância em mente, avaliamos toda biblioteca em setecentos mil cruzeiros. Cr\$ 700.000,000

Arquivo e Discoteca – Incluem-se no arquivo documentos valiosos para a história social do Brasil e a discoteca, de grande interesse, seria pelo menos difícil de reunir de novo. Avaliamos arquivo e discoteca em cem mil cruzeiros. Cr\$ 100.000,000

Coleção Etnográfica – O material recolhido na Bahia (candomblés) tem valor histórico e artístico e nos pareceu inestimável a série de instrumentos de suplício e castigo de escravos. Avaliamos toda coleção em duzentos mil cruzeiros.

Cr\$ 200.000,000

Total Cr\$ 1.000.000,000

Assim, a avaliação total atingiu um milhão de cruzeiros.

Concordamos em sugerir que a coleção etnográfica do prof. Arthur Ramos se destine ao Museu Nacional, tão carente de documentação sôbre o negro brasileiro.

Rio de Janeiro, DF, 9 de novembro de 1956

Maria Antonieta de Mesquita Barros

Serafim Silva Neto

Edison Carneiro

relator

Anexo B - Regimento do Serviço de Antropologia da Universidade do Ceará. In: Boletim de Antropologia. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1957. n.1.

Universidade do Ceará

SERVIÇO DE ANTROPOLOGIA

REGIMENTO

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES DO SERVIÇO

Art. 1º O Serviço de Antropologia, subordinado ao Departamento de Educação e Cultura da Universidade do Ceará, de conformidade com o art. 79, do Regimento da Reitoria, tem como objetivo proporcionar os meios necessários a um trabalho sistemático e organizado, concernente à Antropologia no NORDESTE, destacadamente no Ceará, congregando para esse fim, especialistas na matéria.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Serviço de Antropologia que, inicialmente, funcionará, em salas cedidas à UNIVERSIDADE pelo INSTITUTO DO CEARÁ, em conexão com o “Museu Histórico”, será constituído de um GABINETE ou LABORATÓRIO, de um CONSELHO TÉCNICO E DELIBERATIVO e de outras seções ou departamentos que se fizerem indispensáveis ao seu regular funcionamento.

Art. 3º O CONSELHO TÉCNICO E DELIBERATIVO constará inicialmente por 9 membros, escolhidos por sua experiência e competência na especialidade. Funcionará sob a presidência de um dos seus membros, para isso designado pelo Reitor da Universidade da Universidade do Ceará.

Art. 4º Os membros do conselho serão designados por ato do Reitor, cabendo a indicação de 7 membros ao presidente do Instituto do Ceará, e a de 1, respectivamente, aos diretores das Faculdades de Medicina e Filosofia.

Art. 5º A participação no Conselho do “Serviço de Antropologia” constituirá serviço de alta relevância aos objetivos culturais da Universidade.

Art. 6º O GABINETE centralizará as atividades técnicas do SERVIÇO, abrangendo duas secções – uma de ANTROPOLOGIA FÍSICA e, outra, de ANTROPOLOGIA CULTURAL.

Art. 7º Poderão também ser chamados a exercer atividades no Gabinete os componentes do CONSELHO e técnicas que tenham especialização em disciplinas antropológicas e sejam a isto autorizados pelo Presidente do Conselho. Terá o Gabinete os funcionários indispensáveis ao exercício e duas atividades, os quais serão designados pelo Reitor.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 8º Ao CONSELHO compete:

- a) Traçar planos de estudos e pesquisas, sob a orientação geral do seu Presidente,
- b) Preparar e treinar “esquipes de trabalho” para serviços no campo e excursões a locais de interesse antropológico. Os integrantes dessas equipes serão escolhidos de preferência entre os alunos de Antropologia e Etnografia de estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, poderão também integrar essas equipes pessoas que hajam revelado decidido pendor para os estudos de Antropologia Física ou Cultural,

- c) Promover conferências, palestras e cursos sôbre temas antropológicos, a fim de difundir êsses conhecimentos, os quais poderão despertar, entre os nossos estudiosos o intêresse pela “Ciência do Homem”,
- d) Propor ao órgão competente a vinda de cientistas e técnicos, nacionais ou estrangeiros, para ministrarem cursos ou fazerem conferências sôbre assuntos ligados á especialidade,
- e) Propor à Reitoria da Universidade a organização de uma biblioteca especializada, capaz de atender às exigências culturais do SERVIÇO,
- f) Propor ao Reitor da Universidade a aquisição de móveis, instrumentos técnicos, coleções de peças antropológicas e quaisquer outros materiais necessários ao regular desempenho da sua finalidade,
- g) Divulgar, através de publicação especializada, os resultados dos seus trabalhos,
- h) Zelar pela conservação do material antropológico, que venha a ser escolhido não sòmente para fins de pesquisas e estudos, como também o destinado às suas coleções museológicas,
- i) Esforçar-se pela preservação de jazidas existentes no Estado, e procurar promover a exploração racional das mesmas,
- j) Propor a designação de correspondentes ou representantes do SERVIÇO no interior deste ou dos Estados vizinhos.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 9º Ao Presidente incumbe:

- a) Estabelecer as diretrizes científicas pelas quais se devem reger as atividades do CONSELHO,
- b) Presidir às reuniões do CONSELHO,
- c) Supervisionar o funcionamento do SERVIÇO, em todos os seus setores, orientando, estimulando e ativando os empreendimentos e iniciativas específicas, dos respectivos encarregados e de seus subordinados,
- d) Representar o SERVIÇO DE ANTROPOLOGIA nas relações com terceiros quando isto não fôr da alçada do REITOR DA UNIVERSIDADE,
- e) Escolher um dos membros do CONSELHO para exercer semestralmente as funções de Secretário. A este caberá a confecção e leitura das atas das sessões, bem assim apresentar a matéria do expediente em casa sessão e encarregar-se da correspondência.

Art. 10º Aos Membros do conselho incumbe,

- a) Comparecer assiduamente às sessões e outras reuniões de trabalho do Serviço,
- b) Acatar as decisões que sejam tomadas pelo CONSELHO,
- c) Colaborar no órgão publicitário do SERVIÇO,
- d) Apresentar, em sessão do CONSELHO, o resultado dos seus trabalhos.

Art. 11 Aos funcionários do SERVIÇO cabe executar, com presteza e zêlo, as incumbências que lhes forem cometidas pelo Presidente, Secretário em exercício e seus chefes imediatos.

CAPÍTULO V

DAS SESSÕES

Art. 12 O CONSELHO reunir-se-à, normalmente, quatro vezes por mês.

Art. 13º Os membros do CONSELHO que deixarem de comparecer a quatro sessões consecutivas, sem motivo justificado, tornam-se passíveis de censura e mesmo de eliminação.

Art. 14º As sessões realizar-se-ão na sala do CONSELHO, sob a direção do Presidente e, na sua falta ou impedimento, do conselheiro mais idoso. A ausência do Secretário será suprida por um dos membros presentes, designado pelo Presidente.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 O CONSELHO tratará da organização d guias, formulários e fichas destinados a orientar cientificamente seus colaboradores e auxiliares em trabalhos de campo ou em trabalhos especiais.

Art. 16 O CONSELHO esforçar-se-á por obter do Reitor a publicação dos trabalhos ou obras didáticas ou especializadas, escritas por seus membros, que hajam sido julgadas merecedores de divulgação.

Art. 17 O SERVIÇO DE ANTROPOLOGIA terá autonomia indispensável ao regular desempenho das suas funções.

Anexo C – Notícia do Jornal Unitário do dia 04 de janeiro de 1959 que reproduz a resolução que transformou o Serviço de Antropologia em Instituto.

Vão Aumentar as Pesquisas

Aqui está a íntegra da Resolução n. 57, que transformou recentemente, o Serviço de Antropologia em Instituto, desta maneira, as possibilidades de pesquisa científica, por parte daquela instituição,

- “O Reitor da Universidade do Ceará no uso da atribuição que lhe confere o Art. 21, letra U do Decreto n. 40.229, de 31 de outubro de 1956 (Estatuto da Universidade), e devidamente autorizado pelo Conselho Universitário (sessão de 6 de dezembro de 1958)

Resolve:

Art. 1º - O Serviço de Antropologia, de que trata o Art. 79 do Regimento da Reitoria da Universidade do Ceará, fica transformado em “Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará”.

Art. 2º - Dentro de sessenta dias, a contar da publicação da presente Resolução, será baixado o Regimento do Instituto ora criado, nele se prevendo e disciplinando a ampliação dos serviços existentes ou a criação de novos setores de trabalho.

Paragrafo único – O Instituto de Antropologia funcionará como órgão integrante da Universidade, subordinado diretamente ao Reitor.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Reitoria da Universidade do Ceará, em Fortaleza, 9 de dezembro de 1958.

ANTONIO MARTINS FILHO

Reitor.”

Unitário, 04/01/1959